



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 53

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 17 de Março de 2010

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (*substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a leitura da correspondência, passou-se para a apresentação dos votos entrados na mesa.

- Voto de Saudação assinalando o centenário do Dia Internacional da Mulher, apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usou da palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- Voto de Saudação às Mulheres Açorianas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelos 100 anos das comemorações do dia 8 de Março, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Vera Bettencourt, proferindo posteriormente uma intervenção a Sra. Deputada Aida Santos (*PSD*).

O voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Saudação à Escola Secundária da Lagoa “valorizando o seu papel internacional na divulgação de boas práticas no ensino, bem como a sua importância da sua acção enquanto escola inovadora”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Apresentado pelo Sr. Deputado Alexandre Pascoal, proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Rui Ramos (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Protesto “pela atitude passiva do Governo Regional que não interviu de forma atempada e eficaz no processo de deslocalização da fábrica COFACO da Ilha do Faial para a Ilha do Pico”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Mário Moniz, seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados Alzira Silva (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Paulo Estêvão (*PCP*) e Paulo Rosa (*CDS/PP*).

O voto foi rejeitado por maioria.

- Voto de Pesar pelas vítimas do mau tempo que se abateu na Ilha de São Miguel no dia 1 de Março de 2010, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputado Carlos Mendonça, a quem coube a apresentação do voto, Francisco Álvares (*PSD*) e Pedro Medina (*CDS/PP*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- Voto de Pesar pelas vítimas mortais, desaparecidos e desalojados que resultaram da catástrofe ocorrida no dia 20 de Fevereiro na Ilha da Madeira, subscrito por todas as bancadas com assento parlamentar.

Após a leitura do texto do voto por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se uma comunicação do Governo, ao abrigo do artigo 75º do Regimento da ALRAA, pelo Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Lima (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Ao abrigo do artigo 74º proferiu uma Declaração Política o Sr. Deputado Helder Silva (*PS*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Cláudio Lopes (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Iniciada a Agenda da Reunião continuou-se com a discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2009 - Cria a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, SA, AZORINA, SA;**

Participaram no debate os Srs. Deputados João Costa (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Mário Moniz (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Isabel Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Bárbara Chaves (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Álamo Meneses*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por maioria.

Posteriormente, iniciou-se o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010 -“Suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de Agosto”.**

Apresentada a proposta pelo Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*), usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Moniz (*BE*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Rogério Veiros (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria em votação final global.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*) e Francisco César (*PS*).

3 – Proposta de Resolução n.º 3/2009 – “Conta da Região Autónoma dos Açores de 2008”.

Apresentado o relatório pelo relator da Comissão de Economia, Deputado Francisco César, iniciou-se o debate com a participação do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) e dos Srs. Deputados Pedro Medina (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*) e Aníbal Pires (*PC*).

A proposta foi aprovada por maioria, seguindo-se duas declarações de voto por parte dos Srs. Deputados António Marinho (*PSD*) e Francisco César (*PS*).

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos dar início aos trabalhos de hoje.

Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

António André **Pimentel**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Helder Guerreiro Marques da **Silva**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
João Oliveira **Teves**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que quer dizer que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (Cláudio Lopes): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro”.

Presidente: Passamos para os votos.

Para apresentar um Voto de Saudação tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Dia Internacional da Mulher

Cumpriu-se, no passado dia 8 de Março, o 100º aniversário do Dia Internacional da Mulher.

Celebramos, por isso, o longo caminho percorrido para a generalização do reconhecimento da igual dignidade das mulheres e dos seus direitos, bem como da valorização das suas capacidades e indispensável contributo para o progresso de qualquer sociedade.

Celebramos os históricos avanços obtidos ao longo do século XX, desde a heróica luta das mulheres pelo direito ao voto e à participação cívica e política e pela igualdade perante a lei e a assumpção plena da sua cidadania.

Celebramos a conquista do acesso à escolaridade e formação e à livre escolha da profissão, condição necessária da melhoria da sua situação social.

Celebramos a conquista da liberdade pessoal, à saúde sexual e reprodutiva e a uma maternidade livre e consciente, como partes integrantes que são da dignidade da condição humana.

Celebramos a importância das conquistas do 25 de Abril para a emancipação das mulheres portuguesas, conquistas que lhes abriram as portas à participação activa e consciente na construção de um Portugal moderno, livre e democrático.

Mas, ao celebrarmos a história do percurso das mulheres que, com a sua luta e determinação, alteraram em definitivo padrões civilizacionais arcaicos e abriram as portas a um futuro de igualdade, fazemo-lo com os olhos lançados ao longo caminho que ainda falta percorrer para que a igualdade da lei se materialize em igualdade na vida.

Assinalar este dia é ter presente as muitas mulheres que continuam a ser vítimas de diversas formas de violência, também nos Açores. Uma realidade que nos envergonha enquanto sociedade que se pretende evoluída e civilizada.

Assinalar este dia é relembrar a pobreza de que as mulheres são ainda as principais vítimas a nível mundial e o muito que nos falta ainda fazer para a erradicar.

Assinalar este dia, é ter presente a forma como a avalanche imparável do desemprego atinge as mulheres em primeiro lugar e com maior permanência e gravidade.

É ter presente o desnível salarial existente no nosso país e na nossa Região entre mulheres e homens, que é um reflexo real e incontornável da desigualdade que ainda enfrentam.

É não esquecer as dificuldades agravadas sentidas pelas mulheres no emprego, com condições de trabalho penosas e horários desregulados que impedem qualquer conciliação com a vida pessoal e familiar.

Ao assinalarmos este Dia Internacional da Mulher, importa relembrarmos as muitas mulheres açorianas que sofrem, que diariamente enfrentam discriminações e dificuldades. Lembramos por isso, como símbolo dessa árdua condição, as trabalhadoras da fábrica COFACO que, perante a inércia dos poderes públicos, são desde há poucos dias, forçadas a uma diária e penosa travessia marítima para poderem auferir um salário de magra sobrevivência. Este é o seu dia.

Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP, eleita pela CDU, propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assinalando o Centenário do Dia Internacional da Mulher, saúda todas as mulheres açorianas e reafirma o seu empenhado compromisso no combate a todas as formas de discriminação de género e na construção de uma igualdade real, como incontornável valor democrático e componente indispensável de uma sociedade mais justa e humana.

Disse.

O Deputado Regional do PCP: Aníbal Pires.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pelo facto de existirem três votos sobre esta matéria, o PSD no final da sua apresentação, naturalmente associando-se a cada um deles, fará uma breve intervenção.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação às Mulheres Açorianas

No dia 8 de Março de 1857, em Nova Iorque, operárias têxteis, pela primeira vez, fizeram greve e desceram à rua para exigirem a redução do tempo de trabalho de 16 horas para 10 horas por dia e salários iguais aos dos homens.

Em 1910, na Dinamarca, aquando do Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, Clara Zetkin propôs o dia 8 de Março como o *Dia Internacional da Mulher*, em homenagem a estas mulheres americanas, que representavam muitas outras, em iguais e piores condições, que se sujeitavam ao sofrimento silencioso.

Ao longo destes últimos cem anos, vários têm sido os esforços desenvolvidos, para eliminar a discriminação entre homens e mulheres, muito mudou no mundo, mas muito continua terrivelmente na mesma.

Hoje as mulheres açorianas tal como no resto do país e do mundo continuam a ser vítimas de discriminação e de violência.

Hoje como há cem anos, as mulheres continuam a ganhar menos por trabalho igual, apesar de estarem a ganhar a batalha da qualificação.

Hoje, as mulheres continuam em maior risco de desemprego e reféns de esquemas que as impedem de chegar, em maior número, a cargos de chefia.

Hoje como há cem anos, as mulheres são vítimas de violência doméstica, um fenómeno que assustadoramente permanece e se estende a todas as gerações e classes sociais, e que mata. Mata mulheres.

Celebrar o *Dia Internacional das Mulheres* é recusar o esvaziamento dos discursos ociosos das diferenças e complementaridade, é recusar as flores das desculpas, é recusar um mundo em que um género é norma e o outro é acessório.

Celebrar o centenário do *Dia Internacional das Mulheres* é saudar todas as mulheres e homens, que ao longo dos tempos continuam as lutas intransigentes, por um mundo mais justo.

Uma saudação especial a todas as mulheres açorianas, que anonimamente, todos os dias, nas redes da pesca, na agricultura, nas escolas, nos escritórios, nas fábricas, nas cozinhas, nas creches, na política e no Parlamento regional e em todos os outros lugares, onde ocupam e desempenham um papel fundamental na sociedade – na luta secular contra a mentalidade dominante de remeter as mulheres para a esfera do privado – e não desistem de reivindicar a dignidade e a igualdade de direitos legalmente instituída, ainda que com um grande défice de concretização no quotidiano.

Nos Açores, tal como no resto do mundo, comemorar o centenário do *Dia Internacional das Mulheres* é uma afirmação da justeza e essencialidade da luta contra a discriminação de género, em pleno Sec. XXI e é o assumir de um compromisso pela continuidade desta luta.

Nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe a esta Assembleia Legislativa, um Voto de Saudação às Mulheres Açorianas pela sua contribuição na luta pela igualdade de género, no centenário do *Dia Internacional da Mulher*.

Disse.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: Zuraida Soares e Mário Moniz.

Presidente: Não havendo intervenções, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

Deputada Vera Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Comemorar o dia 8 de Março poderá ser entendido como um mal necessário. No entanto, este não foi um dia escolhido ao acaso. 8 de Março de 1857 marcou a história das lutas femininas, quando dezenas de operárias morreram, num incêndio, por reivindicarem melhores condições de trabalho, nomeadamente, o direito a uma jornada de 10 horas.

Esta não é por isso uma data qualquer. Desde 1910, quando foi consagrado durante a Conferência de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhaga, como dia Internacional da Mulher Trabalhadora, por proposta de Clara Zetkin, muitas foram as lutas que as mulheres protagonizaram.

Reivindicaram o direito ao voto, lutaram para que as mulheres tivessem acesso à educação, defenderam os direitos no trabalho e a protecção da maternidade, lutaram contra a dominação masculina, a quem eram obrigadas a pedir autorização, para viajar, abrir uma conta bancária e em alguns casos, para se ausentarem do lar.

Lutaram pelo direito a casar, que era negado a quem fosse enfermeira ou professora, reivindicaram por justiça no código penal, que punia os homens que assassinassem as mulheres, por estas terem cometido adultério, com penas inferiores a seis meses.

8 de Março de 2010, longe vão muitas dessas situações injustas, mas será que ainda faz sentido falar de discriminação, será que ainda faz sentido, comemorar o dia internacional da mulher trabalhadora?

Infelizmente a realidade demonstra que sim.

Em termos laborais, as diferenças salariais, com dados de 2007, são em média de 30% e acentuam-se à medida que as mulheres detêm um nível escolar mais elevado, atingindo por exemplo entre licenciadas e licenciados 33,5%.

Quando se comparam valores do desemprego, este atinge sobretudo as mulheres, particularmente para as que detêm um nível superior de escolaridade.

São também muitas as mulheres que vivem em condições de pobreza, particularmente quando têm mais de 65 anos.

Se considerarmos apenas o domínio do trabalho, apesar da lei proteger as mulheres durante a maternidade, e aos poucos, ter introduzido o direito à paternidade, o certo é que as mulheres ainda são prejudicadas nas suas carreiras pelo facto de serem mães, sobretudo, por recair sobre elas o dever de acompanhamento dos filhos menores, particularmente em situações de doença, deficiência ou mesmo, em matérias de educação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: As mulheres ainda têm razões para chamar a atenção da sociedade, para os abusos de poder, o assédio sexual, a precariedade no emprego, para não falar de questões como o tráfico de seres humanos e a violência doméstica, que ainda hoje fazem vítimas na nossa sociedade.

Dia internacional da mulher trabalhadora, para alguns por ventura, uma referência directa a todas as mulheres que exercem uma actividade remunerada. Não podemos, no entanto, deixar de referenciar todas as mulheres domésticas, que exercem uma forma de trabalho não pago, por ventura não reconhecido nem valorizado, mas que tem constituído o suporte das famílias e da sociedade, assegurando de forma silenciosa, os necessários cuidados aos mais novos e aos mais velhos.

8 de Março de 2010, um dia como outro, mas que a História de 100 anos, nos permite fazer uma chamada de atenção, para a necessidade de continuarmos a reivindicar igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta um Voto de Congratulação pelos 100 anos das comemorações do dia 8 de Março, enquanto dia internacional da mulher trabalhadora.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: Helder Silva, Vera Bettencourt, Berto Messias e Piedade Lalanda.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Deputados Mark Marques (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

* **Deputada Aida Santos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a todos os votos apresentados sobre o Dia Mundial da Mulher.

Entendemos que as mulheres hoje não podem ter a sobrecarga que actualmente têm.

Defendemos – o Partido Social Democrata – uma nova ordem organizacional que ajude a ter a profissão e a desempenhar ao mesmo tempo as tarefas familiares.

Defendemos também que são necessárias para todas as mulheres açorianas políticas consertadas.

São as empresas também, defende o Partido Social Democrata, que no nosso entender têm a obrigação social e podem ser as primeiras a criar grande parte das condições para as mulheres açorianas.

Vamos fazer tudo, enquanto Partido Social Democrata, para que todas as mulheres açorianas sintam orgulho de ser açorianas e tenham cada vez mais uma vida digna e capaz de viver melhor.

Muito obrigada.

Deputados Jorge Macedo (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou colocar o voto à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relacionado com a Escola Secundária da Lagoa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Dando cumprimento a princípios essenciais regulamentados pelo Decreto Legislativo Regional nº. 12/2005/A, de 16 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional nº 35/2006/A, de 6 de Setembro, e procurando articular duas das áreas da sua acção – a promoção do sucesso escolar dos alunos e a melhoria das condições de trabalho de alunos e professores – a Escola Secundária de Lagoa, dando continuidade ao *Projecto Escola, Aprendizagem e Tecnologias*, cuja meta é apostar numa dinâmica de inovação e diversificação de estratégias de ensino e de aprendizagem, apoiada na introdução das novas tecnologias, foi convidada a representar a Região Autónoma dos Açores no *7th Microsoft European Innovative Education Forum*, a decorrer em Berlim, de 23 a 25 de Março de 2010.

Considerando-se que um dos desafios maiores que se coloca ao sistema educativo é a formação contínua do seu corpo docente em áreas específicas e transversais, permitindo-se, assim, aos professores abordagens pedagógicas mais activas e inovadoras, tornando a aprendizagem dos nossos alunos mais estimulante e mais consentânea com as exigências do mundo actual, a presença de uma representação regional no evento citado – que se caracteriza pela partilha de experiências e práticas de ensino com recurso às tecnologias, desenvolvidas por professores inovadores de reconhecido mérito de 45 estados europeus – constitui uma mais-valia para o Sistema Educativo Regional e motivo de orgulho para os Açores.

A Escola Secundária de Lagoa – representada neste evento pelo Presidente do Conselho Executivo – participou em 2006, em Talin, com uma *Virtual Classroom Tour* sobre a propagação do som, da responsabilidade das docentes Filipa Botelho e Ester Ventura, tendo, desta vez, sido convidada para participar no âmbito da oportunidade concedida aos Directores de Escolas de toda a Europa para se reunirem e conhecerem o Programa Escolas Inovadoras, tendo em vista a preparação para a candidatura no concurso mundial de 2010.

Este fórum conta com a participação de apenas três escolas nacionais, em que se inclui a Escola Secundária de Lagoa, o que confere à presença regional uma honra digna de ser relevada.

A utilização das novas tecnologias, que vêm na rapidez e eficácia de redes globais e virtuais de comunicação o espaço ideal para consolidar conhecimentos e desenvolver os espíritos mais perseverantes e ávidos de saber, contribuem para um maior interesse e envolvimento dos alunos no seu processo de aprendizagem, levando a que formemos cidadãos mais autónomos, responsáveis, promotores da liberdade, trabalhadores, integrados na comunidade, com abertura intelectual e sensibilidade cultural, interventivos e críticos, com conhecimento estruturado em diferentes áreas científicas. É pois esta a meta da escola enquanto comunidade educativa.

Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe o seguinte voto de saudação:

- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda a Escola Secundária de Lagoa e expressa-lhe público elogio, valorizando o seu papel internacional na divulgação de boas práticas no ensino, bem como a importância da sua acção enquanto escola inovadora.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Março de 2010

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: Helder Silva, Alexandre Pascoal, Graça Teixeira e Berto Messias.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico associa-se a este voto.

Em relação a esta matéria, a esta presença em projectos de âmbito internacional e fundamentalmente no âmbito da União Europeia, lembra que é uma prática de várias escolas açorianas.

Por exemplo, lembro que a Escola Básica e Integrada do Corvo já participa em projectos deste tipo desde o ano 2004.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata associa-se naturalmente a este voto, porque considera que o facto da Escola Secundária da Lagoa ter sido convidada para esse programa de Escolas Inovadoras, deve merecer da nossa parte um reconhecimento como incentivo e motivação a que o sistema de ensino regional consiga cada vez mais gerar mais e melhores competências para todos os alunos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Protesto, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Começou, esta semana, a saga dos operários e operárias da COFACO que diariamente se tem que deslocar à Ilha do Pico para trabalhar.

A recusa pela invocada impossibilidade legal do Governo Regional permitiu que se concretizasse a deslocalização desta unidade fabril obrigando trabalhadores e trabalhadoras a um sacrifício suplementar diário nas suas vidas.

A inércia e o manifesto desinteresse do Governo Regional pela economia da Ilha do Faial, vaticinou mais esta machadada implacável na sua já quase residual indústria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Perante os factos acima descritos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem o seguinte:

1. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu mais veemente protesto pela atitude passiva do Governo Regional que não interviu de forma atempada e eficaz...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

O Orador: ... no processo de deslocalização da fábrica da COFACO da Ilha do Faial para a Ilha do Pico.

2. Que do presente voto de protesto seja dado conhecimento ao Governo Regional dos Açores, à Administração da COFACO e ao Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: Zuraída Soares e Mário Moniz.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alzira Silva.

* **Deputada Alzira Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode aprovar este Voto de Protesto, por três razões. Começo pelas razões de conteúdo.

O Voto de Protesto fundamenta-se num pressuposto de intervenção do Governo Regional em situações legais de reestruturação das empresas, ...

Deputado João Costa (PSD): Essa é boa!

A Oradora: ... o que não corresponde ao enquadramento legal de intervenção do Governo dos Açores.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

A Oradora: Em segundo lugar, a forma.

Solidarizarmos com os trabalhadores da COFACO e demonstrarmos a nossa simpatia é uma atitude que merece toda a nossa concordância.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não basta!

A Oradora: Dizer que o Governo teve uma atitude de inércia e de manifesto desinteresse pela economia do Faial, não corresponde à atitude do Governo, pelo que não podemos aprovar nos termos não verdadeiros em que está redigido este Voto de Protesto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Portanto, o rigor da palavra é aqui importante.

Finalmente, aprovar este voto seria também esquecer os trabalhadores, professores, funcionários de finanças e técnicos que todos os dias atravessam o canal para trabalhar no Pico...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Já esqueceram uns, agora esquecem os outros!

A Oradora: ... uns há anos, outros há meses, em condições também elas duras e seria uma discriminação ignorá-los. Portanto, aqui reside a nossa terceira razão para não aprovar este voto de protesto.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

* **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegou o dia!

Infelizmente chegou o dia em que a COFACO encerrou mesmo a sua fábrica na Ilha do Faial.

Constitui um rude golpe no já frágil tecido económico faialense, reduzindo em várias dezenas (cerca de 7 dezenas) os postos de trabalho nesta ilha.

O Faial levará anos a recuperar estes postos de trabalho.

Este encerramento tem também efeitos sociais nefastos. Lança muitos faialenses no desemprego e obriga-os, não por opção, Sra. Deputada Alzira Silva, a ir para o Pico, porque efectivamente vão muitos faialenses por opção e muitos picoenses por opção vêm trabalhar para o Faial, mas estes são obrigados. Muitas mães de família, por salário mínimo, são obrigadas a ir para o Pico.

Deputada Alzira Silva (PS): E os outros também. Por razões de trabalho obrigam-se a ir e a vir!

O Orador: O Governo Regional dos Açores é cúmplice com tudo isto.

É cúmplice pelo seu silêncio! É cúmplice pela sua inacção!

É cúmplice quando a empresa diz (e é a empresa a dizê-lo!) que acordou com as entidades regionais a reprogramação da sua capacidade produtiva.

O Governo nunca esclareceu se existe esse acordo e se existe, em que consiste.

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo diz que não intervêm por questões legais, mas também nunca foi capaz de esclarecer que questões são essas e ainda não respondeu ao nosso requerimento sobre essa matéria.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa actuação do Governo Regional revela ainda uma fortíssima insensibilidade social deste Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Para além de ser cúmplice com a deslocalização destes trabalhadores nem a promessa dos apoios sociais às famílias atingidas por esta deslocalização parece estar a ser cumprida. Isso é lamentável!

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: A prova que para este Governo o slogan apregoado tantas vezes de que as pessoas estão primeiro, é de facto e apenas um slogan e não uma orientação.

Lamentamos e por isso vamos aprovar este voto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Nos votos os Grupos Parlamentares têm 3 minutos e as Representações dois.

O Sr. Deputado Luís Garcia usou 2 minutos e 50 segundos. Foi mais a intensidade do que a extensão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem 2 minutos.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve sobre esta questão.

Evidentemente que apoiamos este Voto de Protesto. Apoiamos este Voto de Protesto porque o Partido Socialista e o Governo Regional demonstraram que têm 2 pesos e 2 medidas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

O Orador: Em relação ao Faial não souberam proteger o tecido industrial, em relação ao Faial não souberam proteger estas trabalhadoras.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é verdade!

O Orador: A comparação que aqui foi feita, Sr. Deputada Alzira Silva, não é aceitável.

Eu próprio residia na Ilha do Faial e tinha que dar aulas no Pico, mas isso significava que no ano a seguir podia concorrer e existia a possibilidade de mobilidade.

A estes trabalhadores não é dada nenhuma possibilidade de mobilidade, não lhes é dada nenhuma possibilidade de um dia poderem trabalhar novamente no Faial.

Deputado Helder Silva (PS): Não é verdade.

O Sr. Deputado está muito mal informado!

O Orador: É essa a vossa insensibilidade em relação a esta questão e particularmente com graves responsabilidades para os dois Srs. Deputados do Partido Socialista que foram eleitos no círculo do Faial...

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... demonstraram que não têm peso junto do vosso Grupo Parlamentar, demonstraram que não têm peso junto do Governo Regional para resolver esta questão.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, não partilhando integralmente dos pressupostos invocados neste Voto de Protesto, lamenta o silêncio do Governo Regional relativamente a esta matéria.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O Governo não pode falar neste ponto!

Como é que é silêncio?

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas já pôde e não falou. Teve oportunidade de falar no último plenário!

Presidente: Efectivamente o Governo Regional não pode falar em matéria de votos.

Pode prosseguir, Sr. Deputado Paulo Rosa.

O Orador: Obviamente que o Governo Regional não pode falar nos votos, mas pôde falar em todas as ocasiões que já lhe foram proporcionadas para se pronunciar sobre esta matéria. Esse silêncio é ensurdecador.

Estamos perante um drama social na Ilha do Faial (há que reconhecê-lo, todos o reconhecemos) em que famílias são separadas compulsivamente, não por uma questão de opção Sra. Deputada Alzira Silva. É uma questão compulsória e nós temos responsabilidades nesta matéria, em particular o Governo Regional.

Porque somos pela protecção do tecido empresarial das ilhas, somos pela fixação das pessoas nas ilhas onde pretendem residir, nós, apesar de não partilharmos integralmente dos pressupostos deste voto, vamos votá-lo favoravelmente.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, assim não chega lá!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Chega, chega! Os senhores é que não vão chegar!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Protesto foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Segue-se um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

O dia 01 de Março de 2010 ficará na memória de todos os nordestenses pelas piores razões. Nesta fatídica madrugada, chuvas torrenciais abateram-se sobre a ilha de São Miguel, causando inúmeros prejuízos materiais, com especial incidência no Concelho do Nordeste.

Mais uma vez, a Natureza ceifou vidas humanas nas nossas ilhas. Desta feita, um autocarro que fazia o transporte de crianças para a Escola Básica e Secundária do Nordeste foi, subitamente, apanhado por uma enxurrada, sendo projectado por uma ravina.

O acidente teve efeitos, especialmente, trágicos na freguesia da Algarvia, onde residiam os ocupantes do autocarro, três crianças de tenra idade, assim como o seu motorista.

Deste acontecimento, que deixou dor em todos os nordestenses e em todos açorianos em geral, resultaram duas vítimas mortais e dois feridos ligeiros.

A Natureza nos Açores é, por vezes, madrasta e impiedosa.

Mas é nestes momentos que sobressai, também, o melhor dos açorianos, que sobressai o espírito de altruísmo que norteia as nossas gentes e a alma solidária de quem, não olhando ao risco da sua própria vida, apenas tem o objectivo de ajudar o próximo.

E foram estes sentimentos que Valdomiro Rocha e Eduardo Raposo, funcionários dos Serviços Florestais do Nordeste, encarnaram, ao serem os primeiros a socorrerem as vítimas deste trágico acidente.

Estes dois homens, que passavam no local no exacto momento em que se deu o acidente, seguiram o seu instinto e fizeram uso da sua coragem e abnegação para resgatarem e confortarem duas crianças acidentadas.

Para eles, fica a nossa dívida de gratidão!

Como fica, também, para com as várias entidades públicas, envolvidas nas operações que decorreram durante vários dias, e aqui importa salientar as Associações de Bombeiros Voluntários, Serviços de Protecção Civil, Serviços Florestais, Câmara Municipal, Centro de Saúde de Nordeste, Serviços de Ciência Tecnologia e Equipamentos, Escola Básica e Secundária de Nordeste e PSP e que, mais uma vez, provaram que a competência pode ser sinónimo de humanismo em tempos difíceis.

Neste momento de dor, partilhada por todos os açorianos, o Grupo Parlamentar do PS propõe, nos termos regimentais aplicáveis, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o presente Voto de Pesar e que dele dê conhecimento às famílias das vítimas, assim como à Câmara Municipal de Nordeste, Junta de Freguesia da Algarvia e Escola Básica e Secundária de Nordeste.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Março de 2010

Os Deputados Regionais: *Helder Silva, Carlos Mendonça e Berto Messias.*

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

* **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma curta comunicação para anunciar que o PSD se associará a este voto lamentando profunda e sentidamente esta fatídica ocorrência e sublinhando, naturalmente, a forma como todos aqueles que se envolveram nas operações de socorro, sublinhando aqui de uma forma muito particular o trabalho e a coragem

daqueles dois funcionários dos Serviços Florestais que, caso não tivesse acontecido, muito provavelmente o número de vítimas não seriam duas, mas poderiam ser eventualmente quatro.

Foi uma tarefa hercúlea para quem visitou o lugar e viu as condições naquele momento em que o socorro foi prestado por estes dois funcionários.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

* **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umhas palavras muito breves para dizer que o CDS também se associa a este Voto de Pesar apresentado aqui pelo Partido Socialista e aproveita também para deixar aqui o registo de condolências às respectivas famílias.

Efectivamente o apoio que foi prestado foi imediato. As forças que intervieram no local tudo fizeram para que a situação não fosse pior do que aquela que acabou por ser em parte, mas aqui trata-se efectivamente de ceifar vidas humanas. Desse ponto de vista, seja uma, seja duas, o que está em jogo são as vidas humanas, por isso o CDS/PP associa-se completamente à iniciativa do PS.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Pesar, subscrito por todas as bancadas parlamentares, relacionado com o temporal da Madeira e que em Conferência de Líderes ficou deliberado que seria lido por mim.

Voto de Pesar

A 20 de Fevereiro deste ano, a Ilha da Madeira foi assolada por uma catástrofe natural, que causou 43 vítimas mortais, 8 desaparecidos, 600 desalojados e

avultados danos materiais, um balanço negro que não contabiliza a dor e o sofrimento de um povo.

Em poucas horas, a população da Ilha da Madeira assistiu a uma destruição sem precedentes, que devastou lares e equipamentos públicos e, mais importante, ceifou vidas humanas.

Foi impossível cada açoriano não sentir na pele a tragédia que se abateu sobre a Madeira naquele fatídico dia.

Cada açoriano, de cada uma das ilhas, sabe o que é perder familiares, amigos ou conhecidos às mãos da força da Natureza. Sabe o sentimento de impotência que invade os momentos seguintes a se perder, em minutos, um património de uma vida.

Mas cada açoriano, no seu íntimo, sabe também que, após estes momentos, é invadido por força de sobrevivência que convoca a reconstruir o que perdeu, transformando a destruição em oportunidade e o sofrimento em saudade.

Por isso, cada açoriano sentiu a catástrofe da ilha da Madeira de uma maneira diferente. Mais chegada, mais dorida, mais real, quase como se estivesse a acontecer na sua ilha, na sua cidade ou freguesia, na sua rua. Como se conhecesse os cantos daquela casa destruída, como se tivesse percorrido, no dia antes, a calçada daquela rua transformada em lamaçal.

A Madeira, como aconteceu por cá várias vezes, vai sair mais forte deste revés. Vai ficar a dor e a saudade. Que esta dor dê força aos madeirenses para reconstruírem o que perderam e que a saudade seja uma homenagem aos que partiram. É a isso que os açorianos se agarram durante séculos. Esta é a condição de quem escolheu, sem saber bem como ou porquê, viver encurralado entre a montanha e o mar.

Assim, os Deputados Regionais, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem que esta Assembleia Legislativa, aprove o presente Voto de Pesar e que dele dê conhecimento à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, bem como ao seu Governo Regional.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Março de 2010

Os Deputados: Helder Silva, Artur Lima, Zuraida Soares, Paulo Estêvão, António Marinho e Aníbal Pires.

Presidente: Estão aberta as inscrições.

Não havendo, vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos noutra matéria.

Tem a palavra o Sr. Subsecretário das Pescas para fazer uma comunicação em nome do Governo.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é reconhecido na nossa Região, o nosso sector das pescas é uma importante fonte de exploração económica de recursos marítimos, que representa um pilar indispensável na sustentação do emprego e que aprofunda também o nosso relacionamento com o mar.

As actividades ligadas ao sector das pescas, ao proporcionarem alimentos saborosos e bons para a saúde, garantem a segurança do nosso auto-abastecimento alimentar e constituem igualmente um potencial económico e de exportação de produtos de marca da nossa Região.

No entanto, a actividade extractiva, a fileira mais frágil deste sector, está muito dependente, não só de condições climatéricas adequadas, para que se efective o exercício da pesca, como também da estabilidade e conhecimento dos mercados da pesca, para que se garanta uma retribuição equitativa às mulheres e homens que trabalham no Mar dos Açores.

Nestes últimos meses, o mau tempo, que tem assolado continuamente a nossa Região, com uma violência muito acima do daquilo que é habitual, aliado à instabilidade e aos movimentos especulativos nos mercados europeus da pesca, veio acumular-se à falta de atum bonito que ocorreu no segundo semestre do ano passado, ocasionando uma quebra de rendimentos no nosso sector das pescas.

Se é certo que o sector das pescas tem evoluído muito, fruto de um grande empenho político, nestes últimos anos, na modernização deste nosso sector

produtivo, não é menos certo que ainda existe muito trabalho conjunto a fazer para melhorarmos, em termos organizacionais, as nossas fileiras extractivas e da comercialização.

Para garantir o futuro da pesca é preciso pescar melhor e pescar melhor não significa pescar mais, mas sim pescar de uma maneira mais sustentável e mais organizada, que não sobre-explore os recursos e que permita valorizar ao máximo as capturas, de forma a que os nossos produtores vendam em lota os diferentes tipos de peixe, com o melhor tamanho comercial, sem por em causa a sua sustentabilidade, e nos períodos em que o mercado tenha maior procura.

Mas, na nossa opinião, não é possível garantir a sustentabilidade dos recursos e das nossas comunidades piscatórias, sem garantir um sistema de comercialização mais justo, que recompense melhor os nossos pescadores e que traga uma garantia de origem e de qualidade aos consumidores do peixe dos Açores.

Por isso, é imprescindível que os produtores entrem de facto no circuito comercial do pescado, para diminuir o número de intermediários e reduzir o fosso que existe entre o preço de venda em lota e o preço que chega ao consumidor final. Os armadores e os pescadores açorianos têm também necessariamente de entrar no negócio da exportação do peixe, para que possam ganhar mais dinheiro.

Foi a pensar nestes objectivos, como pano de fundo, que o Governo Regional aprovou catorze medidas de apoio ao sector das pescas para alavancar o potencial, social e económico, desta actividade tão importante para o nosso arquipélago.

Em primeiro lugar decidimos accionar o mecanismo de protecção social dos nossos pescadores. Os nossos pescadores tiveram uma quebra de rendimentos devido ao mau tempo e foi totalmente justo que o FUNDOPESCA processasse de imediato uma compensação salarial aos pescadores abrangidos, que fosse equivalente ao salário mínimo regional.

O nosso FUNDOPESCA é, de facto, um bom instrumento de apoio ao sector, com boas soluções de funcionamento, e que tem sido activado quando existem razões objectivas para apoiar os nossos pescadores. Este foi o caso que conduziu a este apoio, mas iremos reavaliar novamente a situação do sector piscatório, no final do

corrente trimestre, com vista a apurar se justifica idêntico apoio no próximo mês de Abril.

Decidimos também organizar e iniciar este ano o Programa Reactivar-Pescas de forma a promover cursos de valorização e de requalificação profissional dirigidos aos pescadores que saiam temporariamente da actividade com vista a obter outras competências profissionais. Este regime formativo, que se destina a um universo de 250 pescadores, das ilhas de São Miguel e da Terceira, terá a duração de 12 a 20 meses e garantirá durante aquele período uma bolsa mensal, a cada pescador que frequente o curso, equivalente ao salário mínimo regional.

A terceira medida consiste na criação de um novo regime de apoio aos pescadores, passando o Governo a participar os custos com os seguros de acidentes de trabalho e de acidentes pessoais até ao montante de 200 € por tripulante embarcado e por ano. Com esta medida, o Governo dos Açores garantirá uma maior protecção social a esta classe profissional, que tem riscos de trabalho mais elevados do que os trabalhadores em terra.

Iremos igualmente elaborar um manual da segurança social, adaptado ao sector das pescas, para entregar a cada tripulação de todas as embarcações regionais de pesca, contendo as regras e procedimentos que permitam orientar os profissionais da pesca, de forma a melhor usufruírem dos regimes de apoios sociais e de reforma existentes e assim terem uma maior protecção no seu futuro.

A quinta medida consiste no garantir o acesso à profissão de pescador a quem não tem a escolaridade obrigatória, após conclusão de curso profissional com aproveitamento, o que permitirá não só diminuir custos na actividade, como dar maior estabilidade na organização das tripulações de cada embarcação.

Na realidade, temos na nossa Região um conjunto de pescadores com autorizações provisórias de trabalho, situação que importa corrigir, dado que é manifestamente injusto que o actual regime não permita que estes profissionais possam obter uma cédula marítima, que lhes possibilite exercer a sua profissão em igualdade de circunstâncias com o exercício de outras profissões.

O diploma do quadro legal da pesca açoriana, recentemente entregue neste parlamento para aprovação, dar-nos-á um instrumento jurídico adequado que permitirá agilizar a certificação profissional destes nossos pescadores açorianos.

Nesta matéria, iremos também desburocratizar o processo de embarque de tripulantes nas embarcações de pesca, por via das próprias associações participarem na elaboração do rol de tripulação, o que conduzirá a uma diminuição dos custos de exploração das embarcações da nossa frota de pesca.

A sétima, oitava e nona medidas estão relacionadas com o regime de incentivos à nossa frota local e costeira.

Iremos passar a apoiar financeiramente jovens armadores, nos termos da regulamentação comunitária em vigor, que queiram adquirir embarcações de pesca que já estejam em actividade.

Com esta medida, vamos ajudar os armadores, que tenham menos de 40 anos, apoiando em 15% do custo da aquisição de embarcação em segunda mão e já em actividade no Mar dos Açores, até ao limite dos 50.000 €.

Vamos também dar incentivos aos armadores que pretendam retirar da frota embarcações da pesca local e pequena pesca costeira que estejam licenciadas e que não tenham as adequadas condições de trabalho e de segurança.

No âmbito do plano de construção de embarcações em curso, iremos passar a autorizar a mudança de estaleiro e continuar a dar apoio, aos armadores com projectos aprovados desde que de tal não resulte aumento de dimensões e da potência motora já aprovada.

A décima medida consiste em renegociar com a banca os protocolos de concessão de empréstimos reembolsáveis aos armadores, de forma a prolongar os prazos de pagamento dos 7 para os 10 anos. Esta medida, que é complementada com a concessão de apoios aos juros, permitirá suavizar as prestações mensais a que os nossos armadores estão obrigados por via dos empréstimos que efectuaram para investir na construção ou modernização das suas embarcações

A décima primeira medida consiste no reforço da bonificação de juros do mecanismo de adiantamento financeiro da Lotaçor, no âmbito da aquisição de

pescado em primeira venda, de forma a promover uma melhor sustentabilidade à fileira da comercialização.

Quanto à exploração pesqueira, iremos promover uma medida de reorientação para pescarias de espécies ainda não exploradas comercialmente, como o peixe-espada preto, com vista a fazer um histórico de pesca a nível comunitário, cedendo temporariamente artes e equipamentos de pesca para a captura desta espécie e garantindo um preço de aquisição em lota de 3 € por quilo numa quota a definir posteriormente.

Outra medida importante que vamos implementar é o reforço das parcerias da empresa regional de comercialização de pescado com as associações da pesca de cada ilha, para promover a entrada dos pescadores nos circuitos comerciais que lhes permitam participar também nos lucros da venda de pescado que capturam e assim obter mais rendimentos para as suas famílias.

Para garantir maior sustentabilidade a longo prazo na pesca comercial devemos reforçar as zonas de protecção à pequena pesca artesanal em torno das nossas ilhas. Esta solução tem como dupla vantagem, a protecção de um modo de vida e de uma cultura local, mas também a garantia que a exploração destes locais não seja intensivo, para permitir uma actividade comercial rentável e com estabilidade a longo prazo às comunidades piscatórias locais.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

O Orador: Assim, em processo de diálogo e colaboração com as nossas associações de pescadores, no âmbito da pesca com armadilhas e à semelhança da pesca com palangre, iremos reservar as zonas das seis milhas exclusivamente para as embarcações de pesca da própria ilha.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As catorze medidas que agora acabámos de elencar são a prova de uma determinação política em apostar num sector, que é um pilar histórico da nossa Região. A pesca, com as suas gentes e as suas empresas, constitui uma mais-valia para o nosso arquipélago, que importa continuar a valorizar e a desenvolver, como agora o estamos a fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*). Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate que segue as mesmas regras da declaração política, ou seja, cada grupo ou representação parlamentar pode falar por uma só vez até 5 ou 3 minutos, respectivamente, encerrando o autor da comunicação, tendo 5 minutos para tal.

Já tenho duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

* **Deputado José Lima** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se e felicita a intervenção do Sr. Subsecretário Regional das Pescas e aproveita para dizer que, de facto, este Governo tem, ao longo dos anos, apostado em políticas que têm vindo em muito a melhorar este sector.

Estas 14 medidas agora aqui enunciadas mostra, de facto, que as pescas são um pilar estratégico e fundamental para o desenvolvimento da nossa Região, bem como o empenho demonstrado pelo Governo Regional nas políticas viradas para o mar, vindo ao mesmo tempo estas medidas criar mais coesão sócio-económica, garantindo assim uma melhor qualidade de vida aos nossos pescadores e a todos os que dependem do sector das pescas.

A abertura que tem este Governo junto das organizações da pesca, apresentando medidas concretas para este sector, faz com que as mesmas estejam hoje empenhadas em desenvolver um trabalho contínuo e integrado entre todos os intervenientes do sector, investigadores, dirigentes políticos, armadores, pescadores e consumidores.

Este trabalho tem vindo ao longo dos tempos garantindo a sustentabilidade do sector das pescas a médio e a longo prazo, tendo as associações vindo a empenhar-se não só no combate oral e político, mas em abordagens práticas e eficazes mediante incentivos à renovação da organização da frota, no desenvolvimento

estratégico destinado à reorientação de capturas para outras espécies de profundidade, investimentos na formação valorizando o património humano e cultural das pescas e, como não podia deixar de ser, a realização de vários encontros anuais que fomentem a discussão dos principais problemas do sector das pescas.

O novo quadro legal sobre as pescas já aprovado pelo Governo Regional, que já se encontra nesta Assembleia para discussão, vai permitir regularizar a curto a prazo a situação de mais de 500 trabalhadores. Vem também regulamentar diversas situações existentes neste sector, criar condições para a valorização do pescado e dar mais eficácia à gestão dos pescadores.

Não podia deixar de lembrar que tem os Governos Regionais do Partido Socialista, ao longo dos últimos anos, vindo a implementar diversas medidas e investimentos em toda a fileira das pescas, as quais têm vindo a melhorar o respectivo sector e ao mesmo tempo melhorando os rendimentos de todos os que desta actividade dependem.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para registar com agrado a generalidade das medidas elencadas pelo Sr. Subsecretário, em particular a protecção de 6 milhas para a pesca local. Era uma medida que se impunha e que só peca por tardia.

Subscrever também a sua frase dizendo que o Fundo de Pesca é um bom instrumento. Obviamente que é um bom instrumento, mas para ser um bom instrumento é preciso que os pescadores efectivamente o recebam e se tal não acontecer que saibam porquê.

As acusações de pescadores florentinos, ontem com honras televisivas, deixam tristemente claro que isso nem sempre acontece e deixam claro que não lhes são facultados os esclarecimentos por eles solicitados, o que consideramos que é lamentável.

Há famílias que dependem desses pescadores e obviamente havendo razões substantivas para não lhes ser pago as ajudas do Fundo do Pesca, às quais têm legítimo direito, que lhes seja ao menos explicado o porquê da situação para que a possam regularizar.

Outro aspecto que gostaria de focar tem a ver exactamente com o escoamento de pescado.

O escoamento de pescado é vital, em particular nas ilhas da coesão.

Há constrangimentos já por nós identificados; há a eterna, até agora, proposta do avião mini cargueiro e há a nossa convicção firme de que esse avião mini cargueiro iria beneficiar todo o sistema, em particular os próprios pescadores que não estariam tão susceptíveis de acções de greve promovidas pelos intermediários em lota devido à falta de capacidade da SATA para escoar o produto.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD gostaria de dizer, na sequência da intervenção do Sr. Subsecretário Regional das Pescas que considera naturalmente um conjunto de medidas ontem anunciado e hoje mais discriminado na forma como o fez, que embora algumas suscitem a necessidade de uma análise mais aprofundada, genericamente merecem a nossa concordância. É um conjunto de medidas que será positivo para o sector.

São positivas designadamente numa altura de dificuldade, numa conjuntura difícil como aquela que está sendo vivida e que, designadamente no caso da pesca, segundo os números conhecidos até final do ano passado, temos ao nível da pesca descarregada uma descida na ordem dos 27,4% em 2008, a que se seguiu outro ano também pouco animador com uma quebra de 18,1%.

Isso tem vindo a reflectir-se obviamente, como penso que é admitido pelo Governo, nossos profissionais da pesca e num conjunto importante da população açoriana que assim se vê afectada. Aliás, tantos outros, de outros sectores, igualmente sofreram quebras ao longo do período mais recente.

Portanto, gostaria de aqui deixar a nossa concordância, a nossa boa apreciação das medidas que o Subsecretário aqui acabou de anunciar.

Juntávamos isso, agora numa perspectiva mais estrutural, a outra boa notícia que tivemos recentemente, concretamente no final do mês passado, a partir do dia 25 de Fevereiro, em que foi votado o relatório no Parlamento Europeu sobre o *Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pescas*, que vem trazer uma outra orientação para a reforma que vai ser feita na Política Comum de Pescas num futuro próximo.

Destacando duas ou três questões fundamentais, prevê a conciliação de três vertentes importantíssimas relativas ao sector, a vertente ambiental, a social e a económica e nos diversos casos, uma permitindo a valorização das próprias profissões da pesca e noutro caso salvaguardando e preservando também os stocks existentes, também estimulando a melhoria do rendimento dos profissionais do sector.

Existe também uma salvaguarda nesse mesmo relatório relativamente ao futuro da pesca artesanal, o que para a Região Autónoma dos Açores é algo substancialmente importante, uma vez que a grande, a larguíssima maioria da frota, é efectivamente uma frota artesanal e a partir do momento em que sejam salvaguardados os seus interesses, naturalmente que isso será positivo para a Região.

Outro aspecto que é de destacar neste relatório é a descentralização que é defendida no próprio relatório, o que permitirá que a tomada de decisão relativa à compatibilização, por um lado, dos recursos existentes e a própria actividade, passa a dar origem a decisões em que estão envolvidos também os agentes locais e regionais.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Está enervado, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Só estou a constatar um facto!

O Orador: Presumo que não considere isto importante, mas nós consideramos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: São passos fundamentais que vão dar também ao sector da pesca, generalizadamente nos Açores, mas também a nível nacional e a nível europeu, outra perspectiva em termos de futuro.

É bom que tudo isso seja agora complementado ou que isto esteja também associado às medidas propostas pelo Sr. Secretário que, para descanso do Sr. Secretário Regional da Presidência (volto a referir), merecem um acordo generalizado por parte do PSD.

Não estamos contra ninguém. Estamos é a dar mais alguma coisa.

Obviamente que neste relatório, um relatório importante, que foi produzido e obteve 87% da votação a nível do Parlamento Europeu, conduzido pela Eurodeputada Maria do Céu Patrão Neves,...

Deputado José San-Bento (PS): Quem é essa senhora?

Deputado José Lima (PS): Onde é que está o trabalho dela?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O vosso sectarismo e cegueira faz com que os Srs. Deputados não se preocupem com o assunto!

O Orador: ... ficaram salvaguardados os interesses açorianos nesta matéria.

Sr. Deputado José San-Bento, vou dizer-lhe uma coisa:

Em vez de considerar isto como importante, como todos consideraram e 87% dos parlamentares europeus consideraram, o senhor resolve fazer brincadeira.

Os pescadores açorianos saberão avaliar as suas brincadeiras.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: É que isto não é para brincar, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Isto não é para brincar, são coisas sérias.

O senhor tem por hábito brincar com coisas sérias. Não brinque com coisas sérias.

Não actue dessa forma!

Relativamente a esta questão, reafirmando aqui que consideramos como positivo o conjunto de medidas definidas pelo Governo, pelo menos que eu me tenha apercebido, por parte do Sr. Subsecretário, falha, quanto a nós, uma única questão. Nada é perfeito!

O conjunto de medidas apresentado pelo Sr. Subsecretário deveria ter uma décima quinta, de natureza conjuntural. Porquê?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Mete-se comigo e depois fica sentado!

O Orador: O senhor continua a brincar. O senhor faz da política uma brincadeira. Façamos as coisas de forma séria.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao FUNDOPESCA aquilo que se verifica é que só tem acesso ao FUNDOPESCA um conjunto de profissionais que reúnem determinadas condições, designadamente tenham feito 50 saídas e que vendam 6.500 euros em lota.

Ficam de fora alguns profissionais que por não caberem dentro destes limites não têm a possibilidade de aceder ao FUNDOPESCA e isso leva a que, neste período difícil que se está a viver, estejam a sentir dificuldades conjuntamente com as suas famílias.

Era só para dar nota (depois veremos qual será o respectivo desfecho) que o PSD irá apresentar, ainda durante esta semana, um Projecto de Resolução que cria maior inclusividade ao nível do FUNDOPESCA.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Está aqui e vou explicar!

O Orador: O Sr. Subsecretário poderá não ter dito tudo ou eu não ter percebido. Vamos ouvi-lo atentamente como ouvimos a sua comunicação que acabou de fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Subsecretário sabe que por ocasião de um requerimento, algumas destas medidas já tinham sido descritas (não a totalidade).

Nessa ocasião tive oportunidade de lhe transmitir o apoio da Representação Parlamentar em relação a estas medidas, porque na política não temos dogmatismos partidários, o que consideramos que é correcto.

Estas medidas que na sua generalidade são bastante importantes para este sector, têm o apoio político do Partido Popular Monárquico.

Também quero reafirmar aqui as preocupações que o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do CDS trouxe a este plenário: a questão da situação dos pescadores do Grupo Ocidental em relação aos atrasos que se verificam.

Muitas vezes por parte da Administração não existe o apoio suficiente para que alguns problemas do ponto de vista administrativo se resolvam com celeridade.

Já trouxe aqui diversos problemas que têm afectado as pessoas na Ilha do Corvo nos diversos sectores e o que acontece é que coisas simples podiam ser resolvidas com eficácia e com celeridade, mas não são. Não são porque os vossos serviços periféricos não funcionam bem.

Nesse sentido, subscrevo as preocupações e deixo-lhe aqui esse sentido de urgência para a resolução rápida dessa questão.

É essencial que as pessoas tenham uma resposta rápida por parte da Administração e que a Administração não lave as mãos e diga que há um problema e quando estiver resolvido... Não! Resolva-se rapidamente a questão.

Para aquelas famílias que vivem em sobressalto, que vivem actualmente em condições difíceis, porque como sabem as condições sociais e económicas são muito difíceis, a nossa obrigação é responder o mais rapidamente possível.

Quando vejo que por parte do Governo não há uma resposta efectiva, mais célere, mais rápida, mais eficaz para resolver estas questões, considero que aí os senhores falham na vossa missão, mas naquilo que é a preocupação essencial e na minha preocupação como eleito pela ilha do Corvo, evidentemente que considero que

estas medidas são fundamentais, nomeadamente aquelas que se ligam à fiscalização, ao reforço da fiscalização e à protecção da pesca artesanal.

Deixo também uma última questão que me preocupa bastante que é a planificação adequada em relação aos recursos que existem porque considero que o esforço que está a ser realizado nesse sector das pescas tem que ser racionalizado para não comprometer o futuro do sector, para não comprometer as nossas reservas nesta área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais inscrições tem a palavra o Sr. Subsecretário das Pescas para encerrar o debate.

* **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de agradecer as notações que foram apresentadas aqui pelos Deputados deste Parlamento, mas gostaria também de clarificar algumas questões que, talvez resultado da má informação, não tenham sido totalmente percebidas.

Em primeiro lugar, no que respeita à Política Comum das Pescas, uma situação fundamental para a Região dado que estamos integrados numa União Europeia que define as grandes regras de gestão da pesca,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! A União Europeia é que define!

O Orador: ... gostaria de deixar claro que no final do ano passado mandei um documento para a Sra. Deputada a dizer que estava preocupado, porque o Parlamento Europeu não estava a contrariar a tendência da reserva das 200 milhas, nem os mecanismo de protecção para as frotas de pesca das regiões ultraperiféricas.

De facto, o Parlamento Europeu não emitiu uma posição clara que seja favorável à pequena pesca.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Em primeiro lugar, não definiu a necessidade de se criar um Conselho Consultivo Regional para as Regiões Ultraperiféricas, que é um instrumento fundamental de defesa dos interesses dos Açores e das Regiões Ultraperiféricas.

Baseou-se apenas em escudar-se em frases redondas que defendem a grande pesca.
A verdade é esta!

Claramente fui pedir à Sra. Deputada Patrão Neves, como relatora, que fizesse um documento que referisse que era importante restringir a influência da grande pesca e que os direitos de pescas nas zonas das Regiões Ultraperiféricas fossem considerados património das suas comunidades piscatórias.

Tal situação não ocorreu...

(Apartes entre os Deputados da bancada do PSD e o Deputado José San-Bento)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Subsecretário Regional.

O Orador: Os Srs. Deputados estão nervosos. Deixem-me acabar a explicação.

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Deputado José San-Bento é que está!

O Orador: Os senhores têm um problema em mão, têm um problema de consciência.

Deputado António Marinho (PSD): Consciência? O Sr. Subsecretário não se meta por aí!

O Orador: Não se enervem!

Os Srs. Deputados foram responsáveis e coniventes com a redução da Zona Económica Exclusiva. Essa é que é a verdade absoluta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é mentira!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor sabe que não é verdade!

O Orador: É verdade, verdadinha! É um problema de consciência que V. Exas. têm na vossa cabecinha!

Deputado António Marinho (PSD): Já reparou na postura que adoptámos (positiva!) e a postura que os senhores adoptaram?

O Orador: Significa que toda a gente pode mudar de opinião. Acho bem! Evoluíram! Estão ao lado da pesca dos Açores, finalmente. Sejam bem-vindos ao clube que defende a pesca dos Açores!

Precisamos de todos para defender a pesca dos Açores.

Mas há uma verdade absoluta, é que este relatório do Parlamento Europeu não é ainda suficientemente forte para defender a pesca dos Açores.

Temos 3 medidas que não foram claramente identificadas:

Primeiro: é preciso criar um Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas, porque é importante que as Regiões Ultraperiféricas tenham um Conselho no qual estejam os profissionais da pescas daquelas regiões, que permitam influenciar decisivamente os órgãos comunitários. Isso não está feito!

Segundo: é preciso insistir num mecanismos de protecção e dizer claramente que os direitos de pesca nas Regiões Ultraperiféricas são património das suas populações e não podem ser objecto de direitos de pesca transferidas.

Por isso vamos continuar a lutar com o contributo dos Açores junto das instâncias comunitárias, em colaboração com as outras regiões ultraperiféricas, pela defesa das 200 milhas integralmente.

Deputado João Costa (PSD): Não se esqueça de mandar um e-mail!

O Orador: Posso enviar-lhe o e-mail daqui a bocadinho!

Deputado João Costa (PSD): Não é a mim, é a Sra. Deputada!

O Orador: Terceiro: o Fundo de Pesca, é um mecanismo que foi accionado neste mês de Março e o accionamento deste mecanismo deste mês foi relativo ao período de Julho de 2009 a 31 de Dezembro de 2009.

Os critérios para uma embarcação receber o apoio referente à quebra de rendimentos no último semestre do ano passado foram:

No caso de embarcações de pesca local, as descargas efectuadas em lota no período de 20 de Julho de 2009 a 31 de Dezembro de 2009, fossem 20 descargas e o valor do pescado de 2000 euros ou 15 a 19 descargas e valor de 2500 euros.

Tal significa que na decisão, por unanimidade, do Conselho Administrativo do Fundo de Pescas, para não se perder tempo, foram processados todos os beneficiários que tinham sido alvo de apoio no anterior período.

Estamos a verificar aqueles que não tinham sido abrangidos pelo anterior período...

Deputado João Costa (PSD): Já estão a verificar há alguns meses!

O Orador: Não estamos a verificar há alguns meses.

Deputado João Costa (PSD): Estão! Estão!

O Orador: Isto foi decidido a semana passada, Sr. Deputado.

Deputado João Costa (PSD): E a cartinha que o senhor mandou, foi a semana passada?

O Orador: Sr. Deputado, alguns deles já estão a receber, porque em vez de pedirmos aos beneficiários que nos enviassem os dados da Segurança Social, pedimos já os dados à Segurança Social.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Subsecretário.

O Orador: Em relação à situação dos pescadores da Ilha das Flores...

Deputado João Costa (PSD): O senhor tem que dizer isso aos pescadores quando forem à Segurança Social.

Na Graciosa são 22!

O Orador: ... 13 pescadores já receberam, 12 pescadores ainda não receberam.

As embarcações deles estão em condições de receber.

Aqueles que tiverem, em termos de Segurança Social, o comprovativo de que exerçam exclusivamente a pesca neste período, vão receber.

Podemos dizer que hoje já temos os documentos, porque pedimos à Segurança Social em vez de pedirmos aos pescadores, no sentido de agilizar este processo.

Provavelmente, hoje ou durante esta semana, a situação dos pescadores vai ser desbloqueada.

Já vamos analisar todos os documentos que estão aqui.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor no dia 13 de Dezembro dizia que não deviam nada!

O Orador: E continuo a dizer que não devia nada. Isso é incorrecto e o senhor sabe bem que é incorrecto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é!

O Orador: É incorrecto!

Os pescadores que não receberam em Dezembro e em Janeiro não tiveram condições...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Não receberam!

O Orador: ... porque ou não tinham a exclusividade da pesca, ou não tinham condições por terem feito descargas suficientes.

Agora, o regime aplica-se a um período diferente.

Baixámos a fasquia. Baixámos a fasquia dadas as condições meteorológicas e dissemos que uma embarcação de pesca local que em 6 meses descarregou 15 dias, pode ter direito a subsídio de mau tempo referente a esse período.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Presidente do Governo é que tem razão quando diz que há muita gente relaxada!

O Orador: Os 379 pescadores que não foram aprovados no anterior regime, porque aprovámos e pagámos 1251 pescadores numa totalidade de 1630 pescadores, estão a ser analisados. Todos aqueles que tiverem condições vão receber, porque temos que cumprir com as regras que são as regras do bom funcionamento dos organismos públicos.

Somos auditados pelo Tribunal de Contas. O próprio Fundo de Pesca tem sido auditado e tem seguido as regras e as orientações do próprio documento. Temos que o fazer.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor está a aplicar as regras agora. Devia ter aplicado em Dezembro!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Retomamos às 12 horas. Até já!

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares para podermos prosseguir com os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Vamos passar para o período das declarações políticas.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Poder Local, como hoje o entendemos, é uma conquista do Portugal democrático, que permitiu aos portugueses elegerem os seus mais directos representantes políticos, mas é, também, a materialização prática da Autonomia Regional, que cedo entendeu a importância das autarquias para a satisfação das aspirações e necessidades das populações de cada uma das nossas ilhas.

Por essa razão, o Poder Local, no rosto dos seus eleitos, merece o respeito de todos os outros órgãos de poder, nunca se devendo confundir a árvore com a floresta e resistindo sempre à tentação de minorar quem, todos os dias e com poucos recursos, opera verdadeiros milagres de gestão pública.

É com base neste entendimento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode concordar com as recentes declarações do senhor Ministro das Finanças, que considera infelizes, por desrespeitarem a Autonomia dos Açores e os seus Autarcas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas mais importante do que as declarações, são os comportamentos. Também aqui o Grupo Parlamentar do PS/Açores fez questão de defender os Açores, como é seu timbre, na recente questão da transferência das verbas do IRS para as Câmaras Municipais da Região Autónoma.

Deputado João Costa (PSD): Salvo algumas excepções!

O Orador: O facto de se tratar de um dos melhores ministros do Governo da República não é suficiente para encobrirmos o nosso descontentamento com a posição por este recentemente assumida.

Isto mesmo foi manifestado pelo PS/Açores, em várias ocasiões, inclusivamente nesta casa, mas também na Assembleia da República, onde os três deputados socialistas eleitos pelos Açores – Ricardo Rodrigues, Fagundes Duarte e Luísa

Santos – nunca tiveram dúvidas sobre o seu sentido de voto à proposta em causa de alteração ao Orçamento de Estado.

Esta é uma diferença de fundo. Quando estão em causa os interesses dos Açores, o PS nunca tem dúvidas, nem receios. Quando estão em jogo as justas reivindicações açorianas, o voto do PS não olha à cor partidária dos proponentes que as permitem satisfazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se não fosse claro não falava!

O Orador: A nossa opção clara é pelos Açores. O PS/Açores não usa os Açores como moeda de troca de interesses partidários, não baixa a cabeça e faz frente a quem não entender este desígnio superior.

É por isso que, mais uma vez, nos orgulhamos da prestação dos três deputados que os açorianos elegeram à Assembleia da República. E é por isso, também, que sentimos que os açorianos estão satisfeitos com os representantes do PS que escolheram para este órgão de soberania.

Mas estamos orgulhosos por mais uma razão. Pela forma como a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores – pela primeira vez liderada por um socialista – soube defender esta causa.

Sem demagogias, nem posições extremas, mas com um trabalho árduo, fundamentado e sereno, através de encontros com os diversos partidos na Assembleia da República, o que garantiu o necessário capital de responsabilidade que a situação exigia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica, assim, provado que este é o comportamento correcto quando estão em jogo os interesses dos Açores, que rejeita a demagogia, os cenários fictícios e catastróficos e a irresponsabilidade política, que, mais tarde ou mais cedo, será sempre desmascarada.

E chegou o momento de, mais uma vez, desmascarar quem não sabe fazer política de outra forma que não seja a de jogar com a confusão, muitas vezes para esconder a sua falta de capacidade técnica, ou, porventura, simplesmente para gerar vendavais políticos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é isso que o senhor está a fazer!

O Orador: Mas, como diz o povo, quem semeia ventos, colhe tempestades.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aquando da revisão da Lei de Finanças Locais, a então presidente da Associação de Municípios dos Açores bradava, para quem a queria ouvir, que as autarquias açorianas iriam, a partir de 2009, fechar as portas, por reduções das verbas da República.

Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: “Corvo, Nordeste, Santa Cruz e Lajes das Flores, Graciosa, São Jorge e Pico serão dos municípios mais penalizados, com alguns deles a verem reduzidas as suas transferências em 50 por cento, ao longo de vários anos, a partir de 2009”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É só isso?!

O Orador: Acabei de citar o cenário de catástrofe anunciado pela ex-presidente da AMRAA a 08 de Janeiro de 2007, num jornal açoriano, uma posição em que insistiu durante meses a fio, apesar das tentativas do PS para a chamar à razão, sem sucesso, admito.

Também neste caso, o PSD devia ter ouvido o PS.

Se o tivesse feito, não precisava, agora, de ouvir dizer que estavam errados, que foram catastróficos, que enganaram os açorianos,...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Até parece que a iniciativa foi vossa em relação ao IRS!

O Orador: ... que desestabilizaram os autarcas, que foram irresponsáveis na forma como abordaram este assunto.

Não precisava de ouvir que, afinal, as verbas para as autarquias açorianas vão aumentar este ano, no âmbito do Orçamento de Estado, recentemente aprovado na Assembleia da República.

Não precisava de ouvir que as Câmaras Municipais dos Açores, no global, vão ver as transferências aumentar cinco por cento. **Vice-Presidente do Governo**

Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Conclusão: Não só não se verificam as reduções anunciadas, como se registam aumentos para todas as autarquias, mesmo acima da inflação esperada e em contra-ciclo com as medidas de contenção previstas a nível nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É fundamental que as Autarquias recebam, do Estado, tudo aquilo que a lei lhes confere. Não se trata de um favor, nem de uma questão de solidariedade.

Mas é, também, necessário que estas mesmas Autarquias sejam responsáveis na sua gestão. Que analisem, com fundamentação técnica, quais os investimentos a desenvolver, qual a sua capacidade reprodutiva, que dimensão devem ter e qual a sua importância para resolver os reais problemas dos seus munícipes.

O PS/Açores está preocupado com a incapacidade de algumas Autarquias em assumirem os seus compromissos com empresas fornecedoras, muitas vezes devido a uma má gestão continuada e a opções de investimento, no mínimo, discutíveis ou mesmo mal discutidas.

Esta situação assume uma redobrada importância numa altura em que as empresas – algumas das quais têm nas Autarquias os seus principais clientes – necessitam rapidamente de liquidez, para fazer face a uma conjuntura, que todos reconhecemos, adversa.

Se é verdade que nos preocupa sobremaneira a situação das pequenas e médias empresas de implantação regional, não é menos verdade que pela natureza das suas obras, estas dependem mais das autarquias do que propriamente do Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Este é assim um problema real que urge resolver.

E é por isso que o PS/Açores, através do seu Secretariado, propôs que o Governo dos Açores criasse um mecanismo de apoio às empresas açorianas que estão em dificuldades pela falta de pagamento por parte das Câmaras Municipais.

Que fique bem claro! Não se trata de resolver os problemas das Autarquias.

Trata-se, sim, de dar resposta útil ao elo mais fraco desta corrente: as empresas, muitas de pequena dimensão, que passarão a dispor de uma solução que minimize

os impactos financeiros destas dívidas na estrutura financeira e empresarial regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino esta declaração política com uma homenagem aos milhares de autarcas açorianos, que dão corpo e rosto a uma das facetas mais nobres da democracia: o Poder Local.

Estou convicto que, neste momento de conjuntura económica e social difícil, as autarquias locais dos Açores saberão responder às solicitações acrescidas que lhes são, diariamente, colocadas.

Um objectivo que será mais facilmente concretizado com um comportamento responsável, com o entendimento que é mais fácil colaborar do que dividir, que é mais útil cooperar do que isolar.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores já deu provas, e continua a dar, que este é o seu entendimento, as autarquias têm novos executivos saídos de eleições recentes e programas e investimentos em carteira.

Mais importante do que discutir a crise é encontrar todos os mecanismos que permitam respostas adequadas às situações concretas. E a verdade é que não basta que o Governo continue a pagar a tempo e horas e a apoiar as empresas. É, também, fundamental que as autarquias cumpram as suas obrigações e as suas responsabilidades.

Estes tempos exigem que todos se unam no mesmo objectivo comum: O desenvolvimento dos Açores. Se assim for, terão o justo reconhecimento dos açorianos.

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota muito breve para analisar esta declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Quando esta declaração política foi anunciada pensei que o Partido Socialista trouxesse aqui soluções para os açorianos, trouxesse alguma questão relevante para a vida política açoriana e trouxesse novidades e soluções.

O Sr. Deputado Helder Silva faz aquilo que faz quase sempre. Trouxe aqui um discurso vazio de conteúdo, trouxe um discurso sem novidades, trouxe aqui uma retórica perfeitamente gratuita.

Depois faz um outro exercício que é fazer oposição à oposição.

Isto, Sr. Deputado, é de facto a negação da política.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A negação da política é o senhor!

O Orador: Quem nos ouve e quem está a acompanhar os trabalhos deste plenário, esperaria que o Partido Socialista trouxesse de facto novidades e que se preocupasse com questões concretas, como por exemplo, o desemprego...

Deputado Helder Silva (PS): Resolver o problema das dívidas às empresas não é uma questão concreta!

O Orador: ... ou as questões sociais que se estão a aprofundar cada vez mais.

Em vez disso vêm aqui fazer um exercício de retórica absolutamente...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ficou muito incomodado!

O Orador: Não fiquei incomodado.

Aliás, Sr. Secretário Regional da Presidência, tem toda a razão. Fiquei incomodado que se perca tempo no debate parlamentar para não se discutir nada, não trazer soluções e fazer exercícios de retórica sem conteúdo. Isso é bastante negativo.

Termino já, Sr. Presidente, para deixar aqui o meu veemente protesto contra a utilização repetida por parte do Grupo Parlamentar do Socialista em discursos deste tipo que não trazem nada e nos fazem perder tempo no debate parlamentar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a intervenção do Sr. Deputado Helder Silva e aproveitando essa mesma intervenção analisar aquilo que foi uma matéria, porque a memória não deve ser curta.

Nesta como em todas as outras realidades, a verdade vem sempre ao de cima.

Passados 4 anos em que este tema foi profundamente debatido nesta Assembleia, onde houve divergências de opiniões, onde inclusivamente Membros do Governo foram convocados de urgência para Comissões Parlamentares, é altura de saber quem falou verdade.

Vozes dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Gostaria de relembrar que no dia 1 de Agosto de 2004 a Presidente da Associação de Municípios, a Dra. Berta Cabral, afirmava em comunicado que com a nova Lei de Finanças Regionais, a partir de 2009, por exemplo, o município do Corvo ia perder 74% das suas transferências ao abrigo da Lei de Finanças Regionais; o concelho das Lajes das Flores iria perder 64%; o conselho da Lajes do Pico, 36; o Nordeste 38 etc., etc.

Deputado João Costa (PSD): E ainda bem que o disse!

O Orador: Dizia a Presidente da Associação de Municípios que em 2010, 17 dos 19 municípios da Região iriam perder 20 milhões de euros nas transferências.

Mas, porque o PS e o Governo Regional repuseram a verdade, no dia 4 de Agosto de 2006, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dizia que esta Proposta de Lei de Finanças Locais era grave e repetia que iriam os municípios perder 20% a partir de 2009, ou seja, 20 milhões de euros.

Não satisfeitos, a 31 de Agosto de 2006, a Dra. Berta Cabral volta a referir que no global, e passo a citar, “os 19 municípios dos Açores vão ver as suas transferências baixar de 100 para 80 milhões de euros com a nova lei a partir de 2010”.

Porque não bastou esta demagogia, o Sr. Deputado Jorge Macedo, no dia 9 de Agosto de 2006, dizia num artigo, escrito num jornal local, referindo-se a mim, que isso não iria acontecer, era imprudente, defendia a lei com base no regime de

transição e que devia ter ficado calado, quanto mais cantar vitórias. Passada a euforia, o que é que eu devia estar a pensar agora?

Pois, aqui estou eu para pensar e reafirmar o que disse. Espero que o senhor tenha coragem de repetir aquilo que disse em 2006.

Deputado Hernâni Jorge (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas a 30 de Agosto de 2006, no Açoriano Oriental, o Sr. Deputado Pedro Gomes dizia, num artigo com o título “Falar claro sobre as Finanças Locais”:

“Na última versão os municípios irão perder no futuro 11 milhões de euros, cerca de 23% dos seus fundos, todos os municípios, com excepção de Vila Franca do Campo e Vila do Porto, vão perder receitas”.

E voltava a repetir:

“Praia da Vitória irá perder 24%, Horta 29, Lajes do Pico 50”.

Dizia no final:

“Vamos começar a falar com clareza”.

Cá estamos nós para falar com clareza!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Vamos falar com clareza! Cá estamos!

O Orador: Novamente, em Agosto de 2006, o Sr. Deputado Jorge Macedo, num artigo chamado “Finanças Locais, a história da Carochinha”, dizia, referindo-se novamente a mim, que eu estava a fazer um grande frete e que as autarquias iriam perder 20%, que era um “triste espectáculo ver um membro do Governo afirmar que a nova lei é uma vitória para as autarquias dos Açores”.

Escrevia o Sr. Deputado Jorge Macedo: “Como é que alguém podia considerar uma vitória quando 19 autarquias iriam perder, neste caso, mais 38% para o Nordeste, 16 para a Povoação, 28% para as Velas...”, etc., etc..

Não contente, o então líder do Grupo Parlamentar do PSD, Clélio Meneses, também em Agosto, fazia mais uma conferência de imprensa a dizer: “de acordo

com as contas sociais democratas açorianas, a partir de 2009 há uma redução na ordem de 20% das transferências para a Região no âmbito do Orçamento de Estado”.

Neste mesmo âmbito e no dia 24 de Agosto de 2006, o então Presidente da Câmara da Povoação, Francisco Álvares, agora deputado, fazia uma conferência de imprensa a dizer que a nova Lei de Finanças Locais vai retirar ao Concelho da Povoação mais de 1 milhão de euros e que com isso a autarquia iria ter muitas dificuldades.

Nessa mesma altura, a 26 de Agosto de 2006, após uma audição na Comissão de Economia, afirmei que não era verdade que iria haver cortes de verbas a partir de 2010 na Lei de Finanças Locais.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: A verdade vem sempre ao de cima.

Infelizmente, em 2006, com o apoio generalizado de alguns partidos e com a conivência, sem questionar e sem quantificar de muitos, criou-se um cenário de que a Lei de Finanças Locais iria reduzir de forma substancial as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias.

A verdade vem ao de cima. O Governo dos Açores e o Partido Socialista tinham razão quando diziam que isso era um cenário catastrófico, que não tinha fundamentação técnica e era apenas uma demagogia que visava iludir os açorianos.

Ontem, como hoje, aqui estamos para reafirmar o que dissemos.

Espero que os outros tenham coragem de o fazer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Deputado, não se meta nisto! Não faça uma coisa dessas! Mandaram-lhe fazer esse papel!

* **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu tenho tanta ou igual legitimidade para falar nesta casa sobre qualquer um dos assuntos, como V. Exa. tem. Por isso peço a palavra para o fazer com a legitimidade que me é própria.

Sobre a questão que está aqui em causa e atendendo à intervenção política que foi feita sobre o poder local, gostaria de me associar às primeiras palavras da intervenção feita pelo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando denuncia, negativamente, as declarações do Ministro das Finanças e do Estado, Teixeira dos Santos, sobre aquilo que foi obrigado a fazer, que era sua rigorosa obrigação fazer, por uma decisão conjunta dos Grupos Parlamentares dos Partidos Políticos representados na Assembleia da República de toda a oposição, mais 5 deputados socialistas, 3 dos Açores, 1 da Madeira e 1 do Continente que, por acaso, é ex-Secretário de Estado da Administração Local.

É uma vergonha para todos nós termos Ministros das Finanças e do Estado que tratam o poder local desta forma, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... retirando as verbas a que eles têm por lei direito.

Para mais ainda, reafirmando, sobre esta matéria e depois numa espécie de declaração de vencido, de que se trata de um ajuste de contas e de revanchismo puro. É muito feio um Ministro das Finanças e do Estado tratar assim o poder local.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Neste pouco tempo que o Partido Social Democrata tem (é pena!) para se pronunciar sobre esta matéria e depois daquilo que foi a reafirmação feita pelo Sr. Vice-Presidente sobre a Lei de Finanças Locais revista em 2007, nós não só tínhamos razão em 2007, como tínhamos razão em 2006, como tínhamos em 2004, como vamos ter razão no futuro, e quem o vai afirmar e vai-nos dar essa razão são os autarcas. E digo-lhe mais. Porquê?

Porque a Lei de Finanças Locais não é nada daquilo que os senhores pintam.

Os senhores pintam a Lei de Finanças Locais cor-de-rosa e ela não é exactamente aquilo que os senhores pintam.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*). Está a ver!

O Orador: A Lei de Finanças Locais que vigorava até 2007 baseava-se, e sem entrar em grandes pormenores técnicos, no cálculo das transferências apenas nos impostos cobrados do IVA.

Em 2007 a grande alteração que há, para além das Finanças Locais, é que o cálculo das verbas a transferir para as autarquias passa a basear-se no IVA, no IRS e no IRC, numa percentagem de 30%.

A nova Lei de Finanças Locais aplica a percentagem sobre estes três impostos de 25%. Portanto, baixou a percentagem sobre a qual é calculada as transferências para as autarquias.

A nova Lei de Finanças Locais aprovada em 2007 reduziu a metade a capacidade de endividamento das autarquias.

Sobre a fórmula de cálculo das transferências para as autarquias, importa que nos situamos na Região Açores. Importa saber que há autarquias na Região Açores muito diferentes umas das outras, dada a sua especificidade geográfica e populacional. Temos autarquias de grande dimensão, mas a maior parte das autarquias da nossa Região é de frágil economia, de frágil dimensão geográfica e humana.

Não se pode esperar que os impostos cobrados na maior parte dos concelhos da nossa Região sejam um benefício grande para essas mesmas autarquias. Haverá certamente prejuízo para a maior parte das autarquias dos Açores.

Os autarcas denunciaram isso na altura, a Associação Nacional de Municípios, a Associação Regional de Municípios, todos os autarcas dos Açores do PSD e socialistas, Assembleias Municipais lideradas pelo Partido Socialista aprovaram votos de protesto nessa altura, só o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e o Sr. Vice-Presidente é que achavam esta lei, uma lei muito interessante.

Os senhores ficarão com a vossa opinião. Os autarcas dirão de sua justiça.

Em relação a outra matéria que aqui foi abordada que é a questão do IRS, a forma como trataram esta matéria é mais uma vergonha para os socialistas. Desde logo, porque o Partido Socialista na República dividiu-se nesta matéria. Só os Deputados Socialistas eleitos pelos Açores é que votaram a favor desta alteração, mais um da

Madeira e outro do Continente. A maioria dos socialistas da República votou contra.

Mais grave ainda: os senhores dizem que têm defendido muito bem a Região, e defender a Região é defender também as autarquias da Região, mas foram os senhores que chumbaram na Subcomissão de Economia a mesma proposta que foi agora aprovada na Assembleia da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Os senhores defenderam mal, muito mal, as autarquias da Região nesta matéria, porque nos Açores tiveram um comportamento diferente e bem pior na defesa dos interesses dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vem ao debate, em primeiro lugar, para registar positivamente que a questão do poder local tenha sido trazida ao debate no Parlamento.

Não vamos imiscuirmo-nos nesta luta entre o Partido Socialista e o PSD, de saber quem é que é neste caso o dono da verdade (se há algum dono da verdade!), mas apenas para testemunhar...

Deputado João Costa (PSD): Não somos nós. É o PCP!

O Orador: Não é o PCP, Sr. Deputado. Como sabe, o PCP tem uma característica que o PSD eventualmente não tem: a capacidade de trabalhar com outros, mas pode bater palmas à vontade que ninguém levará a mal por isso.

Venho ao debate apenas para testemunhar uma questão.

Independentemente dos argumentos laranja ou cor-de-rosa com que queiram pintar a questão das autarquias, eu quero testemunhar as grandes dificuldades financeiras

que as autarquias portuguesas atravessam, nomeadamente as açorianas. Isso eu quero testemunhar aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Nomeadamente...

O Orador: Todas! E o senhor sabe muito bem, nomeadamente a das Velas de São Jorge, por exemplo.

Isso é inegável! As autarquias estão a atravessar um período negro, estão em grandes dificuldades financeiras...

Deputado José Lima (PS): São heranças!

O Orador: Não sei se são heranças. Isto é a contestação de um facto que quero aqui testemunhar.

Estão a utilizar todas as hipóteses que têm, mas fazendo recair isso sobre os seus munícipes, fazendo aumentar a carga das derramas ou das taxas municipais sobre os munícipes e procurando as tais parcerias público privadas para poderem financiar os seus orçamentos e os seus planos de actividade, isso é lamentável e quero deixar aqui este testemunho.

De facto, e independentemente de quem é a responsabilidade, as autarquias açorianas atravessam um período negro de crise financeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partidos Socialista trouxe-nos esta intervenção e felicito-o por a ter trazido, porque é mais abrangente do que apenas as verbas para as autarquias e nos pontos que o senhor ali tocou e bem.

O primeiro ponto que queria sublinhar é com certeza o comportamento inadmissível do Sr. Ministro das Finanças Teixeira dos Santos.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Uma falta de respeito pelo poder local, pelo poder mais nobre como V. Exa. bem disse na sua intervenção.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: É de lamentar! Aliás, o Sr. Ministro das Finanças já tinha dado outros indícios de não respeitar qualquer tipo de poder que não seja o poder central e centralista de Lisboa. Deu-o em várias matérias, nomeadamente na Lei de Finanças Regionais e em outras matérias que dizem respeito a assuntos e a forças da República a prestar serviço na Região Autónoma dos Açores.

Temos que ser também objectivos.

Sr. Secretário da Presidência, espero que o que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Helder Silva, a defesa intransigente do Governo dos Açores, que tenho reconhecido quando assim tem actuado sem nenhum problema, seja sempre o timbre da bancada socialista e do Governo.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Espero que seja e que se mantenha no futuro.

O Sr. Deputado tocou aqui noutros assuntos: a má gestão que algumas autarquias (e são muitas!) têm dos dinheiros públicos, do fim que dão ao dinheiro que têm para investir, fazendo investimentos faraónicos muitas vezes e que não são de sustentabilidade do futuro, nem servem as populações. Isso também é preciso referir, é preciso ser dito. Se não é tomada mão nisto, continuarão a levar as autarquias à falência. A culpa não é só dessas verbas, porque em abono da verdade essa verba (e será essa uma proposta do CDS), esses 5%, devem ser devolvidos aos munícipes na sua totalidade. Pobre da autarquia que depende desses 5% para a sua sobrevivência. Isto tem que ser dito com clareza.

Sr. Deputado Helder Silva, peço-lhe encarecidamente que transmita aos senhores autarcas eleitos o respeito pelo poder local e o respeito pelo poder local vai até à Junta de Freguesia.

Esses conselhos que acabou de dar, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, Srs. Deputados do Partido Socialista e Srs. Membros do Governo, peço encarecidamente que transmitam ao democraticamente eleito (ainda teria tempo, para discutir essa democracia da eleição, mas o certo é que o povo o elegeu) Sr. Presidente da Câmara de Velas,...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... que em tão pouco tempo se tornou num prepotente,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... perseguindo o poder local de São Jorge.

É preciso também (não é só pregar como São Tomás!) que os vossos pratiquem aquilo que os senhores dizem.

É inadmissível a perseguição que o Sr. Presidente da Câmara de Velas está fazendo ao poder local de São Jorge.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Rejeitamos essa perseguição que o Sr. Presidente faz.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre assim: ouvimos sempre o que queremos ouvir e não ouvimos aquilo que não queremos ouvir! É uma lei básica do funcionamento do nosso subconsciente.

A mim, aquilo que me importa ouvir na declaração política do Sr. Deputado Helder Silva, são três coisas fundamentais:

Primeiro, associar-me e associar o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda à homenagem que o senhor aqui trouxe aos milhares de autarcas açorianos, espalhados por estas nossas 9 ilhas e confrontados com mil dificuldades, umas por responsabilidades próprias e outras por responsabilidades que não são suas.

De qualquer maneira, o trabalho de “formiguinha” que muitos destes autarcas fazem em prol das pessoas e da sua qualidade de vida é de louvar, é de homenagear e qualquer altura é boa, dentro desta casa ou fora dela, para o fazer. Portanto, associamo-nos a essa homenagem, como também à reafirmação da magnífica conquista de Abril que, para além das autonomias, foi do poder local.

Segundo, para associarmo-nos também à declaração de repúdio pelas recentes declarações do Sr. Ministro das Finanças que são inqualificáveis.

Aqui, Sr. Deputado, o Bloco de Esquerda tem que acrescentar alguma coisa. Teríamos também gostado de ouvir esse mesmo repúdio relativamente ao voto maioritário da bancada do Partido Socialista na Assembleia da República quando não se associou nem aos Deputados açorianos, nem aos madeirenses, nem às diferentes oposições na reposição dos 5% do IRS de verbas para as Câmaras.

O repúdio, para sermos coerentes com aquilo que o Sr. Deputado disse naquela tribuna (quando estão em causa os interesses dos Açores nós seremos sempre firmes nas críticas e na reivindicação), e a crítica teria que ser, embora acompanhando na crítica as inqualificáveis afirmações do Sr. Ministro, alargada ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Finalmente, admitir a inevitabilidade de medidas de apoio às pequenas e médias empresas da nossa Região que estão muito dependentes do poder local e que este mesmo poder, neste momento, não pode honrar os seus compromissos e as suas dívidas para com elas. Aqui não podemos deixar de fazer uma pergunta: até quando é que vai ser assim?

Compreendendo que é preciso responder às necessidades destas pequenas e médias empresas, por outro lado é preciso perceber qual é a quota-parte de responsabilidade dos municípios nestas dúvidas e nestas faltas. Dito de outra maneira: isto não pode continuar *ab aeterno*. Tem que haver um fim, tem que haver uma responsabilização.

Aqui, o Bloco de Esquerda é o primeiro a dizer que o Governo da República não pode responder a tudo e não pode assumir as responsabilidades que não são suas. Já lhe chega assumir aquelas que são suas.

Concordando com a medida, temos que saber e temos que perceber até quando é que vai ser assim.

Muito obrigada.

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

* **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um primeiro registo de satisfação por algumas das reacções que aqui ouvi, desde logo pela voz do Sr. Deputado Artur Lima que se associou a esta nossa declaração política, mas não posso deixar de registar a reacção que teve relativamente à Câmara Municipal das Velas, e dizer-lhe Sr. Deputado, que não só essa é uma matéria que não se enquadra no âmbito desta declaração política pela sua dimensão e expressão (penso que ela deve ter outro local privilegiado para discussão) como até lhe devo dizer, pelas informações que tenho, que se se referia à Junta de Freguesia dos Rosais, esta, enquanto Junta de Freguesia do PSD, habituou-se durante largos anos a ser objecto de uma discriminação, essa sim, positiva, por parte da Câmara Municipal também do PSD.

Quero dizer, Sr. Deputado Aníbal Pires, que aqui expressou a sua preocupação com alguns impostos que são reflectidos sobre os munícipes e muito particularmente com a derrama, que o Partido Comunista Português esteve muitas vezes ao lado e reconheceu muitas vezes a necessidade de fazer reflectir, através dos impostos e juntos dos munícipes, os encargos necessários para poder financiar ou co-financiar o próprio funcionamento das autarquias.

Cumprimentando a Sra. Deputada pela sua intervenção, que grosso modo esteve também ao lado desta declaração política, não vou fazer referências ao posicionamento do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, não pelo desconforto que isso possa gerar, mas porque se vamos por aí vamos encontrar muitas outras situações, algumas das quais porventura muito mais relevantes do que esta associada a estes 5% de IRS e do Orçamento de Estado, onde diversos grupos e bancadas com assento na Assembleia da República estiveram no local errado nessas alturas. Lembro o Estatuto Político-Administrativo e a Lei de Finanças Regionais.

O que é mais relevante aqui é a intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes e, desde logo, o facto de ser o senhor a fazer essa intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PSD. Cabe-nos a nós interpretar estes sinais. Este sinal interpreto como desconforto por parte do Grupo Parlamentar do PSD para se confrontar com as situações que aqui foram trazidas pela voz e pela bancada do Partido Socialista.

O Sr. Deputado Cláudio Lopes diz que tem tanta legitimidade para falar deste assunto como têm os outros deputados.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Exactamente! Igual à sua!

O Orador: Eu não vou questionar essas legitimidades internas que os Srs. Deputados têm no seu Grupo Parlamentar, mas a verdade é que ao fazê-lo o Grupo Parlamentar do PSD reflecte verdadeiramente o desconforto da sua bancada com a matéria que aqui foi objecto de análise.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Tenho experiência de 10 anos nesta área e o senhor não tem nenhuma!

O Orador: O Sr. Deputado vem referir aqui a base do IVA, do IRS, o IRC de 2007 e posterior a 2007.

Deputado António Marinho (PSD): E o senhor não percebe nada disso!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Se não percebe não se meta por aí!

O Orador: Que a nova lei vinha reduzir para metade a capacidade de endividamento das câmaras municipais.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E veio!

O Orador: Este aqui é também um sinal muito claro que o Sr. Deputado, enquanto voz do Grupo Parlamentar do PSD nos dá.

Eu interpreto desta forma: o PSD está preocupado sobretudo não com o endividamento das câmaras municipais, mas com a capacidade de endividamento das câmaras municipais.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E tem que estar!

O Orador: O mesmo PSD que aqui, dia após dia, mês após mês, ano após ano, vem-se preocupando com o endividamento do Governo, que como sabemos (números claros em cima da mesa)...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Se não fosse o saneamento financeiro de 110 milhões de contos feito em 1998 pelo Governo da República, eu que queria ver em que estado estava a Região!

O Orador: ... representa cerca de um quinto daquele que é o endividamento que a Madeira tem, não está preocupado com o endividamento das câmaras municipais.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Eu queria ver o estado financeiro da Região se não fosse o saneamento financeiro.

90% da dívida foi paga!

O Orador: Está preocupado com a capacidade de endividamento das câmaras municipais! Belo sinal que o Sr. Deputado impõe enquanto voz do Grupo Parlamentar do PSD!

Mas devo lembrar, uma voz contraditória com aquela que aqui trouxemos hoje nesta nossa declaração política e uma vez que naturalmente será lembrada ao longo dos próximos meses.

Mais curioso! Vimos aqui falar das declarações que o PSD fazia em 2006, em 2007 e em 2008, com os alertas que deixou, ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Continuo a ter razão!

O Orador: ... com a confusão que gerou, com os tais 50%, ou 23% noutras alturas, de diminuição de redução das transferências para as autarquias.

O que é que os Srs. Deputados fazem?

Os Srs. Deputados não falam sobre o assunto! Não têm a capacidade de reconhecer a verdade daquilo que aqui foi dito.

Os Srs. Deputados não têm a capacidade de corrigir o vosso rumo, de corrigir as vossas declarações e devem-no fazer, não a nós, não a este Grupo Parlamentar, não ao Governo Regional, mas aos autarcas. Os senhores assustaram os nossos autarcas! Os senhores têm a obrigação de corrigir as mentiras que andaram a dizer durante meses e anos a fio.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): O senhor não sabe do que é que está a falar!

O Orador: Mas também, Sr. Deputado, não vieram falar dos 5% da transferência de IRS. Não vos interessa falar destas coisas! E menos ainda lhes interessa falar no mecanismo.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os 5% do IRS foi uma vergonha para os senhores!

O Orador: Os senhores que trazem aqui umas pretensas ideias para resolver os problemas das empresas não têm capacidade de reconhecer.

Os senhores, que aqui tanto falam nas pequenas e médias empresas, que andam a fazer correr tinta na comunicação social, a dizer “atenção às nossas empresas, às empresas de base regional que estão numa situação difícil, devem ser privilegiadas no apoio do Governo”, agora que o Governo e o Partido Socialista trazem uma medida que vem ajudar essas empresas numa matéria que é relevante do ponto de vista daquele que é o endividamento que as empresas têm neste momento nas suas mãos, um mecanismo que permite hoje às empresas aproximarem-se da banca, que permite ir buscar o dinheiro das dívidas que têm as câmaras municipais, fazendo com que as autarquias assumam directamente essas dívidas junto da banca, tudo isto com o apoio e a intervenção do Governo Regional, não têm uma palavra a dizer.

Está tudo dito relativamente às vossas posições.

Os senhores não são capazes de reconhecer os vossos erros e não são capazes de reconhecer aquilo que de bem vai sendo feito pela mão do Governo, pela mão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para resolver o problema das nossas empresas.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Enquanto uns estão sempre ao lado das suas lideranças, se necessário, nós estamos sempre ao lado dos Açores. Estamos sempre ao lado dos Açores, como aconteceu agora no Orçamento de Estado e na Lei de Finanças Locais, mesmo quando por essa via ficamos contra o nosso Governo da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado, face à hora, vamos fazer o nosso intervalo para almoço.

Regressamos às 15 com a Agenda.

Bom almoço. Até logo.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, boa tarde. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião.

Vamos dar continuidade à discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2009 - Cria a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, SA, AZORINA, SA.**

Estava inscrito o Sr. Deputado João Costa a quem dou a palavra.

* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente em exercício (se bem entendido, não vá alguém ficar incomodado com isso) e Srs. Membros do Governo:

À semelhança do que já aconteceu com outras sociedades criadas pelo Governo, esta mais uma vez estabelece uma confusão entre aquilo que é a autoridade pública e aquilo que deve ser a natureza comercial ou de natureza privada. É um hábito que o Governo vai instituindo e já o fizeram noutras iniciativas.

Esta sociedade tem por objecto principal a promoção de acções de gestão ambiental e de conservação da natureza e dos recursos naturais, incluindo actividades no domínio da promoção, da participação pública em matéria ambiental e da informação, divulgação e educação ambiental.

Tem igualmente poderes de autoridade. Aliás, para a prossecução do seu objecto, a sociedade pode nomeadamente requerer a expropriação por utilidade pública de imóveis, promover a concessão de arrendamento, etc.

Mas, como dizia, no seu artigo 7º, pode ler-se:

“a) Requerer a expropriação por utilidade pública de imóveis e de direitos a eles inerentes, bem como requerer a constituição de servidões administrativas.

b) Utilizar e administrar bens do domínio público ou privado da Região Autónoma dos Açores que estejam ou venham a estar afectos ao exercício da sua actividade”.

Tal como defendemos no passado e já o dissemos nesta casa, esta técnica legislativa e esta opção deve levar-nos, como membros deste Parlamento, a uma reflexão sobre onde termina o poder do Estado, da Região Autónoma dos Açores, e o onde começa o poder das sociedades comerciais, sejam elas exclusivamente públicas, maioritariamente públicas ou até privadas.

Com este diploma, novamente está a transferir-se para uma sociedade anónima, ainda que esta seja detida maioritariamente pela Região, um conjunto de poderes de autoridade pública em matéria de gestão do território e do ambiente.

O PSD entende que esta técnica, esta forma utilizada pelo Governo, neste caso para mais uma sociedade anónima, não está isenta da necessidade de uma reflexão sobre as consequências dessa transferência.

Entendemos por isso que não deve ser neste modelo que se deve processar esta transferência de competências em matéria de autoridade pública.

Por isso não concordamos com a sua criação no modelo que é proposto.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria esta intervenção exactamente pela parte final daquilo que disse o Sr. Deputado João Costa.

O que está proposto no artigo 7º da Proposta de Decreto Legislativo Regional é a concessão a uma entidade, que é uma entidade da Administração Directa da Região, de poderes que não são mais do que aqueles de gerir o território, de gerir as áreas naturais.

Essa gestão do território não é afectada de forma autónoma por esta sociedade. Primeiro, é feita sobre a supervisão e a orientação do Governo e a seguir (ainda mais importante do que isto) os poderes que estão aqui transferidos é o de requerer a expropriação. Requerer a quem? Ao próprio Governo que é esse quem tem os poderes de, por Resolução do Conselho de Governo, autorizar ou não essa

expropriação, ou seja, remeter ao próprio Governo. Não estamos a transferir para nenhuma entidade nenhum poder que exorbite aquilo que é o normal e aquilo que é correcto, em termos de gestão de bens patrimoniais.

Depois, utilizar os bens de domínio público e administrá-los.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário leia mais acima!

O Orador: Se vai administrar zonas dos parques naturais, obviamente tem que o fazer.

“Exercer os poderes e as prerrogativas que a Região já tenha quanto à protecção, desocupação, demolição e defesa administrativa de terrenos e instalações.” Obviamente que o tem que fazer. Se vai gerir uma parte que será cerca de 13% do território da Região, que é onde existe quaisquer figuras de protecção, obviamente que as outras funções derivam directamente daí.

Não há aqui nenhuma transferência de poderes de Estado para esta entidade. Há, pura e simplesmente, a possibilidade desta entidade administrar, em nome da Região, bens que são da Região. Administra em nome da Região por uma questão de dar maior celeridade e maior transparência aos próprios processos.

Não percebo onde é que há aqui qualquer violação da separação daquilo que deve ser as funções de uma empresa, ou de uma entidade qualquer que não a Região, e aquelas que são funções que são exclusivas da própria Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais temos um cenário em que o Governo transfere ou pretende transferir competências que devem ser duas para uma entidade empresarial.

Deputado Herberto Rosa (PS): É preconceito!

O Orador: Não sei se é preconceito, mas a verdade é que julgamos que esta é uma forma de abdicar de competências que são e devem ser apenas do Governo.

Para além disso, esta proposta do Governo tem aqui algumas questões que até extravasam aquilo que tem sido a criação de outras empresas para as quais são transferidas competências do Governo.

Por outro lado (e não é preconceito, efectivamente), há outra questão:

Julgo que está de alguma forma provado que a gestão através de empresas não é, em bom rigor, nem mais barato, nem mais eficaz. Julgo que isso está provado, até pela experiência que temos.

Relativamente à questão da AZORINA, diploma que estamos a apreciar, gostaria de ouvir da boca do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, o que é que efectivamente vai ser transferido para a AZORINA?

Parece-me que tudo pode ser transferido, desde os jardins botânicos, os parques naturais, às ETARs... Enfim, tudo aquilo que se relaciona com o ambiente.

Gostaria que o Sr. Secretário pudesse clarificar o que é que efectivamente fica sobre a alçada da AZORINA e o que é que sobra para o Sr. Secretário e o Governo Regional poderem tutelar.

(Risos dos Secretário Regionais da Economia e do Ambiente e do Mar)

Qual é o seu problema, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não tenho problema nenhum!

O Orador: Pensei que houvesse alguma coisa que o estivesse a incomodar.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Embora a sua intervenção possa levar a lágrimas!

O Orador: Ainda bem que a minha intervenção desperta algum tipo de reacção na bancada do Governo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Perdeu o fio à meada?

O Orador: Não! Não perdi! Depressa se encontra.

Sr. Secretário, gostaríamos de saber o que é que efectivamente vai ficar sobre a sua tutela, se é a AZORINA ou se é a matéria de ambiente.

Há aqui uma questão que é cara ao PCP.

Até podemos perceber que através da criação desta empresa, algumas situações de precariedade relativamente aos trabalhadores que prestam serviço nas ECOTECAS e noutros serviços relacionados com o ambiente, podem ver a sua situação melhorada (repito: podem ver!), mas não há aqui nenhuma garantia que isso possa efectivamente acontecer.

Não há nenhuma garantia! Pode estar subjacente essa ideia, mas a verdade é que não há essa garantia.

Esta é uma outra questão que queria colocar ao Sr. Secretário. O senhor está em condições de garantir que esses trabalhadores ficam efectivamente beneficiados? Qual o vínculo que a AZORINA fará eventualmente através de um acordo de empresa? Gostaríamos de ver isso devidamente clarificado.

Isso é uma situação que nos preocupa porque sabemos que há mais de uma centena de trabalhadores em situação precária. Gostaríamos de saber o que é que efectivamente vai acontecer.

Reforço aqui a pergunta inicial:

O que é que efectivamente vai ficar sobre a gestão da AZORINA e o que é que vai ficar sobre a tutela do Secretário Regional do Ambiente e do Mar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão entre nós um grupo de cidadãos das Ilhas Graciosa e Santa Maria, inseridos no Programa 60 +.

Gostava, em nome desta Assembleia, de saudá-los e de lhes dar as boas-vindas.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz para uma primeira intervenção.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A AZORINA apresenta-se como promotora de acções de gestão ambiental e de conservação da natureza, bem como organizadora de actividades de educação ambiental.

Comungamos da opinião do Governo quando diz que se justifica a necessidade de participação, informação, divulgação e sensibilização, educação e formação dos cidadãos em matéria de ambiente, bem como a necessidade de reforçar a participação pública e aumentar o valor natural dos Açores numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Entendemos a necessidade de unificar procedimentos que potenciem uma actuação concertada, planificada, justa e defensora do ambiente.

Porém, o objecto da AZORINA tem intenções mais alargadas, porque conforme proposto, a nova sociedade anónima também será responsável pela construção e exploração de infra-estruturas, de recolha e de valorização de resíduos.

Esta sociedade também poderá comprar ou vender imóveis, requerer a expropriação de bens situados em áreas de interesse ambiental, pagar indemnizações e candidatar-se a fundos comunitários.

A atribuição de poderes de autoridade em matéria de expropriação, desocupação ou demolição de estruturas e ainda a possibilidade de exercer vigilância e protecção da natureza por conta própria, torna esta sociedade uma super instituição com poderes comparáveis a um organismo de estado.

Prevê-se ainda a transferência para propriedade da nova sociedade, não só os Centros de Interpretação Ambiental que existem na região, como também ECOTECAS e as estruturas de processamento de resíduos.

Já agora, será que se pretende também acabar com a secretaria da tutela, como aqui já foi dito (desta e de outras!)?

É que por este andar rapidamente pouco restará da responsabilidade do Governo, bastando tão só a existência do seu Presidente.

O Bloco de Esquerda tem alertado para o esbanjamento de dinheiros públicos que no geral representa esta duplicação de estruturas, em paralelo com organismos do Governo. São, de facto, na generalidade, *jobs for the boys*...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e a antecâmara da sua privatização

Apesar da ressalva do Sr. Secretário, essa tem sido a prática corrente e a constante referência no preâmbulo desta Proposta de Decreto às parcerias público privadas dá um sinal do que será o seu futuro.

Numa altura em que tantos sacrifícios são impostos, o Governo avança com mais desperdício de dinheiros públicos.

Estas sociedades por si tornam a Administração Pública menos transparente, escapam à fiscalização efectiva do Parlamento, são um sugador de dinheiros públicos e depois, se entrarem em colapso financeiro, o Governo intervém com o dinheiro dos contribuintes, se tiverem sucesso privatizam-se para gáudio de alguns e descapitalização da região e de todos nós.

Assim, entendendo, como dissemos, a necessidade de unificar procedimentos e uma actuação consertada em defesa do ambiente, a substância deste projecto, não concordamos com a sua forma, também pelos princípios que enunciámos e pelos perigos subjacentes que essa forma contém.

Pelo exposto, votamos contra este projecto.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

* **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta para a criação da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – AZORINA, parece positiva em termos genéricos, apesar de haver questões que nos levantam algumas reservas, como compreendemos a argumentação do Governo Regional ao referir que esta entidade virá consumir, coordenar e desenvolver os esforços e iniciativas nas áreas de gestão e conservação da natureza e ambiente.

A possibilidade da abertura do capital social a privados e a gestão centralizada de estruturas e equipamentos, como é o caso e a título exemplar das ECOTECAS e dos Centros de Interpretação Ambiental, serão os aspectos mais positivos que destacamos da proposta.

A Região tem necessidade, para manter os estatutos conferidos às Ilhas dos Açores, tal como os casos das reservas da biosfera, os Parques Naturais de Ilha, os Sítios de Interesse Comunitário, as Zonas de Protecção Especial e mesmo o título de Património Mundial da UNESCO de Angra do Heroísmo, todos eles, relevantes para o sector turístico da Região, de manter e melhorar os mecanismos de conservação da natureza e gestão sustentável do ambiente.

Sendo assim, a criação desta empresa pública regional poderá ser um contributo para uma gestão centralizada, com vista ao cumprimento desses objectivos essenciais para a Região Autónoma dos Açores.

Mas então, e as competências da tutela?

Não estaremos esvaziando a tutela governamental das competências nesta matéria?

Por outro lado, consideramos mais uma vez que fica criada a possibilidade de desorçamentação.

A esta questão o CDS é muito sensível, pois a estabilidade das contas públicas é para nós uma matéria muito importante. Simultaneamente estamos encarando mais uma possibilidade de aumentar o endividamento indirecto da Região.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

* **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por comentar a intervenção do Sr. Deputado João Costa, do PSD, que falou na existência de uma certa confusão por parte do Governo.

Creio que a confusão existe no seio do PSD, porque os senhores, relativamente a esta matéria, assumem uma posição nesta Assembleia e assumem uma posição diametralmente oposta nas autarquias.

Seria bom que nos pudessem explicar, por que é que estas sociedades são boas, quando são criadas pelas câmaras municipais do PSD, e são más quando são criadas pelo Governo?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem questionado!

A Oradora: É esta a primeira questão que importa esclarecer porque evidentemente os senhores não têm o mesmo pudor quando se trata de discutir esta matéria em sede de autarquias locais.

Depois, desfazer alguma confusão que o senhor tentou lançar aqui à discussão...

(Aparte inaudível do Deputado Cláudio Almeida)

A Oradora: Se o Sr. Deputado quiser falar comigo, inscreva-se. Terei muito gosto em trocar impressões consigo sobre esta matéria.

Deputado Mark Marques (PSD): Os apartes são regimentais. Tenha calma!

A Oradora: Relativamente a uma hipotética privatização, que foi outra questão que levantou, aliás com argumentos requeitados como o senhor reconheceu, porque a argumentação que trouxeram hoje foi a que trouxeram anteriormente,...

Deputado João Costa (PSD): Somos coerentes!

A Oradora: ... não há aqui qualquer privatização. Se o senhor ler bem a proposta, está salvaguardado que ainda que o capital da sociedade se venha a abrir a capitais privados, está sempre garantido que ela continuará a ser uma empresa pública. Este aspecto é importante que fique clarificado.

Também é importante clarificar que os poderes de autoridade que estão consignados nesta proposta não são mais, nem menos, do que os poderes de autoridade que a lei permite e permite há muito tempo, Sr. Deputado. Não há qualquer inovação da nossa parte aqui. Limitámo-nos a utilizar os recursos que o sistema jurídico pôs à nossa disposição.

A preocupação do Governo é exactamente a mesma preocupação que presidiu ao legislador quando criou o Decreto-Lei 558/99: disponibilizar aos órgãos de governo instrumentos que permitam uma gestão mais eficaz.

Essa necessidade é premente numa matéria como o ambiente que demanda uma intervenção de enorme dimensão por parte do Governo Regional.

Naturalmente que damos apoio a esta proposta do Governo.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires, que o que faliu e o que tem a sua falência demonstrada são os modelos que o senhor ainda hoje defende e não este modelo de sociedade.

Obrigada.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Artigo 7º - parágrafo único:

“Para a prossecução do seu objecto a AZORINA, SA dispõe dos seguintes poderes de autoridade:”

Temos aqueles que o Sr. Secretário disse e também, como já foi referido nesta casa, “exercer as prerrogativas da Região Autónoma dos Açores quanto à protecção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse de terrenos e ou instalações que lhe estejam ou venham estar afectos por obras por si contratadas.”

Quanto à questão da transferência de poderes de autoridades, penso que estamos esclarecidos.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Mas eles estão bem limitados e são sabidos!

O Orador: O Sr. Secretário disse que não havia transferência. Eu estou a explicar-lhe que há.

Esta discussão já foi tida nesta casa. É requentada, como dizia a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, mas é uma repetição porque os senhores fazem da AZORINA aquilo que já fizeram com a sociedade que na altura criaram, que se chamava Natureza Viva, SA, e que agora se chama SPRAçores. No fundo, esta sociedade se calhar até vem abranger algum do objecto da SPRAçores. Eventualmente a SPRAçores estará com dificuldades em conseguir prosseguir os seus objectivos.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

É uma sociedade próspera e recomenda-se!

O Orador: Ainda bem! É mais uma!

Quanto àquilo que temos a obstar, Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, é quanto à forma como esta sociedade irá prosseguir o seu objecto. Quanto a estes poderes de autoridade, já os tínhamos no passado, temo-los agora, e somos coerentes nessa matéria. Achamos que não é esta a forma. Esta forma deve ser aprofundada para não cairmos neste facilitismo de transferir os poderes de autoridade da Região para sociedades anónimas.

Quanto à questão da privatização, Sra. Deputada, aí o Governo inverteu um pouco, e numa questão estética, diria eu, a sua forma e sua técnica legislativa.

Curiosamente, quando criaram a Sociedade Natureza Viva, no preâmbulo dizia-se.

“O desenvolvimento económico e a transformação dos paradigmas clássicos da Administração rumo a uma crescente privatização...”

Agora diz (veja as semelhanças, Sra. Deputada):

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): Eu conheço ambos os documentos!

O Orador: Eu imagino que a Sra. Deputada conheça!

“O desenvolvimento económico e a transformação dos paradigmas clássicos da administração rumo a uma crescente racionalização...”

Foi uma questão estética! Retiraram a palavra **privatização**, não fosse assustar ou criar alguma dificuldade na justificação naquilo que é transferir para a esfera das sociedades anónimas as competências da Região, e introduziram a palavra **racionalização**. Penso que é mesmo só uma questão estética!

Na comparação que a Sra. Deputada fez relativamente à nossa posição quanto à criação de sociedades, mais uma vez lhe digo: não estamos contra a existência das sociedades. O que não entendemos como fórmula adequada é a transferência dos poderes de autoridade pública. Mais uma vez o Governo mantém (e nisto também é coerente, tal como o PSD) essa transferência de poderes de autoridade.

Queria apenas também dizer que nem sequer o nome é original. A AZORINA é uma empresa que já existia. Por acaso já mudou de nome, não sei se convenientemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Essa desconhecia eu!

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo que temos aqui, no contexto económico em que a Região vive, no contexto financeiro que vivemos com fortes restrições a que o povo português está submetido, é uma vergonha. Vou explicar porquê.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): O senhor é sempre o mesmo!

O Orador: Isto significa, Sr. Secretário, um aumento injustificável da despesa.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Quem é que lhe disse isso? Isso é um disparate!

O Orador: Isto significará um quadro de pessoal que os senhores não delimitam e que estará de acordo com as vossas necessidades e não, com certeza, com a contenção da despesa, nem com a situação económica e financeira em que vive a Região.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Grande disparate!

O Orador: Neste momento, esta proposta é um elefante branco para esta Região e é completamente injustificável.

Peço desculpa pelo meu tom exaltado, mas este tipo de propostas chateiam-me, exaltam-me.

Quero dizer-lhe, olhos nos olhos, que isto significa uma despesa inconsequente. Veja bem: estas competências que aqui estão previstas para esta bendita Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, são exactamente as que estão naquelas que são as competências da Secretaria do Ambiente e do Mar.

Estão aqui todas, estas funções de coordenação, estas funções de promoção. Também são aquelas que os Serviços do Ambiente têm e são aquelas que estão descritas nos Parques Naturais.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): A ignorância é uma coisa tão feia!

O Orador: Isto não é a duplicação, é a triplicação de competências. É a sobreposição de uma infra-estrutura que não serve para nada, porque do ponto de vista legal, do ponto de vista do que são as suas competências, isso já deveria estar assegurado pela respectiva Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, deveria estar assegurado pelos seus serviços, pelos Serviços de Ambiente que temos em todas as ilhas, menos no Corvo, e deveria também estar assegurado pelos Parques Naturais que já foram criados.

Há aqui uma repetição de competências. Isto é absolutamente inútil e isto significa uma despesa inaceitável.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A ignorância é muito atrevida!

O Orador: É bom que todos os açorianos oiçam isto.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): O que vale é que os açorianos já conhecem ambos os lados!

O Orador: Alguma vez é justificável uma acção deste tipo, a criação de uma empresa deste tipo, um aumento da despesa na situação financeira em que estamos e quando temos outras empresas que significaram despedimento de pessoas, em que o próprio Vice-Presidente do Governo Regional já diz que atingimos o nosso limite?

Já atingiram o limite mas continuam a superá-lo constantemente com propostas deste tipo.

Por isso, Srs. Deputados, peço-vos que em relação a este tipo de propostas tenham a consciência de que isto, na actual circunstância, não pode de forma nenhuma surgir, mesmo que seja direccionada por um sector que o Partido Popular Monárquico privilegia, que é o sector ambiental, mas não podemos aceitar este tipo de elefantes brancos, não podemos aceitar este tipo de despesas, não podemos

aceitar este tipo de sobreposições de competências, não podemos, em suma, aceitar esta inutilidade nas circunstâncias em que o povo açoriano vive.

Era isto que vos queria dizer em relação a uma primeira análise, porque vou voltar ao debate com alguns assuntos mais específicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por prestar alguns esclarecimentos respondendo à intervenção que foi feita pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Creio que as perguntas, ao contrário de outros, merecem realmente ter uma resposta.

Por um lado, e porque aparentemente isso parece ser uma preocupação entre a oposição, o Governo Regional não aliena nenhuma das suas competências. Uma coisa são competências de natureza operativa, ou seja, são competências que não têm nem uma componente administrativa, nem política, são meramente competências de gerir um determinado espaço dentro daquilo que são as regras que são impostas pela respectiva tutela, outra coisa são as competências políticas e administrativas.

Não há nenhuma sobreposição nem podia haver entre competências operativas de uma sociedade anónima, cujo objectivo é proceder a limpezas de mato, tapar paredes, resolver problemas em zonas classificadas (limpar ribeiras, fazer todo o tipo de tarefas nas zonas classificadas que têm que ser feitas, tarefas de natureza meramente operativa para uma boa gestão do território) e as competências políticas e administrativas. Essas obviamente ficam no Governo Regional como não podia deixar de ser.

Aliás, é a primeira vez, em muitos anos nesta casa, que alguém acusa-me de estar a alienar competências, quando a acusação costuma ser contrária. Isto serve de alguma maneira para temperar aqui a minha imagem. De maneira que agradeço as preocupações do Sr. Deputado nessa matéria.

Não há nenhuma alienação de competências. Essa é uma empresa que funciona na tutela directa do Governo Regional e que tem funções, como não podia ser, meramente operativas, fazer as coisas, resolver questões que não podem ser facilmente resolvidas pelo Governo Regional, pelos serviços, pela Administração Directa e que não o deviam, porque trata-se realmente de, no território, resolver questões.

Deputado João Costa (PSD): Pode dizer. Tem a ver com questões de financiamento!

O Orador: Não tem apenas a ver com questões de financiamento, tem muito a ver com o funcionamento de uma economia de mercado em que quem está a fazer as coisas e deve fazê-las dentro da sã e livre competição entre empresas e não serviço do estado.

A outra questão fundamental aqui, Sr. Deputado, e essa é talvez uma das questões mais importantes, tem a ver com pessoas que trabalham nestas áreas.

É preciso não esquecer que o Governo Regional neste momento já tem a seu cargo um conjunto muito alargado de ECOTECAS, Centros de Interpretação Ambiental e de outros serviços, alguns deles com um número apreciável de trabalhadores e que estão todos eles em situações precárias, em protocolos com instituições que não têm vocação de o gerir.

Lembro, por exemplo, que só na Ilha do Faial são mais de uma dúzia os trabalhadores que estão nessa situação, com o Centro de Interpretação dos Capelinhos e o que está a funcionar no Monte da Guia. Em pouco tempo acontece o mesmo na Graciosa com o funcionamento da Furna do Enxofre e do Centro de Visitação que neste Verão abrirá lá. Já acontece em São Miguel em várias Ecotecas e em vários sítios.

Portanto, precisamos de enquadrar essas pessoas, de lhes dar segurança no emprego, precisamos de dar transparência a este processo, porque estas despesas devem aparecer perante esta câmara e perante os açorianos como aquilo que é um investimento que é feito na educação e formação ambiental e não como apoio a instituições porque não o é.

Este diploma vem contribuir para dar transparência ao sector, para regularizar situações de pessoas que em muitos casos estão há uma década a trabalhar em situações que nenhum de nós gostaria de ter para nós próprios (nenhum de nós gostaria de trabalhar assim) e vem permitir também fazer uma outra coisa que é pôr ordem na gestão do território.

Temos à nossa responsabilidade grandes áreas dos Açores, todas as áreas que são classificadas, e é preciso que nessas áreas, aqueles trabalhos que vão desde a limpeza do mato, até manter os caminhos transitáveis e as ribeiras em funcionamento, tudo isso tem que ser feito por alguém e é preciso uma entidade que seja capaz de o contratar.

Voltaria à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado João Costa.

O Sr. Deputado continua a insistir na questão dos poderes de autoridade.

O Governo Regional não está interessado, nunca esteve, nem estará, em alienar a sua autoridade.

Deputado João Costa (PSD): É o que estamos a votar, Sr. Secretário!

O Orador: Não, Sr. Deputado. O Sr. Deputado não sabe ler o que está aí escrito, aparentemente. É uma pena que não o faça, mas eu já lhe explico para poder perceber o que é que se passa.

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente. Só tenho que esclarecer ao Sr. Deputado esta situação.

É preciso não esquecer que essa entidade tem como obrigação representar a Região na gestão de imensas propriedades que a Região tem. É preciso ter poderes para, perante os tribunais administrativos, exercer funções que são de quem gere o território. Isso é muito mais eficaz e muito melhor gerido assim.

Eu não sei porque é que teremos de chamar para os serviços centrais da secretaria coisas que podem ser muito melhor resolvidas ao nível da Ilha, ao nível do Parque Natural, ao nível de quem está no terreno.

É apenas uma forma que o Sr. Deputado encontrou de justificar uma posição.

Enquanto que em relação a alguns Deputados eu percebo que é uma questão de natureza ideológica, em relação ao Sr. Deputado João Costa não percebo mesmo. Acho que não entendeu o objectivo da sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

* **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui outra vez a falar de questões ambientais e nunca direccionámos as nossas atenções para a questão ambiental.

Esta sociedade é uma empresa pública e deixem-me reiterar aquilo que a Deputada Isabel Rodrigues falou relativamente às vossas empresas.

Quando as câmaras do PSD criam empresas públicas os senhores não se preocupam com o esvaziamento das competências ao nível autárquico. Quando as empresas são criadas pelo Governo Regional essa preocupação vem ao de cima.

Srs. Deputados, temos que começar a ser coerentes!

Não é isso que os açorianos querem. Os açorianos o que querem saber efectivamente é o que é que esta sociedade anónima vai fazer para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Está muito claro no diploma: vai promover a gestão integrada das áreas protegidas, vai desenvolver projectos ao nível da conservação da natureza, da biodiversidade, da geodiversidade, dos aterros sanitários que muitas câmaras do PSD deixaram num caos, vai gerir os centros de interpretação, as ECOTECAS, vai criar procedimentos, vai criar a uniformização das actividades, o que é extremamente importante nessa área.

Srs. Deputados, sejam coerentes naquilo que dizem e naquilo que fazem.

Por outro lado, relativamente aos problemas de esvaziamento das competências do ambiente, se os senhores tivessem conhecimento da orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, iriam ver que existem inúmeras competências que não estão nesta sociedade, nomeadamente ao nível dos recursos hídricos, do

ordenamento do território, das orlas costeiras, da qualidade do ambiente, do controlo integrado do ambiente, do ruído e das alterações climáticas.

Não se preocupem com os funcionários. Os funcionários da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar vão continuar a ter muito trabalho para fazer e vão continuar a ser empenhados como têm sido até agora.

Muito obrigada.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de ir ao cerne da questão, apenas um comentário à falência dos modelos, feita pela Deputada Isabel Rodrigues.

Sra. Deputada, julgo que se alguma coisa faliu foi o modelo de desenvolvimento de matriz neo-liberal que a senhora e os seus companheiros subscrevem e que conduziu esta região e este país à situação que vive actualmente. Isto é, taxas elevadíssimas de desemprego e mais de um quinto dos portugueses a viver abaixo do limiar da pobreza.

Deputado Berto Messias (PS): Os neoliberais estão daquele lado!

O Orador: O vosso modelo faliu.

Relativamente à AZORINA e às respostas dadas pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar quero uma garantia, Sr. Secretário.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Aníbal Pires está no uso da palavra.

O Orador: O Sr. Secretário Regional está constantemente a interromper, não sei muito bem porquê.

Até para o Sr. Secretário e para a bancada do Partido Socialista ver que não há aqui nenhum preconceito, o PCP até poderá dar apoio à criação da AZORINA, se o Sr.

Secretário hoje garantir a integração dos trabalhadores com o vínculo idêntico ao da Administração Pública Regional. Isso não pode ser feito por via legislativa aqui, porque senão o PCP iria propor isso.

Mas até fazendo fé nas palavras que o Sr. Secretário quiser pronunciar, se entender responder, se quiser dar essa garantia, terá o apoio do PCP para a aprovação desta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Só para sublinhar aquilo que já foi dito, repetindo, porque o senhor certamente ainda não percebeu.

A criação desta sociedade é uma forma distinta de se continuar a assegurar e incrementar serviços de natureza operativa, conforme referiu e bem o Sr. Secretário, dentro dos quadros e dos limites orçamentais que anualmente são aprovados.

Quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão há pouco se levantou julguei que vinha apontar um defeito a esta iniciativa por não prever uma delegação na Ilha do Corvo. Mas depois percebi que o Sr. Deputado Paulo Estêvão está numa fase de contenção, certamente muito recente, e que já não defende a criação de quaisquer outros serviços para além daqueles que actualmente a Administração Regional comporta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... e teremos oportunidade, muito em breve, de ver se essa coerência se mantém ou se foi apenas um fogacho de alguém que não preparou a discussão deste diploma, mas que perante a magnífica plateia que aqui temos não quis ficar calado e saltou para a praça.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

* **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para responder a duas questões colocadas pelo Sr. Deputado João Costa.

Relativamente ao preâmbulo não há nenhuma manobra de cosmética. Clarifica, tendo em atenção aquilo que foi a discussão do diploma que criou a Natureza Viva, a intenção do legislador, sendo certo que o Sr. Deputado sabe, tão bem como eu, que o preâmbulo não é a lei, é um elemento interpretativo.

Precisamente atendendo à natureza de elemento interpretativo, foi introduzida essa alteração no preâmbulo para que não restassem dúvidas a quem tiver que aplicar a lei.

Devo dizer que não fiquei minimamente esclarecida quanto à vossa duplicidade de posições relativamente a estas sociedades, no que respeita a serem sociedades criadas pelo Governo ou serem sociedades criadas pelas autarquias locais.

É prática, por exemplo, da Câmara Municipal de Ponta Delgada transferir prerrogativas de autoridade pública. É uma câmara presidida pela líder do PSD/Açores, um elemento certamente de menor importância para esta discussão.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Administrador da Secretaria... Perdão!... Sr. Secretário do Ambiente e do Mar:

Nós tentamos que estes debates tenham um pouco de elevação.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Acho que é penoso, para quem segue estes debates (ouvindo ou por qualquer outro meio), que o Sr. Secretário se ponha com argumentações como “o senhor não sabe ler”. Por acaso ler até sei. Eu li e o senhor ouviu aquilo que eu li.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Mas uma coisa é ler, outra coisa é entender o que se lê!

O Orador: Essa é que é a questão. É que o senhor ouviu aquilo que eu li (eu li o que está na proposta) e faz uma interpretação diversa daquilo que consta da proposta...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Neste caso tive uma vantagem: escrevi, li e interpretei!

O Orador: ... ou tentou ocultar aquilo que aqui está e aquilo que é proposto pelo o Governo.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): É o chamado espírito legislador!

O Orador: Quanto à elevação penso que ficamos esclarecidos, até pelos risozinhos que são visíveis da bancada do Partido Socialista relativamente a esta matéria.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, estamos a falar da criação de uma sociedade que vai gerir questões de ambiente. A questão do ambiente certamente que é outra discussão. Estamos a falar da criação de uma sociedade anónima.

Deixe-me dizer, a si e à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, quanto à questão das sociedades criadas pelas câmaras municipais, que é uma obsessão virem sempre com esse argumento, porque as sociedades começaram a ser criadas por via dos estrangulamentos financeiros criados às câmaras municipais. Sabem bem qual foi o Governo que criou os maiores estrangulamentos.

Houve muitas câmaras na Região que eram sistematicamente discriminadas pelo Governo Regional. Estou a lembrar-me por exemplo das questões ligadas à habitação em que o Sr. Vice-Presidente relativamente a Angra do Heroísmo teve um comportamento, mas já não teve relativamente a outras câmaras, nomeadamente em São Miguel.

Houve necessidade de chegar onde o Governo, nas suas obrigações, não chegava.

Por essa razão V. Exas. não deviam estabelecer este tipo de comparações, porque sabem muito bem qual foi o vosso modo de agir até há alguns meses atrás. Agora

até fazem declarações políticas enaltecendo o poder local, mas os autarcas desta Região sabem muito bem qual foi o vosso modo de agir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão fundamental que se coloca aqui é a seguinte:

Obviamente não vou ler aqui quais as competências que tem actualmente a Secretaria do Ambiente e do Mar, os seus respectivos serviços de ilha e também as competências que foram atribuídas aos parques naturais, mas quem tiver o trabalho de verificar as competências destes organismos e comparar com as competências que são dadas à AZORINA, poderá verificar que há uma sobreposição total.

Pergunto:

Embora exista aqui, por parte do Partido Socialista e do Governo Regional, a tentativa de esconder que isso de facto significa mais despesa, que isto não traz qualquer utilidade do ponto de vista operativo, dizendo que isto tem conteúdos operativos... mas os serviços de ambiente têm exactamente na sua definição, em termos de funções, a natureza operativa.

Tudo o que aqui está (aliás, o Ambiente tem funcionado neste âmbito e com o quadro legal que estava criado) não traz qualquer vantagem para a Região.

Desculpem por me ter exaltado, mas quando verifico que no momento económico que nós vivemos são pedidos tantos sacrifícios aos portugueses, quando são pedidos tantos sacrifícios aos açorianos porque estamos numa situação tremenda, quando o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional anunciou que já não tem mais elasticidade para poder auxiliar outras empresas, quando vivemos numa situação deste tipo e vejo que é neste contexto e nesta inutilidade total, em termos de funções, que surgem propostas deste tipo, é evidente que como qualquer outro cidadão português, como qualquer outro açoriano, fico exaltado. É evidente!

Isto significa complicar ainda mais a vida financeira ao Governo Regional e a situação financeira dos açorianos. Isso é inaceitável!

Deixo-lhe três questões muito concretas, Sr. Secretário.

Quanto é que julga que irá custar anualmente esta sociedade?

Quantos funcionários poderá ter, no limite, esta sociedade?

Não existe aqui sobreposição de funções?

Prove-me que não e depois terei oportunidade de o confrontar com sobreposição de competências.

Uma questão para o Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Eu não sei se o Sr. Deputado já teve oportunidade de ler a iniciativa. Teremos com certeza oportunidade de a discutir aqui. Eu não queria de forma nenhuma antecipar a discussão, mas já que a trouxe aqui, aquela questão tem exactamente a ver com combater os erros que estão a ser cometidos agora com esta iniciativa. Sabe porquê?

Porque já existindo um Parque Natural, em que o Director do Parque Natural também já está a gerir no Corvo a própria reserva da biosfera, acumulando estas funções e com o pessoal que já está neste momento a trabalhar, poderá com certeza adquirir essas competências em termos daquilo que são os serviços de ambiente, criando serviços de ambiente próprios.

Sabe para quê?

Para evitar esta sobreposição, estas camadas sucessivas, esta hierarquia completamente inútil, fazendo uma coisa muito simples e que acho que é fundamental na gestão de qualquer coisa (na gestão das nossas casas, na gestão das empresas), que é sobretudo evitar que exista uma sobreposição de funções, que exista uma hierarquia de decisão completamente inútil e que as coisas sejam mais flexíveis, mais eficazes e mais rápida a tomada de decisão. Como na própria proposta faço questão de sublinhar, não significa mais despesa para a Região, porque não é preciso construir edifícios, não é necessário contratar novos funcionários.

O senhor deu exemplo para tentar contrariar que eu com as minhas propostas aumento as despesas.

Acabo de lhe demonstrar que a minha proposta vai no sentido de evitar sobreposições, burocracia, hierarquia desnecessária e sobretudo atingir um objectivo que é rigor, flexibilidade, rapidez de execução.

Apesar de terem estes serviços disseminados por toda a Região, apesar de terem já uma estrutura burocrática tremenda, depois temos graus de ineficácia muito grandes.

Esta é mais uma instituição inútil que vai custar (e quero alertar os açorianos) muito dinheiro.

Tenho a certeza absoluta que depois podemos verificar que de ano para ano a despesa se tornará incomportável para todos os açorianos, ainda para mais vivendo no contexto económico que nós vivemos. Isto é inaceitável, Srs. Deputado!

Se isto for aprovado como vai ser, porque o Partido Socialista já disse que votaria a favor, prometo fazer aqui as contas anualmente, Srs. Deputados.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já não era para fazer mais nenhuma intervenção, mas senti-me obrigado a fazer exactamente na sequência daquilo que disse o Deputado Aníbal Pires e naquilo que tem sido, creio, uma linha correcta de análise das questões.

Queria começar por dizer ao Sr. Deputado João Costa que não tinha nenhuma intenção de o ofender. Quando lhe disse que não percebeu, foi porque não percebeu. Isso não o diminui em nada, pelo contrário.

Deputado João Costa (*PSD*): Não é o que parece!

O Orador: Já me aconteceu a mim, muitas vezes, não perceber.

Gostava de dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que a admissão de funcionários faz-se de acordo com regras que estão estabelecidas. Portanto, não é possível transformar em função pública aquilo que não é função pública.

Aquilo que lhe posso dizer é que temos muita vontade de, em relação àquelas pessoas que há anos trabalham em situações de grande precariedade e em situações que não são aquelas (volto a repetir) que nenhum de nós queria para nós próprios ou para os nossos, resolver essa questão dentro daquilo que são as regras das empresas públicas e dentro daquilo que são as regras da contratação pública.

Não lhe posso vir aqui dizer que amanhã todos os senhores vão ser funcionários públicos, porque não o vão ser, porque estamos a falar numa empresa, e não lhe posso estar aqui a fazer promessas automáticas de integração em quadros, porque existem tramitações necessárias.

O que lhe posso garantir com toda a seriedade, porque esse é um dos principais objectivos desta sociedade, é que este é um veículo para melhorar a situação dessas pessoas, que são situações que preocupam em muito o Governo e com as quais eu, pessoalmente, e falando com cada um deles já expliquei que gostaria de ver a situação alterada. Creio que é preciso alterá-la, agora não é possível fazer uma promessa como essa que o Sr. Deputado aqui disse, porque ela nem sequer é viável dado o contexto da empresa que estamos a falar.

O Governo, com toda a seriedade, vai olhar para todos estes casos, porque não podemos ter pessoas durante décadas a trabalhar para a associação disto e daquilo.

As pessoas não estão a trabalhar para a associação, estão a trabalhar para todos nós.

É preciso pôr transparência neste processo.

Gostava também de dizer, Sr. Deputado, que pela primeira vez, e mais uma vez na vida, estou a ser acusado de uma coisa. É que os Srs. Deputados costumam gritar aqui que sou economicista e que poupo dinheiro. Hoje, pela primeira vez, estão a dizer que vou gastar dinheiro.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas ninguém disse isso aqui dentro!

O Orador: Já ouvi isso 500 vezes.

Sr. Deputado, eu gostava de dizer que esta sociedade não vai gastar mais dinheiro. Vamos canalizar para aqui aqueles recursos que estão agora a ser canalizados, por outras vias para outros serviços, dando aqui uma maior transparência e uma maior eficácia à gestão destes dinheiros. É isso que queremos fazer.

Não vai haver aumento da despesa pública, não há nenhuma intenção. Nós não queremos aumentar a despesa pública. Queremos racionalizar a despesa pública, flexibilizar, dar eficácia e gerir bem. É isso que queremos fazer e é por causa disso que se está a fazer.

Não me parece que seja uma boa política estar a manter situações que não são aquilo que são e devemos chamar os bois pelos seus nomes. Aquilo que é de facto uma despesa na gestão da coisa pública deve ser como tal descrita e deve passar também pelo crivo deste Parlamento, que é a entidade que tem essa responsabilidade.

É isso que o Governo quer fazer e é isso que o Governo fará com a AZORINA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

* **Deputado Luís Silveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda em relação à situação precária dos funcionários na Região e que afirmou o Sr. Secretário há pouco, no nosso entender é lamentável que se diga aqui dentro que há funcionários há mais de uma década numa situação precária.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não são funcionários da Região!

O Orador: O Governo do Partido Socialista governa esta Região há 13 anos. Portanto, se há funcionários em situação precária há mais de uma década...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Atenção! Não são funcionários da Região!

O Orador: ... é muito tempo para resolver a questão desses funcionários.

Deputado João Costa (PSD): Não está cá a Sra. Secretária para dar a resposta!

O Orador: Se por outro lado, diz o Sr. Secretário que esta empresa pública será contida nos seus gastos e não gastará mais do que aquilo que a tutela gasta neste momento, será certamente uma excepção à regra, porque todas as outras criadas até hoje pela Região têm gasto mais dinheiro do que aquilo que era gasto anteriormente sem essas empresas.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Os senhores estão cá para fiscalizar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 900 milhões de dívida directa e indirecta!

O Orador: Esta é a verdade. É ler os relatórios e ver.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, a senhora falou aqui muito em coerência.

Não me cabe a mim defender o Partido Social Democrata. Ele é suficientemente capaz de o fazer.

No entanto, a senhora afirmou aqui dentro que as câmaras municipais do Partido Social Democrata criam empresas municipais. Como tal, parece que dá a entender que se eles cometem esse erro, porque ouvimos muitas vezes o Partido Socialista criticar a criação de empresas municipais por câmaras do Partido Social Democrata, não é menos verdade que as câmaras do Partido Socialista também têm-no feito.

Não precisa ir mais longe do que a Câmara da Praia da Vitória. Quando era governada pelo Partido Social Democrata não tinha nenhuma empresa municipal. Quando o PS tomou posse criou imediatamente duas e parece que agora já temos 3 ou 4.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É essa a verdade em relação a empresas municipais.

Francamente, Sra. Deputada! Se está a faltar coerência é na bancada do Partido Socialista.

Se criticamos que o Partido Social Democrata cria empresas municipais e consideramos que isso é mau, então se o fazem e é mau, o Partido Socialista também o pode fazer no Governo e também há-de criar empresas público-privadas. Se, por um lado, é mau os outros fazerem, eu acho que também é mau da parte do Partido Socialista fazê-lo. Aí, sim, é uma falta de coerência, Sra. Deputada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É a última vez que me inscrevo, porque acho que já estamos a exceder, mas gostaria de esclarecer uma questão que me pareceu muito importante da intervenção do Sr. Deputado do PP.

Não se trata de funcionários da Região que estão em situação irregular, de maneira nenhuma. Nenhuma destas pessoas é funcionário da Região.

Estou a referir-me a pessoas que trabalham para várias entidades, nomeadamente entidades associativas ou entidades sem fins lucrativos ou outras entidades. Nenhum deles é funcionário da Região. Não há funcionários na Região nessa situação.

Quero esclarecer com muita seriedade o Sr. Deputado disso, porque isso seria algo de extraordinário.

Não é nenhum funcionário da Região!

Estamos a falar de pessoas que estão contratadas por entidades terceiras, mas que exercem um serviço que melhor seria, do ponto de vista da racionalidade da gestão dos meios, que fosse feito sobre a administração directa da Região, para que a Região se possa responsabilizar directamente por aquilo que é feito e para que possa haver uma maior transparência naquilo que são as despesa que a Região faz.

Volto também a garantir-lhe que não vai haver aumento de despesas. Haverá sim uma clarificação daquilo que é investido em cada uma destas áreas, para que também possamos saber o que é informação ambiental e o que é apoio a associações, o que é investimento na gestão do território e o que são as outras coisas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vamos passar para a votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Há um conjunto de alterações vindas da comissão que foram subscritas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os artigos 1º a 4º do diploma não têm qualquer tipo de alteração.

Se não houver oposição da câmara vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 5º, temos uma proposta de alteração vinda da Comissão. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 5º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 6º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 7º, temos uma proposta de alteração vinda da Comissão e subscrita pelo PS. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 7º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Os artigos 8º a 12º do diploma não têm qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da câmara vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar para o anexo ao diploma que aprova os Estatutos da Sociedade.

Dos artigos 1º a 7º não há qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da câmara vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 8º, temos uma proposta de alteração. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Os artigos 9º a 14º não têm qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da câmara vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 15º, temos uma proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 15º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Os artigos 16º a 29º não têm qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da câmara vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para o ponto 2 da nossa Agenda da Reunião: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010 -“Suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de Agosto”.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de diploma que neste momento está presente nesta casa e que visa a suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores tem, conforme já foi referido em Comissão, circunstâncias que levam a esta iniciativa do Governo.

Detectámos no funcionamento do Plano de Ordenamento Turístico a circunstância de haver 3 ilhas, nomeadamente a Ilha de São Jorge, a Ilha do Pico e a Ilha do São Miguel, que por diversos motivos (e já passo a explicar esses motivos) se aproximavam dos limites que estão fixados no Plano de Ordenamento Turístico, quer quanto à capacidade já efectivada de camas, quer quanto à capacidade prevista nesse mesmo plano para utilização.

Estas três situações foram aquelas que suscitaram da parte do Governo uma apreciação segundo uma metodologia crescente de intensidade de soluções, ou

seja, no caso concreto a suspensão parcial do POTRAA é uma solução mais radical, sendo certo que no caso das outras duas ilhas entendemos que as circunstâncias que existem são perfeitamente resolúveis com mecanismos e com novas regras de gestão da bolsa de camas.

A primeira ideia que gostava de deixar nesta apresentação do diploma é que este não é um diploma que apenas suspende o POTRAA na Ilha de São Miguel, na exacta descrição que dele consta.

Esta é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa estabelecer soluções quer para a Ilha de São Jorge, quer para a Ilha do Pico, quer para a Ilha de São Miguel.

Em segundo lugar, aquilo que gostaria de dizer à câmara, na apresentação deste documento, é que não estamos a falar de uma proposta de alteração que mexa ou que de certa forma possa colidir com aquelas que são as opções estratégicas e com os objectivos definidos pelo Plano de Ordenamento Turístico da Região.

Estamos a falar de uma proposta que visa, sobretudo (e no caso de São Miguel por ser a solução mais drástica é nesse âmbito que falamos) por um lado, resolver um problema, um mecanismo administrativo, digamos assim, de adequação daquilo que é a capacidade de camas disponíveis; por outro lado, os requerimentos para a utilização dessas camas e, por outro, as camas efectivamente utilizadas.

O que se pretende é reduzir ao mínimo possível situações de cativação que não venham a ter efectiva correspondência com a sua utilização.

Em terceiro lugar, gostava também de dar nota do seguinte:

Para o cumprimento do Plano de Ordenamento Turístico converge o contributo de um conjunto de entidades que têm a responsabilidade de, face ao Plano de Ordenamento Turístico, ter também uma função do seu efectivo cumprimento. É o caso das autarquias locais, uma vez que este sendo um Plano de Ordenamento Territorial acaba por, desse ponto de vista, também ter um cumprimento por parte das autarquias locais.

Aliás, o relacionamento que existe entre a Direcção Regional de Turismo, como entidade que em relação a determinados projectos dá parecer, é com as autarquias

locais e não directamente com aquilo que é um determinado promotor de um empreendimento turístico.

Serve isto para dizer o quê?

Serve isto para dizer que no âmbito da legislação que regula o próprio licenciamento desse tipo de empreendimentos existem outras soluções que poderiam ser convocadas para este cumprimento e para o objectivo que esta proposta de alteração visa satisfazer.

No entanto, aquilo que o Governo faz é criar mecanismos que possam, ao nível da própria entidade gestora ou da própria entidade fiscalizadora do Plano de Ordenamento Turismo, no caso concreto a Direcção Regional do Turismo, contribuir para a resolução e para a maior fiscalização desta situação.

Nesta apresentação prévia da proposta de alteração julgo que se justifica também dar a conhecer à câmara aquela que é a nossa situação em termos de valores utilizados por parte do POTRAA.

Percorrendo ilha a ilha (penso que tenho tempo para isso), no caso de Santa Maria, temos uma capacidade instalada de 411 camas, sendo que o limite máximo permitido pelo POTRAA é de 660 camas. Temos uma capacidade de crescimento, uma capacidade de maleabilidade dentro dos limites do POTRAA que se nos afigura perfeitamente compatível com aquelas que são as intenções de investimento neste momento presentes em relação a esta ilha.

No caso da Ilha de São Miguel, temos uma capacidade instalada de 5.816 camas, sendo que o total previsto pelo POTRAA (dessa análise eu estou a excluir a bolsa de camas por motivos que já vos explico a seguir) é cerca de 7.600 camas.

No caso da Ilha Terceira temos uma capacidade instalada de 1.694 camas, com uma capacidade prevista no POTRAA para 2.900 camas.

No caso da Graciosa a capacidade instalada são 237 camas, com uma capacidade prevista no POTRAA de 330 camas.

No caso de São Jorge temos uma capacidade instalada de 247 camas, com uma capacidade prevista no POTRAA de 553.

No caso do Pico, 461 camas como capacidade instalada e 1.060 camas como capacidade máxima prevista no POTRAA.

No caso do Faial, 965 camas de capacidade instalada e 1.734 no caso de limite previsto no POTRAA.

No caso das Flores temos uma capacidade instalada de 241 camas e uma capacidade prevista no POTRAA de 578.

No caso do Corvo temos uma capacidade instalada de 28 camas, com uma capacidade prevista no POTRAA de 80 camas.

Estes limites do POTRAA são limites que não contemplam a bolsa de camas. Porquê? Porque é também aí que se liga esta proposta de intervenção ou esta proposta de suspensão do POTRAA.

No caso de São Miguel existe uma situação de cativação de camas, ou seja, existe uma situação em função da qual foram solicitados pareceres para empreendimentos turísticos que levam a que no caso concreto desta ilha, mesmo em função daquilo que são as possibilidades de gestão da bolsa de camas, não estejamos em condições de resolver esta situação.

É importante clarificar (não é essa a situação com que estamos confrontados aqui, daí o facto de ter dito que pretende-se resolver um mecanismo administrativo) que não estamos numa situação em que chegamos aos limites do POTRAA e neste momento o Governo vem a esta casa dizer que no caso da Ilha de São Miguel queremos suspender o POTRAA porque precisamos de instalar mais camas. Não é esta a situação!

Se fosse esta a situação, aquilo que o Governo faria seria, neste caso, propor à Assembleia que houvesse uma revisão do POTRAA, se entendesse que valia a pena criar novos limites.

A situação que temos é uma situação em que, pelo simples recurso de procedimentos administrativos, temos um número significativo de camas que, com elevadíssima probabilidade, não será concretizado.

De qualquer das formas o que pretendemos criar é um mecanismo que nos permita, em relação a esse número de camas que previsivelmente (no caso de um só operador estamos a falar em cerca de 1000 camas) estão cativadas e que com elevado grau de probabilidade não serão concretizadas, concretizar outras intenções de investimento sem a necessidade de alterar os limites globais. É este o

caso que estamos a falar, uma necessidade de não alterar um limite global, daí também se ter referido que o POTRAA mantém, do ponto de vista de opções estratégicas, a sua situação.

Isto levará a que nos termos desta proposta que foi aprovada possamos ter, no prazo máximo de um ano, digamos assim, uma resolução desta situação de regularização entre aquilo que são camas que estão cativas e que com grau de probabilidade não serão utilizadas e aquelas que efectivamente vão ser utilizadas. Daí que o Governo esteja, no caso concreto, confiante que não será necessário alterar este limite máximo de camas do global.

A que é que isso leva?

Leva a que dentro daquela que é a margem de manobra que nos dá o montante global disponível em termos de camas e da bolsa de camas, possamos efectivamente resolver a situação de São Jorge, que não é o caso mais significativo, mas do Pico e de São Miguel que são os casos mais significativos.

Que impacto é que esta solução tem em relação a requerimentos ou a projectos que já tenham sido apresentados e que por virtude desta nossa alteração que é proposta possam ver a sua situação alterada face ao POTRAA?

Tivemos processos com resposta que em função da legislação actual do POTRAA e em função a esta limitação de camas, viram esta resposta condicionada a estes dados. Tivemos 5 processos em São Miguel que têm um valor envolvido à volta de 160 camas.

Temos processos que têm o parecer suspenso na Direcção Regional de Turismo e que, em função desta alteração, podem passar a uma fase seguinte de análise. Esse número de processos anda à volta de 17, envolvendo cerca de 1.500 camas.

Contudo, há alguns dados que gostava de tornar presentes à câmara.

Ao fazermos essa alteração não estamos a dizer que todo o projecto de empreendimento turístico que entrar agora é aprovado, porque a questão do número de camas é apenas um dos critérios que o POTRAA obedece para o seu cumprimento ou para a avaliação dos projectos.

Em segundo lugar, mesmo em situação de suspensão de projectos ou de suspensão do número máximo de camas efectivas em São Miguel, não estamos a dizer que

agora vamos aprovar tudo. O facto é que o próprio decreto limita as autorizações que o Concelho do Governo pode dar ao cumprimento de objectivos que estão neles definidos determinado tipo de tipologias, determinado tipo de empreendimentos e verificadas essas situações é que se pode ponderar se o Governo autoriza ou não a instalação desses empreendimentos.

Daí que no caso concreto acreditamos que com esta situação e que com esta aprovação feita conseguiremos o objectivo último que é o de ter uma maior correspondência entre aquilo que são os projectos entrados para a utilização de camas e a sua utilização efectiva.

Os prazos que são fixados de um ano são prazos que, à semelhança do que acontece noutra legislação que tem relevância para estes processos, nomeadamente um ano para o início das obras após a concessão da autorização, permitirão exactamente esta maior correspondência.

Por último gostaria de dizer que tenho conhecimento da proposta de alteração que foi apresentada, julgo que por todos os partidos, para alguns artigos da proposta de decreto. Penso que essa proposta de alteração vem, se dúvidas houvessem, melhorar a formulação que é dada, tornando mais clara a solução que se pretende aplicar a cada uma destas situações.

Fundamentalmente são estas as razões, os critérios, os fundamentos e os objectivos que subjazem à proposta apresentada pelo Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A acuidade da situação económica e social na Região exige respostas novas, destreza na tomada de medidas e combate ao imobilismo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acompanha esta preocupação aqui anunciada pelo Governo Regional ao propor medidas novas perante estrangulamentos ao desenvolvimento da economia tão necessário à superação do sofrimento que se instalou em muitos lares.

O pedido de suspensão de alguns artigos do POTRAA insere-se neste intuito.

Contudo, a emergência da situação e a conseqüente urgência de medidas não pode obscurecer a efectiva necessidade de rigor e de transparência na gestão da coisa pública.

Neste sentido cabe ao Governo Regional prestar esclarecimentos inequívocos sobre as seguintes questões, entre outras:

É referenciado no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional 38/2008/A que este representa um todo coerente de um sector estratégico desenvolvendo de forma sustentada e tendo em conta parâmetros ambientais, económicos e urbanísticos, entre outros.

A suspensão de artigos pilares desta sustentabilidade não põe em risco essa mesma sustentabilidade, tanto mais que o Governo não apresenta a medida temporal concreta para esta suspensão, ou o POTRAA foi mal elaborado?

Por outro lado, foi afirmado pelo Sr. Secretário da Economia que a necessidade desta medida tem fundamentalmente a ver com a suspensão de investimentos ou mesmo com a não realização efectiva de investimentos já licenciados.

Perante isto cabe perguntar:

Na eventualidade da não concretização destes investimentos já aceites, quais deles já receberam fundos públicos, quer europeus, quer regionais, e como pensa o Governo reaver esses fundos?

Que medidas tem o Governo pensadas perante as novas propostas de investimento nesta área, de forma a acautelar os dinheiros públicos perante novas intenções de investimento não realizáveis?

Cabe aqui um esclarecimento, quer pelo seu impacto, quer pela sua dimensão, de todo o projecto que envolve o casino de Ponta Delgada.

Pensamos que estes esclarecimentos são pertinentes, pelo que esperamos que sejam dados pelo Governo Regional durante esta discussão a bem da clareza das medidas e suas conseqüências a montante e a jusante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Pedro Medina.

* **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente o Sr. Secretário Regional da Economia em sede de comissão e agora os esclarecimentos que voltou a prestar perante esta câmara.

De qualquer das formas ainda continuamos com algumas dúvidas sobre as mesmas questões que se levantou em sede de Comissão.

Fala-se muito na questão das camas, nas que estão cativas e nas que vão ser utilizadas. Fala-se também que não se vai alterar o limite global do número de camas.

Reconheço efectivamente que não estou a ver qual o alcance quando só se fala em camas que vão aumentar ou que vão diminuir nas várias ilhas. Não consigo interpretar qual o objectivo fundamental desse ajustamento ou dessa suspensão que o Governo Regional propõe para o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores.

Gostaria de abordar a questão mais do ponto de vista dos empreendimentos turísticos e dos empreendimentos integrados.

Se olharmos para o preâmbulo do Plano, diz que “o POTRAA é um instrumento orientador dos diversos agentes económicos e disciplinador da acção administrativa definindo para cada ilha os produtos turísticos estratégicos e a evolução da oferta turística até 2015”.

Se formos aos produtos turísticos para as diferentes ilhas, e vou cingir-me, por exemplo, à Ilha do Pico, está definido que os produtos estratégicos para a ilha, e por consequência os investimentos estratégicos para a Ilha do Pico, são a baleia, a vinha, o vinho, a montanha, o vulcanismo, o queijo, o pedestrianismo e o Espírito Santo.

Em meados de 2009, há um grupo que está a investir na Região que diz explicitamente que na Ilha do Pico vai surgir um empreendimento com um campo de golfe associado.

Se formos ver aos produtos estratégicos que o Governo definiu para a Região Autónoma dos Açores não encontramos que na Ilha do Pico, estrategicamente, o Governo tenha proposto exactamente esta infra-estrutura.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Para além da Ilha do Pico penso que ainda há mais uma ilha que este grupo poderá eventualmente também investir.

Sabemos que em São Jorge este grupo já por lá andou e nesta fase de crise suspendeu ou eventualmente poderá abandonar este plano.

O que é certo é que efectivamente este grupo já abordou as questões no terreno na Ilha de São Jorge. Se formos ver no que toca à Ilha de São Jorge a questão do golfe não está lá estrategicamente definida pelo Governo.

A nossa abordagem é neste sentido. Falar em número de camas, não sabemos qual é o sentido, porque o Governo não diz quais são os investimentos estratégicos que não se vão concretizar, por várias razões, porque a iniciativa privada neste caso é que sabe por que é que não tem condições para os efectivar. O Governo não responde a estas questões.

O que nos parece é que há aqui outras situações que são ocultas, nomeadamente esses novos investimentos que se vão concretizar ou que estão previstos. Essa nova cativação do número de camas tem a ver exactamente no âmbito dos empreendimentos turísticos ou empreendimentos integrados, porque como sabe o empreendimento integrado engloba o alojamento. É uma das componentes da questão do empreendimento integrado, como pode também abranger o campo de golfe integrado nessa infra-estrutura.

Para já, era só.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário terminou a sua intervenção dizendo que não se pretendia uma suspensão do POTRAA. O PSD diria que é pena!

Aproveito para lhe perguntar publicamente se V. Exa., quando chegou à Secretaria Regional da Economia, encontrou alguma coisa bem feita?

Deputado Francisco César (PS): Já ouvi isso nalgum sítio?

O Orador: Com os barcos já sabemos o que se passou; com as Portas do Mar, foi a derrapagem de 50% com os esquecimentos do abastecimento de combustível, da água e de marinas desabrigadas.

Com o modelo de transporte aéreo temos a fama e o proveito, infelizmente, de termos as tarifas mais caras do mundo.

A marina de São Jorge, quando inaugurada, já estava esgotada.

Chegou com o turismo a mingar; chegou lá com o imbróglio para resolver na construção do jogo. E agora é o POTRAA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

A conclusão que se tira é que não acertam uma!

Azar seu, infelizmente para todos os açorianos.

O POTRAA foi construído com pressupostos errados e vou explicar porquê.

Previram taxas de crescimento de turistas nos Açores de 6 e 7%. Acontece que na data da sua publicação, ou seja, a meados de 2008, o turismo já decrescia cerca de 5% sendo certo que em 2007 estagnou e só crescia 0,4% como V. Exa. bem sabe. Pior foi em 2009 onde o decréscimo atingiu quase 11%.

O POTRAA foi mal construído, porque tinha condicionantes que não foram minimamente acauteladas, nem respeitadas pelo Governo Regional. Senão vejamos:

Quando no ponto 5 o POTRAA diz que assume a grande dependência do turismo regional do transporte aéreo e o significado de pilar estratégico deste último, enquanto factor de desenvolvimento turístico, Sr. Secretário estamos bem conversados, porque em termos de transporte aéreo aquilo que temos são 165 euros para sairmos de Ponta Delgada e irmos para qualquer uma das ilhas do Grupo Central, sendo certo que são 250 euros para fazermos uma ligação de Ponta Delgada ao Continente, acrescentando o facto de em algumas circunstâncias as passagens custarem 436 euros se a pessoa em causa quiser vir num dia e regressar no mesmo dia, ou quiser vir num dia e regressar no dia seguinte. Ou seja, as condicionantes que o POTRAA identificava, este Governo, pura e simplesmente, ignorou.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao transporte marítimo, Sr. Secretário, não há turista que queira visitar os Açores no pressuposto de pôr o pé dentro de um barco, porque naturalmente na origem será desaconselhado a fazê-lo em função daquilo que aconteceu nos últimos anos.

Diria mesmo, Sr. Secretário, que o POTRAA incluía inclusive regras perfeitamente absurdas. Não é admissível que não fosse previsto num Plano de Ordenamento, que estabelece um limite máximo de camas, aquilo que se chama a regra da caducidade das autorizações, em função da não construção dessas mesmas camas num determinado período de tempo, ou seja, não previa a caducidade de projectos virtuais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O PSD na altura dizia que, inclusive, o POTRAA identificava marcas que ninguém quer saber delas para promover o destino turístico Açores, nomeadamente em algumas das ilhas.

Gostava que me dissesse qual é o turista que se desloca a São Miguel à custa, ou influenciado pelo facto da marca São Miguel, estipulada pelo POTRAA ser o vulcanismo?

Gostava que me dissesse qual é o turista que visita São Jorge por causa do queijo?

Gostava que me dissesse qual é o turista que visita a Graciosa por causa do termalismo, sendo certo que as termas ainda não estão a funcionar?

Deputado Alexandre Pascoal (PS): Já funcionaram, Sr. Deputado!

O Orador: Resta o Pico que tem a baleia. Aliás, a marca Açores “canibalizou” a marca Pico, porque em toda a promoção que os Açores fazem, e bem, é utilizada a baleia.

Mas o POTRAA tinha outras asneiras!

É que estipulou limites de camas por ilha sem acautelar a tipologia do respectivo alojamento.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Quis comparar o que era alojamento e camas na hotelaria tradicional (num hotel de 100 camas, num hotel de 150 camas) com um limite de camas que

concorria com a hotelaria tradicional de um pequeno investidor que quisesse fazer investimento em turismo rural ou turismo de habitação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não disse nada disso em Comissão!

O Orador: Ou seja, não estabeleceu, não previu o que é que era a segmentação por tipo de alojamento e, por isso mesmo, chegou agora à conclusão (chegámos nós todos!) que o POTRAA, para além de não produzir resultados no último ano e e picos em que está em vigor, só impeça, só atrapalha.

Senão vejamos.

Quando o POTRAA prevê que sejam construídas nos Açores 15.550 camas, mais uma bolsa de 10%, dá, contas redondas, 17 mil camas.

Neste momento, temos cerca de 8.791 camas, segundo as últimas contas, contrariando muito os números que o Sr. Secretário deu, quando refere que nos Açores existem 10.100 camas (foi os números que deu). Não sei qual é o número que está certo, sendo certo que fui buscar as 8.791 ao SREA. Como é o departamento oficial do Governo para a estatística, suponho que o SREA tenha as suas estatísticas correctas.

Se temos cerca de 8.700 camas e se o POTRAA prevê, no máximo, 17.000 camas, ou seja, um crescimento de mais de 100%, não é admissível, não é perceptível, que passado um ano e meio de publicação do POTRAA (com um crescimento efectivo de camas nos Açores que não deve rondar, pelas minhas contas, 4%, pelas contas do Sr. Secretário 5 ou 6%, ou seja muito abaixo do limite previsto pelo POTRAA), possamos agora estar a suspendê-lo parcialmente, porque entretanto houve uns promotores que cativaram uns centos ou uns milhares de camas e que não as construíram, são projectos virtuais, e impossibilitam que pequenos, médios ou grandes investidores possam construir ou fazer os seus investimentos, porque entretanto as camas virtuais cativaram em algumas ilhas os 100% de camas disponíveis pelo POTRAA.

Deputado Helder Silva (PS): Então o que é que sugere?

O Orador: Os números do turismo...

Deputado Helder Silva (PS): Diga o que é que sugere!

O Orador: Eu já explico, Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Helder Silva (PS): Estou muito curioso em ouvi-lo!

O Orador: Sei que não é bom ouvir e nós não gostamos de dizer isso, porque infelizmente é assim, mas isso representa o falhanço da política no sector do turismo do vosso Governo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E do Governo da Madeira!

Deputado Helder Silva (PS): No vosso tempo não se fazia nada! Não diga uma coisa dessas!

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Macedo está no uso da palavra.

O Orador: O que é certo é que com as expectativas que os senhores criaram de que o turismo seria a “galinha dos ovos de ouro”, os nossos empresários fizeram vultuosos investimentos e precisam neste momento de recuperar esses investimentos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em 2007, antes da data de publicação do POTRAA, o turismo estagnou. Cresceu apenas 0,4%. Era a crise! Em 2007 já era a crise!

Em 2008, Carlos César dizia que a crise passava ao lado dos Açores.

Deputado Helder Silva (PS): Que chegava mais tarde e saía mais cedo!

O Orador: Em 2008, o turismo nos Açores baixou 5%; em 2009 baixou 11% e agora, em Janeiro de 2010, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a quebra foi de 25%.

Este é o resultado da vossa política.

Deputados Clélio Meneses (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não vão pôr as culpas e a responsabilidade nos Governos do PSD!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Helder Silva (PS): Belas estatísticas!

O Orador: As estatísticas que estou a referir são do SREA, isto para responder ao aparte do Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Helder Silva (PS): É pena não citar as estatísticas do vosso tempo!

O Orador: Quando chegamos a 2010, só no mês de Janeiro temos uma quebra de 25%, sendo certo que “descascando” bem esses números, em São Miguel, que representa mais de 50% das camas dos Açores, a quebra foi de 33%.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se enche o discurso com 30 milhões para a promoção, repetidas uma, duas, três, quatro e cinco vezes (pelo menos foi aquelas que contei, já vai em 150 milhões) os senhores ainda não perceberam que isso não vai com discursos, isso não vai com rezinhas e com rezas de curandeiros, Sr. Secretário.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Falta notoriedade, falta competitividade, falta promoção com resultados (não é apenas deitar dinheiro para cima dos problemas!) por isso faltam os turistas.

Agora, e voltando ao tema que nos traz aqui, a suspensão parcial do POTRAA.

Um ano e tal depois do POTRAA estar em vigor, querem suspendê-lo parcialmente.

Pergunto-vos: um documento orientador, um Plano de Ordenamento do Turismo que não produz resultados (portanto, não serve) e que só atrapalha, como é prova evidente da vinda deste diploma hoje aqui para suspendê-lo parcialmente, quando começou mesmo já a “azedar”, depois de 4 anos a “levedar”, que foi o tempo da sua feitura, da sua elaboração, agora um bocadinho “com as calças na mão” o Partido Socialista e o Governo querem atamancar e remediar a coisa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Para terminar, quando um plano não produz resultados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... quando só atrapalha, e a prova evidente é este diploma que aqui vem para suspendê-lo parcialmente, o PSD diz com toda a convicção, o melhor era suspendê-lo todo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reconhecendo o mérito de grande orador e de grande comunicador ao Sr. Secretário Regional da Economia (estive a ouvi-lo com muita atenção, até porque tinha algumas dúvidas sobre a proposta que está em análise e fiz um esforço para acompanhar a sua longa exposição), reconheço o esforço que fez para tentar explicar o objectivo desta suspensão parcial do POTRAA, mas a verdade é que fiquei com as mesmas dúvidas que tinha no início.

Até a forma como o Sr. Secretário abordou isso, faz-me duvidar do objectivo desta suspensão do POTRAA que está aqui presente e que estamos a discutir.

Lamento dizer-lhe isto, Sr. Secretário, mas não consegui perceber, dificuldade minha, porque como lhe disse logo no início, reconheço-lhe grandes dotes de orador e de comunicador, mas com certeza que terá oportunidade de o fazer e pode ser que o consiga perceber.

Não há dúvida que uma coisa entretanto foi clara na exposição que o Deputado Jorge Macedo fez e que subscrevo na parte final. Passados ainda não dois anos sobre a aprovação do POTRAA (o PCP até gosta muito de instrumentos de planeamento, não temos nada contra, antes pelo contrário) a verdade é que este instrumento de planeamento se verificou uma ... Enfim, esse sector que o Governo considera não desde de 96, mas desde 2000, o sector estratégico do desenvolvimento da Região, afinal de contas está pelas ruas da amargura.

Convenhamos, Sr. Secretário, que aquilo que afecta o turismo não é apenas a crise conjuntural. Aquilo que afecta o sector do turismo e que não trouxe mais valias e a criação de riqueza para a Região prende-se com a génese do modelo que traçaram para o turismo na Região.

Julgo que – e aqui quero subscrever aquilo que disse o Deputado Jorge Macedo – o melhor é suspender o POTRAA e começar de novo, porque este faliu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Francisco César.

* **Deputado Francisco César (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente esta bancada assiste com alguma infelicidade ao “discurso de muita parra e pouca uva” da bancada do PSD, de quem muito fala e infelizmente pouco acerta.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Infelizmente, para o PS!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olha os ditados populares!

O Orador: Aprendi com alguém, Sr. Deputado, bem ou mal!

Da bancada do Partido Socialista orgulhamo-nos de uma coisa:

Temos um modelo de desenvolvimento para os Açores! É melhor do que não ter nenhum, Sr. Deputado.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Temo-lo para o turismo! Temos um Plano de Ordenamento de Turismo para a Região Autónoma dos Açores.

Ninguém disse aqui que esse Plano de Ordenamento do Turismo era perfeito, Sr. Deputado. Se fosse perfeito não tínhamos adaptado ou corrigido os problemas específicos que tem.

Ninguém disse aqui, nem ninguém confunde nesta bancada o que é um Plano de Ordenamento Turístico com um Plano de Marketing Estratégico, que o Sr. Deputado conhece, porque o senhor também não sabe, nem disse nesta Assembleia, qual o seu projecto sobre essa matéria.

Também ninguém ouviu esta bancada dizer aqui qual a ideia e o modelo de transporte marítimo para os Açores. Ninguém ouviu!

Sempre dissemos que o Sr. Secretário já apresentou por diversas vezes.

Os Srs. Deputados sobre essa matéria, à Segunda-feira vendem o barco, à Terça-feira querem que fiquemos com ele e à Quarta-feira querem que alugemos.

Decidam-se, Srs. Deputados, sobre essa matéria.

Deputado António Marinho (PSD): Não fale em barcos, porque vai dar naufrágio!

O Orador: Sr. Deputado, sobre transportes aéreos, temos o modelo. Já dissemos aqui que o modelo actual merece ajustamentos. Foi dito pelo Sr. Secretário e já foi dito por esta bancada.

Qual é o modelo que o Sr. Deputado Jorge Macedo defende?

Gosta tanto da Madeira, tanto da Madeira, mas não quer o modelo da Madeira!

Qual o modelo que defende?

Temos um caminho e temo-lo seguido.

Sobre esta matéria que o Sr. Deputado concorda, com a qual se manifestou na Comissão de Economia, estão em causa questões muito simples:

Primeira: a questão de termos um conjunto de camas que estão formalizadas e não estão efectivadas e a necessidade de existir um mecanismo que consiga corrigir esse problema.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não está previsto, Sr. Deputado?

O Orador: Para São Miguel é criada uma determinada solução, para outra, os mecanismos existentes, através das bolsas, podem ser resolvidos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em São Miguel sempre foi assim!

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado Artur Lima, que o mecanismo anterior não permitia que os limites da bolsa pudessem ser ajustados por ilha e o Sr. Deputado sabe isso. Se não fosse isso, não estávamos aqui a fazer essa alteração.

É criada a regra da caducidade. É por isso que é feita essa intervenção.

Nós temos tido um rumo! Sabemos qual é e temo-lo feito.

Sr. Deputado, tenho pena que a sua bancada não tenha rumo! “Muita parra, pouca uva!”

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Economia esforçou-se e fez um grande esforço para nos tentar explicar o inexplicável, ou melhor, para nos tentar explicar o erro que cometeram há um ano e poucos meses atrás. Nesta casa foi chamada a atenção do erro que os senhores iam cometer e na altura os senhores não quiseram reconhecer.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Se o Sr. Deputado José San-Bento quiser ler o diário das sessões, verá. Fiquei muito satisfeito com as intervenções que o senhor fez sobre essa matéria. Aquando da discussão desse diploma o senhor fez belíssimas intervenções que nos esclareceram a todos.

O Sr. Secretário não convenceu ninguém.

O turismo, já que se falou de transportes marítimos, vai a “afundar” de ano para ano na Região Autónoma dos Açores. Não foi só em 2008 e em 2009. Já foi em 2007.

Quantas unidades hoteleiras estão fechadas nos Açores neste momento? Quantas?! É a isso que é preciso responder.

Qual a crise que se está a viver neste momento nos Açores ao nível do turismo?

Tudo inter-ligado: transportes aéreos, crise na hotelaria, mau planeamento.

Os senhores quiseram “ser mais papistas que o Papa” e quiseram “ter mais olhos que barriga”. Ficaram obviamente com a “barriga vazia”. Foi isso que aconteceu.

Os senhores enquanto não perceberem que planear não é a mesma coisa que experimentar, esta Região não avança.

Enquanto os senhores não tiverem um plano estratégico devidamente fundamentado, esta Região não avança, seja para o turismo ou para qualquer sector.

Já se previa que isso ia acontecer. Era perfeitamente previsível. Agora a teimosia do seu antecessor não deixou que se introduzisse aqui quaisquer alterações ou quaisquer melhorias.

O que se verifica é que isto não deu certo.

Um plano que era para durar até 2015, passado um ano está a ser revisto.

Mas então que planeamento é este, que sustentabilidade é essa que o Governo tem quando apresenta os seus Planos de Ordenamento do Turismo?

Ao senhor a irresponsabilidade ainda é maior. É para fechar mais hotéis, é para abrir mais falências.

Os senhores têm, em diversas ilhas, hotéis fechados, completamente fechados, portinhas fechadas. Não têm lá ninguém, talvez o contínuo a tomar conta das instalações e a ligar o desumidificador para aquilo não ganhar humidade.

Deputado Francisco César (PS): Quando o Sr. Deputado lá chegar, talvez resolva!

O Orador: Isto passa-se em várias ilhas, não é em uma!

Os investimentos que os senhores previam, as grandes apostas que fizeram, estão falidos. Os senhores estão a pôr a mãozinha por baixo para tentar salvar alguns (os grandes!) parceiros estratégicos que os senhores escolheram da Madeira. Curiosamente, Sr. Deputado Francisco César, isso tem alguma graça para V. Exa.

Não quero entrar, porque não é o âmbito desta discussão, mas não resisto, Sr. Deputado Francisco César, na matéria de transportes aéreos.

A SATA, que é uma empresa açoriana, uma empresa que devia existir para servir os Açores, está a servir melhor a Madeira do que serve os açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isso é dramático, Sr. Deputado Francisco César.

As desculpas pelo modelo já defendi aqui várias vezes, Sr. Deputado. Os senhores é que não têm modelo e nunca tiveram. Vão fazendo de “navegação à vista”, porque nunca tiveram modelo e vão ajustando as coisas.

O modelo de uma empresa pública como é a SATA tem que servir os Açores e os açorianos e deve investir exactamente os dinheiros públicos com contenção e rigor.

É isso que não vejo acontecer, mas não quero entrar nesta discussão neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Rogério Veiros.

* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista, depois da reunião da Comissão, está de acordo com estas alterações, porque vêm de encontro à resolução de alguns problemas que estão a afligir os açorianos.

Estamos ao lado de quem quer investir, ao lado dos açorianos, ao lado do sector do turismo, que é um sector que finalmente existe nos Açores graças à coragem e determinação dos açorianos, de muitos empresários e do Governo Regional que continua sempre ao lado deles.

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo. Sobre o Plano pouco ou nada falou, mas aproveitou para falar acerca do sector do turismo.

Quem ouve o Sr. Deputado Jorge Macedo falar e quem ouviu há bem poucos dias a sua líder falar sobre a economia e a evolução económica, que os Açores são uma economia aberta, que estão vulneráveis às contingências das restantes economias, nacional e europeia, é uma contradição absoluta.

Mais grave do que isso é que o PSD não só não apresentou na discussão do diploma nesta casa algumas alterações, nomeadamente uma das que ele aqui frisou que tem a ver com a caducidade das autorizações para os investimentos, como agora já sabe vir falar sobre essa matéria.

Sr. Deputado, o PSD não tem projecto nem para o turismo, nem para os Açores.

Pasme-se!

No final da sua intervenção a conclusão para resolver o problema do turismo nos Açores é “suspenda-se totalmente o POTRAA”.

O senhor acha que resolve o problema do turismo nos Açores?

Em 2008 o preço do barril do petróleo atingiu valores históricos; o preço dos custos das passagens subiu.

Deputado João Costa (PSD): E o POTRAA resolve isso!!!

O Orador: Em 2009 tivemos uma crise internacional financeira, gravíssima.

O senhor acha que se resolve os problemas da economia açoriana e nomeadamente do turismo suspendendo-se o POTRAA.

Pasme-se!

Se é esse o projecto do Partido Social Democrata para resolver os problemas dos açorianos, Sr. Deputado, francamente, esperávamos algo mais da sua intervenção nessa matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Secretário Regional da Economia.

*** Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por responder às questões que o Sr. Deputado Mário Moniz me colocou quanto à questão da relação desta suspensão com a questão da sustentabilidade. Julgo que foi uma das questões que me colocou.

Nós não mexemos no limite global de camas. Daí que a aproximação que o Governo tenha feito a estas três situações foi, no fundo, a solução que permite o melhor equilíbrio entre os interesses em presença, por um lado, os interesses de desenvolvimento do sector turístico em determinadas ilhas (aquelas três que referiu) e, por outro lado, a existência de um Plano de Ordenamento Turístico. Por isso é que as soluções são também diferentes.

Naquelas soluções menos intensas, chamemos-lhe assim, como o caso de São Jorge e do Pico, com a gestão da bolsa de camas conseguimos resolver essa solução. Não fomos para a solução mais intensa, digamos assim, da suspensão. Apenas naquele caso em que isso se afigurou como a única solução para alcançar este objectivo.

O POTRAA mantém-se naquilo que é a sua estratégia e os seus objectivos perfeitamente em vigor.

Desse ponto de vista, a sustentabilidade inerente ao próprio documento, é uma sustentabilidade que se mantém.

Em segundo lugar, a questão dos prazos.

O próprio diploma fixa prazos para esta suspensão. Além disso tive oportunidade de referir também, na minha intervenção inicial, que o POTRAA está inter-ligado com outros instrumentos que estão à disposição de outras entidades, nomeadamente as autarquias locais e outras entidades que têm a possibilidade de fiscalizar isso, que tem a possibilidade de fiscalizar o cumprimento e os termos em que essas licenças são emitidas.

Não podemos dizer que até hoje não havia um limite de tempo para um empresário iniciar a construção de um hotel. Isso não é verdade, daí a confusão na interpretação, na minha opinião, nalgumas das intervenções feitas.

Existe esse limite. Não está nas mãos da Direcção Regional do Turismo controlá-lo, mas o limite existe.

Aqui, para além de todas as outras situações, nomeadamente aferidas pelas autarquias locais, criámos mais um prazo que permitirá e dará outra legitimidade à própria Direcção Regional do Turismo para o controlo desse número de camas.

O Sr. Deputado colocou duas outras questões relativamente a fundos públicos, se nesses projectos que não se concretizaram houve o recebimento de alguns fundos para os projectos que acabaram por não se concretizar. Não tenho conhecimento de nenhum fundo que tenha sido atribuído com a finalidade desse projecto que acabou por não se concretizar.

Temos situações, como por exemplo o caso da Verdegolf, que até aqui recebeu, tal como um conjunto de outras entidades receberam, para o desenvolvimento de actividades ligadas ao golfe, da promoção do golfe. Efectivamente recebeu. São projectos temporalmente definidos no âmbito da Direcção Regional de Turismo, findos os quais a empresa tinha que apresentar os relatórios e os documentos comprovativos da realização da despesa. Sempre apresentou nesse âmbito e é nesse âmbito que se coloca.

Por exemplo, se no âmbito do SIDER houvesse um empreendimento anunciado, candidatado, poderia eventualmente pôr-se a hipótese de ter recebido fundos públicos, mas isso não aconteceu. Desde logo, pelas próprias regras de funcionamento do SIDER que não permite esse tipo de adiantamentos, digamos assim, em relação a esses projectos, mas porque eles não chegaram a ser candidatados na sua maioria.

Quanto ao acautelar de dinheiros públicos, retomando mais uma vez o exemplo do SIDER, este acautelamento está previsto dentro das normas, quer do diploma que foi nas últimas sessões debatido aqui, quer no âmbito das normas do próprio contrato.

Os pagamentos, no caso do SIDER, não se fazem todos de uma vez, fazem-se por parcelas. É necessário apresentar documentos justificativos da despesa que obedecem a um conjunto de controlos e até de vistorias físicas, para assegurar que o dinheiro de incentivo que é atribuído é efectivamente o dinheiro que já foi investido. Daí a diferença que está em causa.

Penso que desse ponto de vista terei respondido às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Mário Moniz.

Em relação às intervenções dos Srs. Deputados Pedro Medina, Jorge Macedo, Aníbal Pires e Artur Lima, gostava de, em termos gerais, dizer o seguinte:

Srs. Deputados, se há partido nesta câmara que está particularmente à-vontade para falar dos resultados de uma política de turismo é o Partido Socialista.

Quando o Sr. Deputado Jorge Macedo diz que não resulta, posso dizer-lhe quais são os resultados da política de turismo que os Governos do Partido Socialista desenvolveram. Por exemplo:

Em 99, tínhamos receitas totais na hotelaria tradicional de cerca de 23 milhões de euros e em 2009 tivemos de 49 milhões de euros. São estes os resultados da política de turismo.

Em 99, tivemos, em termos de hotelaria tradicional, dormidas no valor de 524 mil e tivemos em 2009 no valor de 1 milhão e 5 mil.

São esses os resultados da política de turismo.

Em 99, tivemos um valor que não chegou a 200 mil hóspedes na Região e em 2009 tivemos 327 mil hóspedes na Região.

São esses, de forma genérica, os resultados que demonstram que a política de turismo que o Governo conduziu tem resultados concretos e palpáveis.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fica-lhe bem dizer isso!

Deputado Ricardo Cabral (PS): É a verdade!

O Orador: Não sei se o senhor se rege por esse critério nas suas intervenções, mas eu certamente não me rejo.

Sr. Deputado Pedro Medina, temos que clarificar aqui uma coisa. Tem que ficar clarinha nesta discussão:

Eu não admito esta insinuação de que há objectivos ou investimentos ocultos nessa suspensão.

Desafio o Sr. Deputado Pedro Medina a dizer qual é a sua percepção sobre isso, para que eu possa dizer: “efectivamente será possível fazer assim como o senhor está dizendo, é uma solução que não foi contemplada”; ou então, “não, isso não é possível”.

Agora, falar-se que estamos a suspender um Plano de Ordenamento para permitir soluções ocultas, é algo que rejeito completamente. Não entra na questão política. Vai um bocadinho mais além.

Desse ponto de vista acho que se deve esclarecer aqui a que instrumentos ocultos o Sr. Deputado se refere.

Sr. Deputado Pedro Medina, precisamos, em primeiro lugar, de saber concretamente do que é que estamos a falar. Por vezes em função de algumas intervenções parece-me que isso não é um dado adquirido.

Gostava de colocar ao Sr. Deputado uma questão:

Vamos supor, com o POTRAA como está (isso levar-nos-ia a ler exactamente não os artigos do Decreto Legislativo, mas sim o relatório da elaboração do POTRAA, porque são coisas diferentes), que na Ilha do Pico aparece um projecto para fazer um campo de golfe e um hotel.

Eu aprovaria esse projecto.

O Sr. Deputado o que é que fazia?

As referências que o Sr. Deputado fez aos produtos turísticos são na exacta medida daquilo que eles estão lá identificados. São orientações estratégicas, são linhas de procedimento. No caso de São Miguel, com o vulcanismo, que aliás é o principal produto turístico que São Miguel oferece, a Lagoa das Furnas, das Sete Cidades, do Fogo e as próprias Furnas estão efectivamente integradas nesse produto turístico. Portanto são linhas estratégicas.

O que é necessário saber é, em função do caso concreto, se pelo facto de não termos a alínea que tem aquele produto turístico, o Pico não pode ter um campo de golfe, porque isso não está no texto.

Acho que é uma leitura de todo precipitada em relação a essa matéria.

Sr. Deputado Jorge Macedo, aqui está uma diferença clara entre o PS e o PSD, entre o Governo que é suportado pelo Partido Socialista e o PSD.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

O Sr. Deputado entende que o Plano agora devia ser suspenso. É esta a solução que o Sr. Deputado Jorge Macedo acha que resolvia essas situações que temos aqui.

Sr. Deputado Jorge Macedo, gostava de lhe dizer que não fico surpreendido com esta posição, que aliás é a posição politicamente mais cómoda, mas também politicamente medrosa em relação a resolver os problemas que temos. Não devia ficar surpreendido com isso, porque aliás o PSD é useiro e vezeiro nesta matéria.

O PSD achava que o transporte marítimo de passageiros não ia funcionar. Está a funcionar!

O PSD achava que a situação dos barcos não se resolvia; o PSD achava que a situação dos navios não se resolvia. A situação dos navios foi resolvida!

O PSD achava que não era possível ter a SATA a voar daqui para fora. A SATA está a voar daqui para fora!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cada vez mais!

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário arranje um exemplo que contente toda a gente!

O Orador: Aliás, aproveito para dizer e para reafirmar que a SATA é um instrumento essencial do desenvolvimento do turismo.

O Sr. Deputado pode ter um *parti-pris* qualquer em relação à companhia, mas não pode ignorar que se temos ligações para Copenhaga, para Estocolmo, para Frankfurt e para um conjunto de outras rotas que são essenciais para a divulgação dos Açores como destino turístico e para manter fluxos turísticos para os Açores, isso deve-se ao facto de termos uma companhia aérea chamada SATA.

Isso é profundamente injusto e falta à verdade quando diz a SATA assim ou a SATA assado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que falou na SATA?

O Orador: Deste ponto de vista, quer o Sr. Deputado Jorge Macedo, quer o Sr. Deputado Artur Lima acho que não têm de todo razão nesta matéria.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Relativamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires, não percebeu, não foi?

Deputado Aníbal Pires (PCP): E continuo sem perceber!

O Orador: O que é que quer que eu lhe faça? Pelos vistos foi o único que não percebeu, mas certamente a falha deve estar nos outros 50 e tal deputados.

Quanto ao Sr. Deputado Artur Lima, também já lhe dei conta dos resultados. Portanto, a história do não deu certo é algo que pretende “tomar a nuvem por Juno”, ou seja, pretende tomar aqui uma situação que não é exclusiva dos Açores, uma situação de contracção a nível mundial, para agora dizer que a política de turismo falhou.

A solução deste processo não é de maneira nenhuma a suspensão do Plano de Ordenamento Turístico. É exactamente adaptar estes mecanismos de planeamento a uma situação que é ela também nova. É isso que o Governo está a fazer neste processo.

Mais uma coisa posso dizer, terminando já, Sr. Presidente.

O compromisso para termos um sector turístico pujante, um sector turístico forte, um sector turístico que se afirme cada vez mais, é um compromisso que fica já aqui, se dúvidas houver, com dificuldades mais ou menos, com contrariedade mais ou menos, mas o que releva do ponto de vista político também é que aqui está um governo que arregaça as mangas e vai à luta para conseguir esses resultados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve.

Considero que em relação a esta iniciativa a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo que foi absolutamente demolidora e contundente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor agora é um comentador das intervenções do Sr. Deputado Jorge Macedo!

O Orador: Exactamente. O Sr. Secretário autoriza-me?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Com certeza!

O Orador: Muito obrigado!

Acho que foi absolutamente demolidora. Aliás, é a primeira vez que faço uma apreciação neste plenário, de um partido diferente, de uma bancada diferente...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É quase a mesma coisa!

O Orador: Eu considero que ele fez uma intervenção brilhante no sentido em que provou que o POTRAA neste momento é um problema e não uma solução.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado não sabe o que é o POTRAA!

O Orador: A questão não está em tentar remendar de alguma forma uma situação que foi mal programada. Fundamentalmente no âmbito do turismo da Região, o programa que tem sido desenvolvido, a planificação que foi desenvolvida, tem de facto gravíssimas deficiências. Depois tem problemas estruturais que fazem com que a nossa Região neste momento esteja a ter problemas gravíssimos a nível do turismo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Quais?

O Orador: Perguntam-me, quais? Vou responder-vos com um número: decréscimo de 25%!

Nesse sentido, obviamente que temos aqui um problema e não podemos ficar contentes quando o Sr. Deputado Francisco César diz, todo lampeiro e contente, “ao menos temos um modelo, é mau, mas temos um modelo”!

Deputado Francisco César (PS): Quem é que disse o quê?

O Orador: Não!

Acho que esta iniciativa do Partido Socialista não faz sentido, não resolve coisíssima nenhuma e evidentemente que não terá por parte do Partido Popular Monárquico uma votação positiva.

Nós iremos votar contra esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às intervenções do Sr. Deputado Francisco César e do Sr. Secretário Regional da Economia, permito-me (o PSD permite-se!) dizer que são óptimos os instrumentos de planeamento, são óptimos os modelos quando esses instrumentos e esses modelos de planeamento produzem resultados.

No caso concreto do Plano de Ordenamento do Turismo, se é um plano que à data da sua publicação já é um documento obsoleto, se não produz resultados e se, como está aqui bem visto e patente com a vossa proposta de suspensão parcial, só atrapalha, eu diria que é uma solução de remedeio.

Isso não é uma visão, isso não é um modelo, isso não é termos um Plano de Ordenamento! Há um ano e meio que o Plano de Ordenamento entrou em vigor e passado um ano e meio já estamos a suspendê-lo parcialmente, porque tem coisas mal feitas e os resultados do turismo nos últimos anos provam que foi um instrumento de planeamento que não produziu resultados.

Deputado Helder Silva (PS): Está completamente enganado!

O Orador: Se o que o Governo veio aqui fazer é apenas e só tapar buracos, eu sugeria ao Sr. Secretário Regional da Economia que na política da sua Secretaria fosse mais além, porque até agora o que o senhor esteve lá a fazer (bem sei que poucas coisas encontrou lá bem feitas) foi tapar buracos.

Já chega de tapar buracos!

Já chega de encontrar soluções atamancadas e de remedeio!

Isso é muito mau!

O senhor tem uma pasta, que é a Secretaria Regional da Economia. Isso é muito mau quando não se dão sinais credíveis para os investidores e para o mercado.

Deputado Helder Silva (PS): Mau é o que o senhor está a fazer.

Então os responsáveis pelo turismo, com enormes expectativas, não estão a agir bem? Não dão sinais positivos!!!

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Macedo está no uso da palavra. Agradecia que o deixassem continuar.

O Orador: O Sr. Deputado Helder Silva percebeu mal. Eu não disse sinais positivos. Eu disse sinais credíveis!

Os sinais credíveis tanto podem ser positivos como negativos. Têm que ser verdadeiros! É isso que este governo não faz e cada dia que passa, com atitudes destas de vir trazer planos para suspender parcialmente, de vir trazer aqui soluções para atamancar e remediar, perde credibilidade. Isso é mau para todos nós, é mau para a economia dos Açores, é mau para as famílias dos Açores, é mau para as empresas dos Açores.

Deputado Helder Silva (PS): Mau é porque não se altera o POTRAA. Isso é que é mau!

O Orador: Já chega de tapar buracos e é altura da Secretaria Regional da Economia, com V. Exa. de titular, começar a produzir resultados. Infelizmente, herdou coisas menos boas, bem sei que herdou soluções complicadas, mas é altura de começar a produzir resultados.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado Pedro Medina.

* **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Economia, nitidamente, não percebeu a minha primeira intervenção, completamente.

Quando falo em produtos estratégicos, falo exactamente porque foi uma orientação estratégica que o Governo definiu para as diferentes ilhas. Se isso está no Plano de Ordenamento Turístico é para ser cumprido.

Do nosso ponto de vista isto é uma falha grave. A Ilha do Pico não está contemplada com este tipo de investimento. É claro que isto aqui pode ser uma questão indicativa, mas tem a ver com a estratégia do próprio Governo Regional dos Açores. É desse ponto de vista que estamos a criticar.

O plano está mal elaborado, porque parte de pressupostos errados.

A questão de ocultar situações ou de falar que havia aqui um interesse oculto, surgiu das suas palavras.

Quero dizer-lhe com toda a franqueza e honestidade que também não lhe admito que diga que tento levantar aqui suspeitas que há negócios obscuros seja no campo do turismo, no campo de golfe ou em qualquer investimento nesta Região.

O que eu disse, volto a afirmar e continuarei a reafirmar, é que aqui pode estar-se a ocultar outras situações.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Quais?

O Orador: Acabei de dizer quais são. Exactamente essa situação do Governo não querer admitir que estrategicamente isto está errado, que estrategicamente os projectos que estão previstos para as diferentes ilhas o Governo não sabe...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Isso não tem nada a ver com a suspensão do POTRAA!

O Orador: Tem sim senhor, tem tudo a ver com o plano global de investimento.

Aliás, nessa questão da Ilha do Pico, se nitidamente esses novos investimentos que estão previstos têm a ver exactamente para a criação dessa infra-estrutura, que é a construção do campo de golfe, acho que sim, é muito bem-vindo. Aqui ninguém está a criticar.

Agora, o Governo Regional dos Açores tem que dar explicações no Parlamento, perante todas as bancadas que estão aqui presentes e perante todos os açorianos, onde é que os empresários deixaram de investir, por que é que deixaram de investir e onde é que estão a pensar investir, seja em ilhas onde não estava previsto certo tipo de investimento, seja novos investimentos que possam aparecer e que não estejam contemplados nas orientações estratégicas que o Governo definiu para o plano do sector do turismo. É tão simples como isso.

Não estamos aqui a levantar suspeitas de outro carácter que não seja uma falha numa decisão política em relação ao planeamento do turismo na Região Autónoma dos Açores. Este é um caso flagrante!

Então a Ilha do Pico não é contemplada com um campo de golfe?

Nas Ilha de São Jorge (não sei se vai acontecer ou se vai aparecer) estiveram os empresários, viram as condições, viram a parte dos terrenos, inclusive contactaram com empresários locais. Há empresários locais que até estão interessados, se houver outros parceiros.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Então por que é que não avançam?

O Orador: Avançar, podem avançar.

O que estou a dizer e o que afirmamos é que estrategicamente o Governo está a gerir a questão do golfe pessimamente na Região Autónoma dos Açores. Esta é mais uma das situações.

Relembro o que o Sr. Vice-Presidente do Governo afirmou aqui em 2006:

“O Governo Regional dos Açores ambiciona que o destino Açores seja o melhor destino, em termos de golfe, a nível mundial.”

Faz parte do GaCS:

“Governo ambiciona fazer dos Açores o melhor destino de golfe do mundo.”

Disse a propósito que:

“O destino Golfe/Açores é uma aposta estratégica que o Governo Regional quer vencer com vista a atingir o novo patamar do desenvolvimento turístico do arquipélago”.

Deputado Lizuarte Machado (PS): A Associação Europeia do Golfe é que disse que os Açores tinham condições para isso!

O Orador: Então o Governo não tem um estudo?

No seu relatório de apresentação, e nas conclusões da questão da estratégica do golfe a nível regional, não pode prever que em outras ilhas, para além de Santa Maria, São Miguel, Faial e Terceira, possa surgir a construção de um campo de golfe?

O Governo nesse ponto de vista falha.

Aliás, a questão do campo de golfe do Faial é um caso nítido. Não sabemos! Há uma grande trapalhada em todo o processo. Também vamos ter oportunidade de discutir essa questão.

A questão da Verdegolf, não a última decisão, mas a que aconteceu ao longo dos últimos anos, foi pessimamente gerida pelo Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional dos Açores tem muita responsabilidade no processo da privatização da Verdegolf.

Por agora era só.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Relativamente àquilo que está em causa até percebi. O que não percebi foi por que é que o senhor teve de adormecer a câmara (o senhor que até nem fala de forma monocórdica, é um bom comunicador, consegue sintetizar muito bem as suas ideias) para justificar a resolução de um problema que existe em São Miguel.

O senhor a determinada altura disse o que é que pretendia.

Só não percebi a sua atitude e o seu incómodo. Já percebi que está constipado e desejo-lhe rápidas melhoras. Agora, Sr. Secretário, o senhor tem dado mostras de um grande poder de comunicação e de senso.

Quanto à questão do entendimento estamos esclarecidos.

Sr. Secretário, vamos aos resultados:

Eu não duvido dos números que o senhor aí apresentou, mas gostaria que o senhor estabelecesse aqui uma relação entre os resultados obtidos pela política e pela opção estratégica do turismo como sector de desenvolvimento para os Açores e o valor do investimento. É isso que eu quero ouvir, Sr. Secretário.

Quero que estabeleça uma relação entre aquilo que são os valores do investimento feitos pelo Governo Regional e os tão apregoados resultados que o GaCS vai fazendo conta e que o Sr. Secretário teve oportunidade há pouco de nos referir. Por favor, esclareça-nos qual é a relação.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia. Tem 3 minutos.

* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires:

O senhor diz essas coisas que eu até fico... sei lá como! Corado!

Sr. Deputado Aníbal Pires o modo não é chamado para aqui.

Eu tentei explicar à câmara, com dados, com números, por que razão é que o Governo tomou essa opção e o que é que justificava essa opção. Foi essa a razão pela qual eu fiz a intervenção inicial que fiz, para explicar à câmara, como é minha obrigação, por que razão é que temos um problema e o que é que vamos fazer para resolvê-lo. Mas isso não basta ao Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Em relação a resultados e investimentos!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Medina, sei que o senhor quer falar de golfe, mas gostava de dizer à câmara que isto que estamos a discutir não resolve, nem nunca resolverá, aquilo de que o Sr. Deputado quer falar, a não ser que o Governo exproprie tudo o que é empresa e passe o Governo a ser responsável por aquilo que é golfe, por aquilo que é turismo náutico. De outra maneira não resolve.

Surpreende-me que o Sr. Deputado Pedro Medina ainda não tenha percebido. O senhor não percebe, e até me admira que o senhor sendo de direita não perceba,

que há coisas em que a iniciativa privada é que diz e temos que estar sujeitos a isso.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): O Governo não devia ter autorizado aquela venda!

O Orador: Os senhores não querem discutir, para além de toda a questão, para além de todas – usando uma expressão que não seja demasiado violenta – as “lágrimas” vertidas aqui por causa da situação do POTRAA. Os senhores não querem falar do POTRAA!

Os senhores não querem falar se esta proposta resolve ou não.

No fundo ninguém disse.

Os senhores já disseram tudo e mais alguma coisa, mas ainda ninguém disse que esta solução que o Governo apresenta resolve, ou não, a situação que temos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Resolve, Sr. Secretário, mas o problema é muito mais vasto do que aquilo!

O Orador: Além disso há outra coisa que convém termos em conta.

Do que é que estamos a falar?

Estamos a falar deste documento que está aqui, com o seu relatório.

Estamos a alterar um número ou estamos a alterar três números de um artigo?

Os senhores, por alterarmos três números de um artigo, não só dizem que todo o documento deve ir para o lixo (opinião do Sr. Deputado Jorge Macedo) como dizem que estes três números deste artigo são a grande causa da situação que se vive a nível do turismo nacional, regional e internacional. Se não houvesse a contracção a nível internacional não estávamos onde estamos.

Portanto, foi o Governo dos Açores o responsável.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Assim é que gosto de ouvi-lo falar, Sr. Secretário!

O Orador: Esta foi só para lhe fazer a vontade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas diga, Sr. Secretário, qual é a relação!

O Orador: Não digo, não. Já falei consigo e agora tenho outras coisas para esclarecer.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Quanto à questão do Sr. Deputado Jorge Macedo. Sinais credíveis?

Mas o comportamento daquele que se diz o principal partido da oposição permite exigir ao Governo sinais credíveis?

Sr. Deputado, que sinal credível é que o senhor dá quando diz que o que devíamos era suspender totalmente o POTRAA?

Qual é a credibilidade disso?

Qual é a orientação estratégica? Qual é o sentido político de fazer uma afirmação por parte daquele que se diz o principal partido da oposição?

Sr. Deputado, os sinais credíveis do Governo são feitos com propostas como esta. Chegamos aqui e dizemos que temos um problema e para resolvê-lo, as regras que entendemos que se devem seguir são estas. Cá estamos a discutir!

Agora, os senhores querem fazer a folia à volta de uma coisa que não tem nada a ver com os assuntos que os senhores trouxeram para esta casa, nem a questão do golfe, nem a questão dos transportes, nem uma data de outras coisas que o Sr. Deputado Jorge Macedo falou. Não tem nada a ver!

Estamos a falar destes três números de um artigo (e já termino, Sr. Presidente) para resolver o problema que vos disse e estou também a dizer a forma como o Governo entende resolver.

É vosso alienável direito dizer que acham que não é uma boa solução, ou que acham que é uma boa solução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não adormeça a câmara!

O Orador: Não! Fique descansado que não vai pegar no sono!

Devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que foi V. Exa. que permitiu alguma latitude nas intervenções aqui feitas, porque não falámos em transportes marítimos...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Falou o Sr. Deputado Jorge Macedo!

O Orador: ... nem de transportes aéreos.

Alguém falou e o senhor respondeu e foi mais além.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor está a enfiar o barrete porque quer!

O Orador: Não enfio barrete nenhum. O senhor é que está enfiando.

O senhor respondeu porque lhe interessava responder e porque não queria falar de POTRAA. A questão é essa.

Não estamos aqui a falar de POTRAA. De POTRAA falámos há um ano e passado um ano os senhores já o alteraram. Esta é que é a realidade.

Quanto ao artigo, até vamos votar favoravelmente o artigo 6º, Sr. Secretário, para sua informação.

Qual era a nossa posição há um ano sobre o POTRAA? É a mesma que temos hoje. Não mudámos de posição.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Abstiveram-se!

O Orador: Exactamente. Não é uma posição, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Então não é?

O Orador: Julgava que não era.

Em questões de princípios estamos conversados.

Quem falou da SATA fui eu!

O Sr. Deputado Jorge Macedo não precisa de levar com aquilo que me era dirigido! Pode dirigir aqui para a minha pessoa que cá estou. A nível de envergadura não há problema nenhum. Dirija-se para cá!

É verdade, Sr. Secretário!

O senhor sabe que já defendi aqui a SATA Internacional.

O senhor sabe que já defendi aqui a SATA.

O senhor sabe que já defendi aqui que a SATA era um contrapeso importante à TAP.

O senhor sabe que já disse aqui que os senhores acabaram com esse contrapeso, pondo as duas juntinhas, uma com a outra, prejudicando os açorianos.

O senhor sabe disto tudo e sabe ainda mais!

É verdade, Sr. Secretário: a SATA voa cada vez mais lá para fora.

E a SATA voa cada vez menos cá para dentro!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: É isso que se está a passar com a SATA e é isso que se vai passar a seguir, Sr. Secretário e para lá vamos.

De resto, até a SATA se serviu do campo de golfe do Faial. Naqueles paninhos de protecção para proteger a cabecinha, nos bancos da SATA, tinha lá o campo de golfe do Faial.

Onde é que ele está?

Está oculto, Sr. Secretário, porque ninguém vê o campo de golfe do Faial. Ninguém sabe. O Governo não teve nenhuma responsabilidade sobre essa matéria, Sr. Secretário, não é verdade?

Quando se reconhece um erro, cá estamos.

O que acontece hoje aqui é que o Governo vem a esta casa reconhecer um erro...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então se não é um erro, é o quê?

O Orador: ... e quer corrigir aquilo que foi menos bem feito. É isso que o senhor vem aqui fazer e é assim que o senhor deve fazer.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não há nenhum erro!

O Orador: O senhor é que acabou de o dizer.

De resto, Sr. Secretário, quando uma empresa tem sucesso, os senhores são os primeiros a estar no banquinho da frente a dizer “apoiada pelo Governo” e a arvorar as bandeiras, as inaugurações e a elogiar. Quando a empresa vai à falência, os senhores não têm nada a ver com o assunto! Esta é a realidade e a dicotomia que os senhores têm.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: Sr. Secretário, posso dar-lhe exemplos.

Há aí alguns investimentos que os senhores apoiaram, que os senhores elogiaram, que não estão feitos e não sei se algum dia estarão feitos, ou pelo menos no médio prazo. Esses não são ocultos, Sr. Secretário. Estão bem à vista.

Os senhores reconheceram isso, desculpando-se, obviamente, com a crise, quase cósmica, que os senhores atribuem. Não é regional, é cósmica! Não é nacional, nem internacional, é cósmica! É uma crise que vem das poeiras do Cosmos, de um sítio qualquer.

É culpa de toda a gente, menos do Governo!

Não foram os senhores que fizeram um plano de pagamento para os empregados de hotelaria que estavam temporariamente desocupados? Não fizeram formação para essa gente pagando-lhes? Fizeram bem? Então estão a reconhecer o erro!

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Qual erro?

O Orador: Estão a reconhecer que o turismo e a hotelaria não são a maravilha que o Sr. Secretário acabou aí de dizer. Claro que não são.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Dei-lhe números concretos!

O Orador: Sr. Secretário, se os crescimentos são esses (eu não duvido dos seus números) quero saber, dos milhões que se gasta em promoção dos Açores, quais são os resultados?

Desse crescimento o senhor não disse como é que eles estão distribuídos (isso é que é interessante ver!) e como é que a promoção é feita, Sr. Secretário.

Isso é que promove o tal desenvolvimento harmonioso dos Açores que os senhores falam mas não praticam.

Esse modelo unipolar em que dois terços estão num lado e um terço está no resto (dois terços numa ilha e o outro terço nas restantes ilhas) é que é interessante saber.

Isso os senhores não conseguem inverter.

Sr. Secretário, os senhores vão pelo caminho mais fácil. Para apresentarem grande quantidade esse é o caminho mais fácil.

Por aí o senhor justifica os voos para Estocolmo, Copenhaga e não sei para onde, mas não são voos dos Açores para Copenhaga.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Porque nem todos os açorianos podem aceder a esses voos; porque os outros açorianos têm que pagar mais 25 ou 30% para irem para Londres, Copenhaga e Frankfurt, Sr. Secretário.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem! Apoiado!

O Orador: Isso o senhor não diz e é isso que senhor tem que dizer aqui.

Efectivamente está a discriminar açorianos nessa matéria.

O senhor promove um único destino, uma única ilha. É isso que os senhores fazem.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: É verdade.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Nessas ligações que o senhor falou da SATA à Europa, só serve uma única ilha.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Prove-me o contrário, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Basta ter os olhinhos abertos!

O Orador: Isso é uma face da moeda. A outra face é que os açorianos das outras 8 ilhas não podem aceder a essas tarifas que a SATA tem para irem a Madrid, a Londres, a Estocolmo e para onde a SATA voa, e bem. O senhor tem que garantir aos açorianos de cá que voem nas mesmas condições que os açorianos de São Miguel. É isso que o senhor não faz, nem o Governo faz!

O senhor sabe fazer bem essa continha. Se não quiser fazer eu também não faço.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E o reforço, quando vem para cá, ficam 85% ou 90% em São Miguel, Sr. Secretário.

Portanto, não se trata aqui de sectarismo, trata-se de ver a realidade, as coisas como são, como existem, objectivá-las.

Os números são estes.

Os factos são estes!

Se não são o senhor que os negue, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS e do PPM)

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado Pedro Medina.

* **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para clarificar aqui uma situação que vem no seguimento da intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia quando desvalorizou o relatório...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não desvalorizei relatório nenhum!

O Orador: ... que está inserido no POTRAA, nomeadamente quando diz que são meras situações indicativas, que não é para ligar a 100% o que diz o relatório.

Queria relembrar que o relatório faz exactamente parte do POTRAA. O POTRAA não faz sentido sem este relatório, porque este relatório é que define todas as medidas estratégicas do Governo Regional para o sector do turismo.

Se queremos desvalorizar a parte do relatório relativamente ao Anexo II, também temos que desvalorizar o Anexo I que são as normas de execução, nomeadamente a questão do número de camas, que tanto discute neste plenário. Do meu ponto de vista, o número de camas, só por si, não nos indica nada, não nos diz nada, não nos dá o pulso sobre o que se está a passar no sector do turismo na Região Autónoma dos Açores.

Penso que o Governo, tendo esta informação privilegiada perante os empresários, deveria ter dado outro tipo de explicação a esta câmara sobre o porquê de ter que ajustar esse número de camas, quais os investimentos que estão afectos exactamente a esses novos tipos de investimentos e todos aqueles que foram abandonados o porquê do seu abandono. Essas explicações não deu e continua sem as dar.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Eu li o número dos projectos que estavam afectados!

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Quais números? São marinas...?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Mas que marinas? As marinas têm camas?!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Provavelmente esta será a última intervenção na generalidade por parte do PSD.

Aproveitaria para começar por dizer, respondendo à pergunta que o Sr. Secretário fez, se a solução aqui trazida resolve o problema?

Claro que resolve! Resolve o problema que Vs. Exas. criaram!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quando os senhores trazem aqui uma solução de remedeio, de atamanco para resolver o problema que criaram, da nossa parte, o que têm que ouvir é que o POTRAA, o documento original, esse sim, é que foi mal executado e mal feito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exactamente!

O Orador: Aliás, neste debate ainda não referi, mas existiram pequenos empresários (turismo de habitação e turismo rural) que estiveram dois anos a aguardar que o POTRAA pudesse ser suspenso, porque à altura da sua publicação já não puderam ter parecer favorável à construção de pequenas unidades de alojamento, ou seja, ficaram à espera dois anos por causa de um plano mal executado por V. Exas., um plano mal concebido.

Convém não esquecer que tudo isso acontece porque o POTRAA, para além de mal construído, tem pressupostos errados. Não podemos continuar com um plano que admite crescimentos no turismo de 6 e 7%. Isso não existe!

O POTRAA devia ter mecanismos, ferramentas de adequação à realidade, ferramentas de revisão, mas não tem!

Vamos continuar a utilizar um documento de ordenamento, um documento de ordenamento na área do turismo, com pressupostos errados. É um documento mentira, é um documento que não fala verdade.

Deputados Clélio Meneses (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Exactamente!

O Orador: Com base num documento que não fala verdade, como é que os empresários podem tomar as suas decisões?

É o dinheiro deles que está em causa.

Muitas vezes parece-nos que V. Exas. não relevam suficientemente os sinais que dão para o exterior, porque não é o vosso dinheiro, quanto muito seria o dinheiro dos contribuintes. Estamos a falar de investimentos privados. São os privados que têm que correr riscos e precisam de sinais credíveis, precisam de POTRAAs verdadeiros.

Repetindo aquilo que referi há pouco, quando o POTRAA não é verdadeiro, quando o POTRAA não produz resultados, quando o POTRAA só atrapalha, quando é preciso suspender o POTRAA passado um ano e meio da sua entrada em vigor, eu diria que V. Exa. devia ter tido a coragem, não de suspender parcialmente o POTRAA, mas (utilizando uma linguagem aeronáutica) de cancelar o POTRAA, rever o POTRAA com um POTRAA de verdade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia. Tem 3 minutos.

* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Deputado Artur Lima:

Então agora estamos a discutir a forma como nós, para promover o turismo dos Açores, conseguimos mandar gente para fora, se bem percebi.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Percebeu mal, mas já lhe explico!

O Orador: O senhor fala nos acessos das populações de outras ilhas que não São Miguel, a Copenhaga, a Oslo...

Deputado João Costa (*PSD*): E de lá para cá, Sr. Secretário!

O Orador: Se estamos a discutir para promover o turismo dos Açores, como é que mandamos gente para fora?

Segunda questão:

A SATA tem, ao nível das operações para esses mercados, encaminhamentos dentro da própria Região.

Deputados João Costa (PSD) e Artur Lima (CDS/PP): De graça!!!

O Orador: Precisamos definir (precisamos não, porque essa parte está definida da parte do Governo) o que é que os senhores querem fazer neste caso?

Facilmente põe-se um avião a voar para a Graciosa, para o Pico, para a Horta. Não interessa se tem ou não turistas lá dentro, mas sempre permitirá que os açorianos possam viajar directamente do seu aeroporto para fora, foi a preocupação manifestada pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado, há algo que é inegável. O que é inegável é que neste caso concreto a SATA tem sido um instrumento fundamental para o desenvolvimento do turismo nos Açores.

O senhor pode dar a voltas que der, mas esta é uma verdade indesmentível.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém contesta!

O Orador: Quando à questão das promoções e de promover uma ilha, eu gostava de repudiar esta afirmação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga os números!

O Orador: Mas que números é que o senhor quer?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O número do turismo por ilha!

O Orador: Sr. Deputado, do turismo? Mas o que é que esses números têm a ver agora para aqui?!

Quer que lhe diga que o Faial cresceu cerca de 1% em Janeiro, quando todas as outras caíram?

Quer que lhe diga que Santa Maria cresceu, quando todas as outras caíram?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga o número por ilhas!

O Orador: Peço desculpa, mas neste debate tenho outras coisas a responder.

Eu estou disponível para esse debate quando o senhor quiser, mas não é agora, porque tenho outras coisas a esclarecer relativas à proposta que trouxe a esta casa.

Isso que o senhor está a dizer não tem nada a ver com a proposta que trouxe a esta casa, nada, absolutamente nada. Zero!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O problema que criámos, não! É preciso que se diga aqui.

Ao nível da aplicação da lei das edificações ou dos empreendimentos turísticos, nos termos exactos da lei, para o cumprimento da regra, um particular que peça uma licença para construção tem que iniciar aquelas obras no prazo de um ano.

Se isso funcionasse com todo o rigor, eu não precisava trazer nada para aqui. Estava resolvido.

Começou as obras no prazo de um ano, funciona! Está perfeito!

Não inicia caduca a licença de construção.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Acredita no Pai Natal?

O Orador: Mas que Pai Natal?

O senhor não está a ser sério ao não querer perceber que o controlo desta parte não depende apenas do Governo. Depende das autarquias locais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não sabe que há prorrogações?

O Orador: Mesmo com prorrogações!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É um ano com prorrogações!

O Orador: Não é um ano com prorrogação!

O senhor sabe perfeitamente que sendo um Plano de Ordenamento Territorial, não é apenas a Direcção Regional do Turismo, nem o Governo, que estão sujeitos a controlar isso.

São as autarquias!

Disse na Comissão que o Governo o que queria era criar mais um mecanismo, neste caso, referente à Direcção Regional do Turismo para controlar estes prazos.

O senhor não se lembra de eu ter dito isto na Comissão?

Não se lembra, pelos vistos!

Deputado Francisco César (PS): Basta ler!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

O problema que temos aqui não é um problema que passe pela questão do crescimento.

O senhor disse que o POTRAA baseou-se em pressupostos errados, baseou-se num crescimento de 8% ao ano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga lá, é verdade!

O Orador: Se isso fosse um pressuposto errado, devíamos estar a discutir. Mas não! O POTRAA foi muito mais além do que aquilo que é a realidade.

Portanto, os pressupostos não estavam errados.

Os pressupostos estão certos.

Além disso, essa solução que estamos aqui a apresentar e a votar, é uma solução que se traduz apenas num instrumento administrativo que não altera em nada aquilo que são soluções estratégicas.

O que é esse instrumento administrativo?

É permitir que uma licença não fique cativa para além de determinado tempo.

É tão simples quanto isso.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

Até já.

Eram 18 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares para podermos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 38 minutos.

Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Esta é a última intervenção que faça sobre esta matéria, mas não podia deixar de dizer com muita simpatia o seguinte:

Não era nossa intenção, naturalmente, sacrificar aqui o “Cordeiro”, já que estamos em vésperas de Páscoa.

Devo dizer-lhe Sr. Secretário que estou muito satisfeito com a minha intervenção, porque ao que parece ao menos curei-o da sua gripe. V. Exa. voltou com ânimo e voz redobrados.

Quanto ao debate e ao seu desafio, Sr. Secretário, estamos prontos, quando V. Exa. o entender, para discutir turismo, SATA, transportes marítimos. Nunca nos furtamos ao debate, Sr. Secretário.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vamos passar para a votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a votação na especialidade.

O diploma tem 7 artigos, sendo certo que do 1º ao 5º inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da câmara coloco-os à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 6º há uma proposta de alteração, que substitui integralmente o artigo, subscrita por um conjunto de deputados de vários grupos e representações parlamentares.

Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito breve para referir e para explicitar que o PSD votou favoravelmente a proposta apresentada pelo Governo para suspender parcialmente o POTRAA porque entende que “do mal o menos”.

Cerca de dois anos estiveram empresários limitados nos seus investimentos por causa de um Plano de Ordenamento com erros na sua execução, como foi possível explicitar aquando do debate.

Contudo, não queríamos prejudicar ainda mais os empresários que querem fazer os seus investimentos e que a única solução rápida que poderiam eventualmente encontrar, embora de remedeio, era suspender o limite de camas em São Miguel.

Por isso mesmo o PSD votou favoravelmente esta proposta.

Obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou a favor desta suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores pelo facto deste não constringer a opção estratégica do Governo, em relação à execução do mesmo POTRAA.

As alterações que são feitas são alterações muito específicas que visam agilizar o próprio Plano de Ordenamento Turístico em áreas como a capacidade de camas.

Por isso o Partido Socialista votou a favor.

Tenho dito.

Presidente: Lembro, ao nível da redacção final, a necessidade de republicação integral em anexo do diploma que acabámos de aprovar.

Vamos passar para o ponto seguinte: **Proposta de Resolução n.º 3/2009 – “Conta da Região Autónoma dos Açores de 2008”**.

Este ponto segue um processo especial.

A Conferência de Líderes fixou tempos globais para a Conta que são os seguintes:

Governo – 25 minutos

PS – 25 minutos

PSD – 17 minutos

CDS/PP – 14 minutos

BE – 12 minutos

PCP – 10 minutos

PPM – 10 minutos

De acordo também com o nosso Regimento, começamos esta análise com a apresentação sintética do relatório da Comissão de Economia.

Tem a palavra o seu relator.

* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2008

Ponta Delgada, 11 de Março de 2010

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 11 de Março de 2010 na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2008, tendo em consideração o respectivo parecer emitido pela Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e na Especialidade

1. APRECIACÃO NA GENERALIDADE

- a) Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução de 25 de Julho de 2009, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2008;
- b) A referida Conta, teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2008 aprovado pelo DLR n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A de 28 de Janeiro;
- c) A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2008 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 25 de Julho de 2009, tendo sido remetido à Comissão de Economia o parecer do Tribunal de Contas em 9 de Dezembro de 2009, e os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do relatório e parecer.

2) APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

a) Receita

A Receita total, em 2008, atingiu o valor de 1301, milhões de euros, com uma taxa de execução de 91,3% (mais 83,8 milhões de euros do que o ano anterior).

Excluindo as Operações Extra-Orçamentais (245,4 milhões de euros), obtém-se uma taxa de execução de 95,3%, correspondente aos 1055,6 milhões de euros arrecadados (mais 86,2 milhões de euros do que no ano anterior).

Quadro I – Resumo da Receita Orçamentada e Cobrada – 2008

DESIGNAÇÃO RECEITA	Rec. Orçamentada		Rec. Cobrada		Desvio Absoluto	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		%
Receita Corrente	689.306.580,00	48,4%	676.262.149,44	52,0%	-13.044.430,56	98,1%
Receita Capital	418.208.495,00	29,4%	379.247.475,55	29,2%	-38.961.019,45	90,7%
Sub – Total	1.107.515.075,00	77,8%	1.055.509.624,99	81,1%	-52.005.450,01	95,3%
Operações de Tesouraria	300.153.560,00	94,8%	214.791.959,87	87,5%	-85.361.600,13	71,6%
Contas de Ordem	16.523.096,00	5,2%	30.603.848,26	12,5%	14.080.752,26	185,2%
Operações extra-orçamentais	316.676.656,00	22,2%	245.395.808,13	18,9%	-71.280.847,87	77,5%
Total	1.424.191.731,00	100,0%	1.300.905.433,12	100,0%	-123.286.297,88	91,3%

A Receita cobrada divide-se em Receitas Correntes (52,0%) Receitas de Capital (29,2%) Operações Extra-Orçamentais (18,9%).

A Receita Corrente, no valor de 676,3 milhões de euros, com uma execução de 98,1%, esteve abaixo do previsto em cerca de 13 milhões de euros. A arrecadação, em valor superior ao previsto, de Impostos indirectos (mais 2,6 milhões de euros), de Impostos Directos (mais 616,1 milhares de euros) e Multas e Outras Penalidades (mais 510 milhares de euros), não compensaram a menor execução de Outras Receitas Correntes (menos 15,5 milhões de euros) e de Rendimentos de Propriedade (menos 1,3 milhões de euros).

A Receita de Capital, com 379,2 milhões de euros e uma execução de 90,7%, esteve abaixo do previsto em 38,96 milhões de euros, essencialmente, devido à menor execução das Transferências da UE (menos 29,6 milhões de euros) e de Transferências do OE (menos 13,4 milhões de euros) que excederam a contabilização não prevista em sede ORAA do Saldo da Gerência Anterior (5,9 milhões de euros).

As Operações Extra-Orçamentais, com 245,4 milhões de euros e uma execução de 77,5%, estiveram abaixo da previsão em 71.3 milhões de euros.

No quadro II apresenta-se a estrutura dos principais capítulos da receita orçamentada e cobrada, sem Operações Extra-orçamentais, e as correspondentes taxas de execução.

Quadro II – Execução Orçamental da Receita

Cap.	Designação da Receita	Rec. Orçamentada		Rec. Cobrada		Desvio Absoluto	Taxa de Execução
		Valor	%	Valor	%		
	1 - Receita Corrente	689.306.580,00	62,2%	676.262.149,44	64,1%	-13.044.430,56	98,1%
1	Impostos Directos	198.617.500,00	28,8%	199.233.667,85	29,5%	616.167,85	100,3%
2	Impostos Indirectos	315.858.780,00	45,8%	318.543.874,35	47,1%	2.685.094,35	100,9%
3	Taxas, multas e outras penalidades	4.000.000,00	0,6%	4.510.425,83	0,7%	510.425,83	112,8%
4	Rendimentos de propriedade	6.300.000,00	0,9%	4.976.719,85	0,7%	-1.323.280,15	79,0%
5	Transferências	143.030.300,00	20,7%	143.030.331,48	21,2%	31,48	100,0%
6	Venda de bens e serviços correntes	400.000,00	0,1%	576.326,56	0,1%	176.326,56	144,1%
7	Outras receitas correntes	16.600.000,00	2,4%	1.058.827,75	0,2%	-15.541.172,25	6,4%
8	Contrib.Seg.Social	4.500.000,00	0,7%	4.331.975,77	0,6%	-168.024,23	96,3%
	2 - Receita Capital	418.208.495,00	37,8%	379.247.475,55	35,9%	-38.961.019,45	90,7%
9	Venda de bens de investimento	200.000,00	0,0%	85.213,87	0,0%	-114.786,13	42,6%
10	Transferências	321.958.495,00	77,0%	279.081.127,74	73,6%	-42.877.367,26	86,7%
11	Activos financeiros	1.500.000,00	0,4%	1.158.311,12	0,3%	-341.688,88	77,2%
12	Passivos financeiros	91.250.000,00	21,8%	91.000.000,00	24,0%	-250.000,00	99,7%
13	Outras Receitas Capital	500.000,00	0,1%	152.499,86	0,0%	-347.500,14	30,5%
14	Reposições n/ Abatidas Pagamento	2.800.000,00	0,7%	2.084.026,99	0,5%	-715.973,01	74,4%
15	Saldo da Gerência anterior	0	0,0%	5.686.295,97	1,5%	5.686.295,97	-
	Total (=1+2)	1.107.515.075,00	100,0%	1.055.509.624,99	100,0%	-22.524.762,97	97,7

Excluindo as Operações Extra-Orçamentais, a Receita da RAA é composta por: Receita Fiscal (49,1%), Transferências (40%), Passivos Financeiros (8,6%), e Outras Receitas (2,3%). As Transferências do Orçamento de Estado e o IVA são as principais componentes, perfazendo, na totalidade, 566,2 milhões de euros, cerca de 53,6% do total da Receita.

A Receita Fiscal, no valor de 517,8 milhões de euros, mais 46 milhões de euros do que em 2007, inclui os Impostos Indirectos (30,2%) e Impostos Directos

(18,9%). O IRS e o IVA são a componente mais significativa da Receita Fiscal, representando, no seu conjunto, 68,5% do total.

Os Impostos Directos, no valor de 199.2 milhões de euros, com uma taxa de execução de 100,3%, são constituídos, predominantemente, por IRS (69,1%) e IRC (30,8%), atingiram, respectivamente, as taxas de execução de 104% e 93,2%.

Os Impostos Indirectos, num total de 318,5 milhões de euros, atingiram uma execução de 100,9%, tendo contribuído positivamente para este valor, as execuções do IVA (114%) com mais 54 milhões arrecadados. A Conta da Região Autónoma dos Açores justifica este aumento, em parte, *“a acertos efectuados por conta de anos anteriores, resultantes da entrada em vigor da Portaria que regulamenta o modo de atribuição do IVA às Regiões Autónomas”*

As Transferências num total de 422,1 milhões de euros, com uma execução de 90,8%, tiveram origem na Administração Central (82,8%) e na União Europeia (17,2%).

As Transferências do Orçamento do Estado, no montante de 349,3 milhões de euros, menos 1,8% do que em 2007, atingiram uma execução de 96,3%.

Transferências da União Europeia, no montante de 72,8 milhões de euros, mais 155% (44,2 milhões de euros), atingiram uma execução de 72,1% (38,1%, em 2007).

A Receita Própria, num total de 536,7 milhões de euros, atingiu uma execução orçamental de 97,4%, sendo responsável por 50,8% da Receita Total, sem Operações Extra-Orçamentais. Esta receita sofreu aumento de 44 milhões de euros, em relação ao ano de 2007, fundamentalmente devido ao aumento do IVA.

A Receita Corrente continua a ser a principal componente, com cerca de 99,2% da Receita Total, sem Operações Extra-Orçamentais.

b) Despesa

A despesa global, no valor de 1.300,6 milhões de euros corresponde a uma execução de 91,3% do previsto.

A despesa excluindo as Operações Extra-Orçamentais, soma 1055, 01 milhões de euros, teve uma taxa de execução de 95,3% ficando aquém da Receita em quase 492,4 mil euros.

Quadro III – Resumo da Despesa Orçamentada em milhares de euros 1

Designação da Despesa	Desp. Orçamentada		Desp. Paga		Desvio Absoluto	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesa Corrente	574.917,60	40,4%	571.577,80	43,9%	-3.339,80	99,42%
Despesa Capital	1.807,90	0,1%	1.530,10	0,1%	-277,80	84,63%
Despesas do Plano	439.539,57	30,9%	390.659,27	30,0%	-48.880,30	88,88%
Passivos Financeiros	91.250,00	6,4%	91.250,00	7,0%	0,00	100,00%
Sub total	1.107.515,07	77,8%	1.055.017,17	81,1%	-52.497,90	95,26%
Op. Extra-Orçamentais	316.676,70	22,2%	245.593,10	18,9%	-71.083,60	77,55%
Total	1.424.191,77	100,0%	1.300.610,27	100,0%	-123.581,50	91,32%

A Despesa Corrente, com 571,6 milhões de euros representa 43,9% da Despesa inscrita na CRAA e teve uma execução de 99,42%.

A Despesa de Capital com 1,53 milhões de euros representa 0.1% da Despesa total da RAA e atingiu uma execução de 84,6%.

O Plano de Investimentos, com 390,7 milhões de euros, 30% do total, teve uma execução financeira de 88,9%.

As Despesas sem Operações Extra-Orçamentais são compostas, basicamente, pelas despesas do Transferências com 44,3%, Despesas com o Pessoal com 28%, Aquisição de Bens e Serviços com 14,8%, Passivos Financeiros com 8,6% e Outras com 4,3%. Distinguindo-se, sempre, as rubricas afectas ao Funcionamento das do Plano.

Quadro IV - Despesas do Plano de Investimento

Designação da Despesa	Desp. Orçamentada		Desp. Paga		Desvio Absoluto	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Plano de Investimentos	439.539.522,00	100,0%	390.659.270,13	100,0%	-48.880.251,87	88,9%
Executado directamente	156.745.170,00	35,7%	141.540.002,29	36,2%	-15.205.167,71	90,3%
Pessoal	2.943.750,00	0,7%	2.741.088,67	0,7%	-202.661,33	93,1%
Aquisição de Bens e Serviços	44.955.037,00	10,2%	40.984.805,11	10,5%	-3.970.231,89	91,2%
Aquisição Bens Capital	108.037.605,00	24,6%	97.134.191,97	24,9%	-10.903.413,03	89,9%
Outras Despesas	808.778,00	0,2%	679.916,54	0,2%	-128.861,46	84,1%
Transferido	282.794.352,00	64,3%	249.119.267,84	63,8%	-33.675.084,16	88,1%
Transferências Correntes	99.816.205,00	22,7%	86.813.075,23	22,2%	-13.003.129,77	87,0%
Transferências de Capital	162.118.203,00	36,9%	141.460.411,05	36,2%	-20.657.791,95	87,3%
Subsídios	17.923.944,00	4,1%	17.913.256,06	4,6%	-10.687,94	99,9%
Activos Financeiros	2.936.000,00	0,7%	2.932.525,50	0,8%	-3.474,50	99,9%

As Operações Extra-Orçamentais com um montante de 245,6 milhões de euros tiveram uma execução de 77,6% e representaram 18,9% do ORAA.

Quadro V - Despesa por classificação Económica

Cap.	Designação da Despesa	Pagamentos	
		Valor	%
	1 - Despesas Correntes	571.577,82	54,2%
1	Despesa com pessoal	292523,83	27,7%
2	Aquis. Bens e Serviços Correntes	16.762,82	1,6%
3	Encargos correntes da dívida	13.148,79	1,2%
4	Transferências correntes	238.438,92	22,6%
5	Subsídios	0	0,0%
6	Outras Despesas Correntes	10.703,46	1,0%
	2 - Despesa de capital	92.780,14	8,8%
7	Aquis. Bens de Capital	875,24	0,1%
8	Transferências de Capital	340,11	0,0%
9	Activos financeiros	0	0,0%
10	Passivos Financeiros	91.250,00	8,6%
11	Outras Despesas de Capital	314,79	0,0%
	3- Despesas do Plano	390.659,27	37,0%
	TOTAL (1+2+3)	1.055.017,23	100,0%

A desagregação funcional da Despesa permite aferir que as Funções Sociais, (578,8 milhões de euros), agregam a maior parte dos gastos da Administração

Regional (44,5%), ao integrarem as verbas da Educação, (247,7 milhões de euros), e a Saúde, (211,4 milhões de euros). As Funções Sociais aumentaram 34,1 milhões de euros, relativamente a 2007.

As Funções Económicas com 333,3 milhões de euros representam 25,6% e estão afectas, em grande parte, à Agricultura e Pecuária, Silvicultura, caça e pesca, (144,3 milhões de euros), aos Transportes e Comunicações, (109,3 milhões de euros aproximadamente). As Funções Económicas aumentaram 12 mil euros de euros, relativamente a 2007.

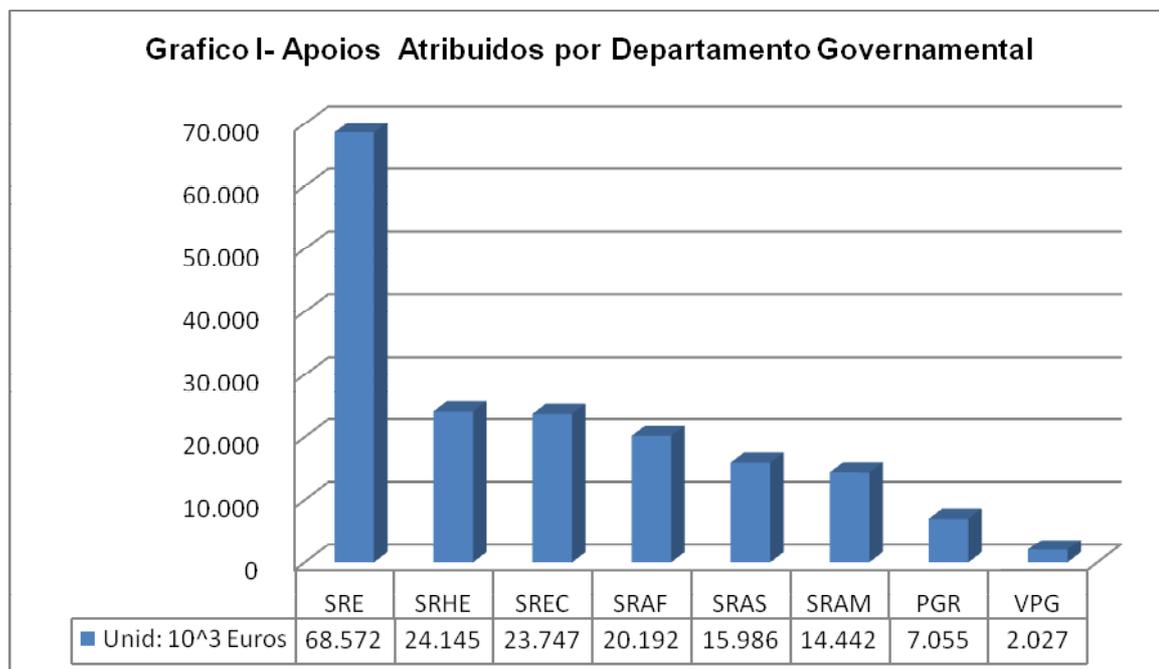
As Funções Gerais de Soberania com 136,85 milhões de euros, 19,5% do total, compreendem os Serviços Gerais da Administração Pública, sendo, maioritariamente, da responsabilidade da VPGR. As Funções Gerais de Soberania aumentam em cerca de 13,7 milhões de euros, relativamente a 2007.

c) Subsídios e outros apoios financeiros

No decurso do ano de 2008, o montante de subsídios atribuídos pela Administração Regional ascendeu a 234,2 milhões de euros, mais 48% (33 milhões de euros) do que em 2007, dos quais, 176,2 milhões (75%) foram concedidos por Secretarias Regionais (Administração Directa) e 58,1 milhões (25%) por Fundos e Serviços Autónomos (Administração Indirecta).

Todos os apoios pagos configuraram a forma de fundo perdido, não existindo subsídios reembolsáveis.

Grafico I- Apoios Atribuidos por Departamento Governamental



Dos apoios financeiros, da responsabilidade dos Departamentos Governamentais – 172,6 milhões de euros, a SRE com 68,6 milhões foi a mais representativa, cerca de 39% do total da Administração Directa, seguindo-se a SRHE, com 24,1 milhões de euros e a SREC, com 23,8 milhões de euros.

d) Investimentos do Plano

O valor global do Investimento Público previsto pela Administração Regional, em 2008, ascendia a 659,2 milhões de euros, com uma intervenção dos departamentos governamentais de 67% – 439,5 milhões de euros e das outras entidades públicas de 33% – 219,7 milhões de euros.

As fontes de financiamento do Plano tiveram como suporte as Transferências de Capital do OE (206,2 milhões de euros - 53%), Transferências Correntes do OE (111,5 milhões de euros - 29%), as Transferências da UE (72,7 milhões de euros – 19%), e, ainda, a utilização de Transferências de Capital da ORAA (75,7 mil de euros – 0%).

O Plano que integrava, inicialmente, 28 Programas, 107 Projectos e 497 Acções, da responsabilidade dos diferentes departamentos governamentais, à qual foi afectada uma verba de mais de 439,5 milhões de euros, ascendendo o despendido a cerca de 390,7 milhões de euros, alcançando, assim, uma taxa de execução de 88,9%.

As dotações dos Projectos e das Acções sofreram ajustamentos, mantendo-se todavia, o valor global previsto. Foram introduzidas 14 novas Acções, com a dotação de 9,4 milhões de euros, e anuladas 53, com a dotação de 12,1 milhões de euros. Das 458 Acções ajustadas, ficaram por executar 30 Acções, com dotações revistas da ordem dos 5,7 milhões de euros.

Ao nível dos Projectos ficaram sem execução financeira dois: Tecnologias de Informação na Saúde (SRAS); e Estudos sobre o Transportes Marítimos (SRE), com uma dotação de cerca de 650 mil euros.

Ao nível das Áreas de Intervenção, destacam-se as despesas efectuadas na Agricultura (52 milhões de euros), nos Transportes Marítimos e Aéreos (52 milhões de euros) e na Promoção do Investimento e Coesão (38 milhões de euros).

A taxa de execução foi, na generalidade, superior a 88%, onde se destacam as excepções da Desenvolvimento de Infra-estruturas e do Sistema de Saúde e da Apoio de Transformação e Comercialização de Produtos Agro-Pecuários com uma taxa de execução de 59,9% e 68,3% respectivamente.

Em 2008 ficou encerrado o ciclo de planeamento preconizado nas Obrigações de Médio Prazo 2005-2008.

Quadro VI - Planos Regionais de 2005 a 2008 - Projecções, Previsões e Execuções

Anos	Projecção de 2005			Dotação Orçamental Aprovada Anualmente			Execução			
	Inv. Público	Plano	O. Fundos	Inv. Público	Plano	O. Fundos	Inv. Público	Plano	O. Fundos	Tx. Execução Plano
2005	554.179.411	320.029.470	234.149.941	554.179.411	320.029.470	234.149.941	443.404.714	303.370.305	140.034,0	95%
2006	563.857.671	312.930.147	250.927.524	559.542.675	325.680.425	233.862.250	n.d.	306.128.051	n.d.	94%
2007	609.050.478	337.931.312	271.119.166	620.078.627	377.679.214	242.399.413	n.d.	361.883.765	n.d.	96%
2008	657.814.661	367.070.079	292.744.582	692.192.888	439.539.572	252.653.316	n.d.	390.659.270	n.d.	89%
Total	2.384.902.221	1.337.961.008	1.048.941.213	2.425.993.601	1.462.928.681	963.064.920	n.d.	1.362.041.391	n.d.	0

e) Dívida Pública

A Dívida da RAA, no final de 2008, é calculada, pelo Tribunal de Contas (TC) integrando todas as componentes da Administração Regional Directa e da Administração Regional Indirecta. Assim, o TC considera os valores da Dívida Bancária da RAA, 274,6 milhões de euros, (menos 250 mil euros do que em 2007) e os Compromissos Assumidos, 423,7 milhões de euros, que incluem a dívida exigível em exercícios futuros da RAA e em 2008, ao Sector Publico Empresarial Regional, cerca de 388,4 milhões de euros, a Fornecedores e Credores Diversos, cerca 35 milhões de euros e a Factoring, cerca de 312,9 mil euros.

Em relação a esta matéria o Governo Regional, em sede de contraditório, referiu o seguinte: *Tal como já referido em anos anteriores, o Governo Regional considera que a informação contida no quadro I é passível de interpretações incorrectas, dado contemplar realidades tão diferentes, como sejam, dívida bancária, avales e encargos assumidos, independentemente de serem exigíveis no ano em análise ou em anos futuros.*

O Governo Regional não entende a necessidade da construção do referido quadro, dadas as diversas realidades serem posteriormente analisadas, em quadros autónomos, apenas se constatando que o somatório do valor da dívida

bancária com o valor dos compromissos assumidos é utilizado para afirmar que o mesmo corresponde a 21,1% do PIB regional de 2007, a preços de mercado.

Pela segunda vez, o quadro integra encargos exigíveis em anos futuros, decorrentes de contratos assinados junto de sociedades anónimas integradas no âmbito do SPER, os quais, não integram o conceito de dívida pública, tendo em conta a sua provisão orçamental nos anos futuros em que, contratualmente, se tornam exigíveis.

A concessão de Avals, pela RAA, diminuiu em cerca de 21 milhões de euros, relativamente a 2007, para 397,3 milhões de euros. Os principais beneficiários das garantias prestadas são: a Sudaçor, com 40,3%, a SPRHI, com 29,5% e a EDA, com 29%, As restantes empresas 4%, não havendo nenhum caso com mais de 3% do total.

Quadro VII - Dívida e outras responsabilidades da RAA em 31/12/2008

	Total	Exigível em 2008
1 - Dívida Bancária	274.613.674,00	
2-Compromissos Assumidos	423.394.332,70	73.943.405,31
2.1- Sector PublicoEmp. Regional	388.372.863,47	46.074.867,32
2.1.1 - Administração Directa	385.365.292,80	43.067.296,65
2.1.2 - FSA	3.007.570,67	3.007.570,67
2.2 - Fornecedores e Credores Diversos	35.008.515,78	27.555.584,54
2.2.1 - Administração Directa	12.628.522,98	12.628.522,98
2.2.2 - Serviços de Saúde	4.386.697,06	2.215.129,81
2.2.3 - FSA	12.711.931,75	12.711.931,75
2.3 - Factoring	312.953,45	312.953,45
3 - Total (1+2)	698.308.006,70	73.943.405,31

Os encargos decorrentes da dívida aproximaram-se dos 104,4 milhões de euros, cumprindo o limite de 25% das Receitas Correntes. A maioria destes encargos referem-se, sobretudo, a amortizações 91,25 milhões de euros (87,4%).

f) Património

No final do ano de 2008, o património físico inventariável apresentava um valor actualizado de 114,4 milhões de euros, aumentou 16,1 milhões de euros, (16%), relativamente ao existente no início do ano.

A afectação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

Quadro VIII – Relação de Bens Patrimoniais em 2008

unid.: euro					
Bens	Valores Apresentados na Conta				Em 31/Dez.
	Em 1/Jan. 2008	Abates (2)	Aquisições (3)	Ajustamento (4)	(5) =(1) +(2) +(3) +(4)
Móveis	39.685.334,21	-1.372.025,61	5.164.768,13	0	43.478.076,73
Imóveis	51.767.685,57	-371.336,61	12.780.834,56	0	64.177.183,52
Semoventes	6.967.505,80	-19.031,98	770.334,17	-886.992,69	6.831.815,30
Totais	98.420.525,58	-1.762.394,20	18.715.936,86	-886992,69	114.487.075,55

As participações da Região Autónoma dos Açores em 58 entidades, ascendiam a 345,8 milhões de euros (mais 2,8 milhões do que em 2008), sendo a HDES-PDL (€80,9 milhões de euros), a PA (€40,239 milhões), a EDA (€35,07 milhões), a HH (€33,3 milhões), a HSE (€33,7 milhões), a SATA SGPS (€18 milhões), a SATA AIR AÇORES (€18 milhões), APTG (€16,2 milhões), o Teatro Micaelense (€12,2 milhões), APSM (€11 milhões), Ilhas de Valor (€9 milhões), a SOGEO (€8,9 milhões), e a SPRHI (€7,9 milhões), as mais significativas, representando, no seu conjunto, mais de 90% do total.

g) Fluxos Financeiros entre ORAA e o SPER

Os fluxos financeiros para as entidades societárias e não societárias, participadas pela RAA, ascenderam a 285,8 milhões de euros, transferidos por conta da ORAA (€ 280,6 milhões) e dos FSA (€5,2 milhões).

Os fluxos oriundos do SPER e destinados ao ORAA totalizaram 2,2 milhões de euros, assim distribuídos:

- Dividendos e Participações nos Lucros – 2,11 milhões de euros provenientes da EDA, S.A., relativos aos dividendos de 2007.
- Outras Receitas de Capital – 91,8 mil euros provenientes do pagamento da prestação da Siturpico.

h) Fluxos Financeiros com a União Europeia

O ORAA previa receber da UE cerca de 188,9 milhões de euros, tendo sido concretizado 152,4 milhões de euros, com uma execução de 65,5%. Do total contabilizado, 72,8 milhões de euros destinaram-se ao Plano de Investimentos, 70,7 milhões de euros foram consignados a outras entidades e 8,9 milhões de euros por conta do Programa Prime.

As verbas recebidas da UE equivalem, em termos de peso relativo, a 11,7% do total de Receita (1.300,9 milhões de euros).

As verbas movimentadas por Consignação de Receitas (€70,2 milhões) foram transferidas na íntegra, ao serem entregues aos respectivos destinatários.

Os fluxos comunitários reflectidos na CRAA resultam da execução de projectos de investimento, por parte da administração directa e indirecta da Região, pela administração e por entidades privadas.

Por fundos estruturais, o FEOGA-O (37%), e o FEDER-QRESA (24%), constituem os fundos estruturais com maior representatividade nas Transferências da UE.

No âmbito do FEDER-QCAIII e FEDER-QRESA, assumem maior relevância as transferências realizadas pelo PRODESA (94 %) e pelo PROCONVERGENCIA (100%), respectivamente.

i) Segurança Social

Na Região, o sistema de Segurança Social é descentralizado, mas não regionalizado na sua vertente financeira, pelo que os descontos efectuados na Região não são receita desta, mas sim do Estado.

A Administração Regional contribuiu, financeiramente, para o sistema de Segurança Social, através do programa 17 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, com uma dotação Orçamental prevista de 11, 7 milhões de euros e uma execução de 10,7 milhões de euros, cerca de 91,6.

3. Recomendações e Conclusões

Tendo em vista a correcção de alguns procedimentos considerados pelo Tribunal de Contas como menos correctos, o referido organismo emite as seguintes recomendações:

1. A proposta de Orçamento deverá referenciar os critérios de atribuição dos subsídios regionais (cf. I.2);
2. Evitar a sobrevalorização Orçamental da Receita (cf. II.2 e II.2.4);
3. O Plano Regional, com expressão no ORAA (MAPA IX), deverá apresentar o investimento numa perspectiva plurianual (cf. VII.1);
4. O Relatório Anual de Execução do Plano Regional deverá integrar a totalidade do Investimento Público e as fontes de financiamento, especificadas por Programa, Projecto e Acção (cf. VII.1);
5. O Plano Regional e o Relatório de Execução deverão apresentar informações sobre os investimentos das empresas públicas, fundos e organismos autónomos e autarquias, realizados em cooperação com o Governo Regional, identificando as outras entidades, também envolvidas na execução do Investimento Público (cf. VII.1);

6. O Plano Regional não deverá pagar despesas relacionadas com o funcionamento dos Serviços, pelo menos enquanto não for implementada uma contabilidade de custos (cf. II.2 e VIII.3);
7. A CRAA deverá reflectir uma análise consolidada dos resultados alcançados com a atribuição de subsídios, permitindo uma avaliação objectiva da eficácia e eficiência dos apoios concedidos (cf. VIII.1);
8. A fixação de critérios objectivos para o cálculo do limite máximo do endividamento indirecto acumulado, designadamente na concessão de avales (cf. IX.2 e IX.6);
9. A CRAA deverá expressar, de forma objectiva e quantificada, o volume financeiro que, tendo origem no orçamento comunitário, se destina a apoiar a actividade económica regional, nas suas várias frentes (cf. X.2 e X.3);
10. Definição de uma Entidade, com funções de coordenação e avaliação dos apoios concedidos por mais de um Departamento para o mesmo fim, permitindo, assim, a uniformização de critérios e prevenindo, também, o risco de eventuais sobreposições (cf. VIII.3);
11. Definição de um critério coerente e uniforme do registo dos fundos comunitários, de modo a que os mesmos se encontrem devidamente reflectidos na CRAA (cf. X.2.1);
12. Na contabilização das Despesas Públicas, a CRAA deverá respeitar as disposições do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos códigos de Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas (cf. IV, VI, VII, VIII e X);
13. O Plano Regional e o Relatório de Execução deverão apresentar a dotação orçamental, por ilha, dos investimentos do Plano e dos Outros Fundos (cf. VII.1);
14. Os Hospitais EPE deverão ser providos, anualmente, dos fundos necessários ao normal funcionamento, de modo a atenuar os prejuízos de exploração e o consequente desequilíbrio financeiro (cf. V.3.2);
15. O Governo Regional deverá dar orientações ao SPER (na qualidade de tutela), para que os respectivos Relatórios e Contas sejam mais explícitos,

nomeadamente ao referirem os compromissos assumidos pelo Governo, evitando dúvidas de interpretação.

A CRAA deverá reflectir, também, aqueles encargos (cf. IX.4);

16.O ORAA deverá apresentar o Mapa XVII (Responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos), em conformidade com o artigo 5.º da LEO (cf. I.2 e IX.2);

17.A CRAA deverá apresentar informação, que permita conhecer as Responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos.

Os créditos a receber deverão, também, ser objecto de fundamentação na CRAA (cf. I.2 e IX.2);

18.A Conta Consolidada deve ser suficientemente explícita, permitindo a sua efectiva verificação/conferência (cf. III.4);

19.O Serviço Regional de Estatística deverá apresentar uma estimativa das contas não financeiras e da dívida pública das administrações regionais, de acordo com a metodologia do SEC 95 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat (cf. IX.1).

Finalmente, cumpre a esta Comissão elencar as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas e acolhidas, quer na íntegra quer parcelarmente, pela Administração Regional:

1. A apreciação da CRAA de 2007 permite verificar algumas **melhorias parcelares**, perante o ocorrido anteriormente, nomeadamente:

a) Reformulação do actual sistema de Tesourarias, uniformizando-o e apresentando os documentos que permitam a confirmação dos valores registados na Receita (cf. II.1);

b) Identificação, na CRAA, dos fluxos financeiros destinados ao SPER (cf. VI.1);

- c) Aprovação de legislação que regulamente a totalidade da atribuição de subsídios, tornando os sistemas mais transparentes, de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos (cf. VIII.4);
- d) A assunção de encargos assumidos e não pagos, sem cabimento orçamental, não deverá ocorrer em caso algum (cf. IX.4.2.1);
- e) Intensificar o sistema de controlo interno, nomeadamente no âmbito do acompanhamento dos apoios atribuídos pela Administração Regional (cf. VII.3)

1. Foram *acatadas*, a seguinte recomendações:

- a. A Receita proveniente da privatização do capital social das Empresas Públicas deverá respeitar o determinado na Constituição da República e na Lei-Quadro das Privatizações, devendo o Governo Regional providenciar a regularização das transferências efectuadas para a SATA Air Açores, sob pena de serem desencadeados os procedimentos jurisdicionais pertinentes, previstos na lei (cf. V.3.1.1);
- b. O Relatório Anual de Execução e Avaliação Material e Financeira do Plano deverá integrar a avaliação do impacto dos investimentos realizados (cf. VII.1);
- c. Inventariação e avaliação da situação patrimonial, permitindo a apresentação do Balanço do Património da Região (cf. V.1) (está a decorrer a inventariação).

O Tribunal reconhece, *“tanto em auditorias como nos Pareceres sobre a CRAA, os esforços desenvolvidos pela Administração Regional, no sentido de dar acolhimento a algumas das recomendações emitidas, ainda que por vezes, o seja apenas parcialmente”*.

Capítulo III

Conclusão e Parecer

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores de 2008, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA e do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, entendeu por maioria, com os votos favoráveis do PS e abstenções, com reserva de posição de plenário do PSD, do BE e CDS/PP, que a Conta da Região de 2008, está em condições de ser aprovada pela ALRAA.

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2008.

Ponta Delgada, 11 de Março de 2010.

O Relator: *Francisco Vale César*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *José de Sousa Rego*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

*** Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Conta da Região de 2008 que hoje analisamos tem, a nível introdutório, duas questões que gostaria de destacar.

Em primeiro lugar salientar que estando, nós, no primeiro trimestre de 2010, estamos já, e bem, a analisar a Conta da Região de 2008, o que representa um significativo avanço e melhoria entre o tempo em que a conta é produzida e a sua análise e aprovação nesta Assembleia.

Lembro, por exemplo, que nos últimos 5 anos conseguimos aprovar as Contas da Região desde 2001, o que representa, sem dúvida, um trabalho significativo de aproximação entre o ano em que se executa e a sua análise nesta Assembleia.

Para isto muito contribuiu o esforço que o Governo fez no sentido de antecipar em 6 meses o tempo de elaboração e apresentação desta conta reduzindo para metade, em relação ao tempo que existia.

Em relação à conta em si, gostaria de destacar aquilo que nós consideramos ser cinco elementos estruturantes e duas abordagens que penso que serão importantes analisar no início deste debate.

Primeira: uma referência ao volume de recursos afectos durante o ano de 2008 à Conta da Região.

A receita da Região cresceu cerca de 9%, o que representou mais 96 milhões de euros que conseguimos arrecadar em relação ao ano anterior, totalizando, em termos de orçamento directo da região, 1055 milhões de euros.

É bom lembrar que esse valor corresponde a uma execução de 95,3% em relação ao que tínhamos orçamentado, tendo inclusivamente a receita corrente registado uma execução de 98,1% e a receita fiscal, que é a estrutura fundamental da receita, uma execução de 100,6%, ou seja, o montante que nós tínhamos previsto no orçamento para 2008 foi exactamente o montante que a Região conseguiu arrecadar durante esse ano, o que demonstra o rigor, a qualidade e a pertinência das previsões orçamentais e particularmente a credibilidade do orçamento que foi analisado e aprovado nesta Assembleia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo aspecto: uma referência ao investimento.

O investimento público no âmbito do capítulo 40 registou um aumento de 8%, ou seja, mais 28,8 milhões de euros do que no ano anterior, tendo-se registado uma execução de 89%.

Porque foi o último ano de uma legislatura (2004/2008), importa fazer nesta casa um balanço sobre a capacidade de execução do Plano durante a legislatura anterior. Recordo que em 2005 a taxa de execução do Plano de Investimentos foi de 95%, em 2006 de 94% e em 2007 de 96%, o que resulta que no conjunto da legislatura

tivemos a capacidade de executar 93% do valor de investimentos que tínhamos proposto aquando da apresentação e aprovação do Plano.

Se isso é importante o mais relevante é o facto de termos aprovado em 2004, no início da legislatura, um documento estruturante sobre as linhas principais de investimento que era e são as Orientações a Médio Prazo.

Nesta casa, durante a anterior legislatura, em 2004, tínhamo-nos comprometido a investir 1.335 milhões de euros no âmbito do capítulo 40 do Plano. No final da legislatura investimos não só isso, mas mais, o total de investimento executado foi de 1.362 milhões de euros, ou seja, conseguimos investir mais 2% daquilo que tinha sido o nosso compromisso, o que permite uma execução plena do Plano e inclusivamente uma execução acima do que nos tínhamos comprometido em 2004.

Neste contexto, gostaria de referir que a evolução do investimento público que já tinha registado um crescimento de 18% de 2007 em relação a 2006, teve um crescimento acumulado de mais 8% entre 2007 e 2008, ao contrário da despesa de funcionamento que registou um crescimento de apenas 2% entre 2006 e 2007 e um crescimento de 5% entre 2007 e 2008, em grande parte derivado do aumento das despesas com pessoal, nomeadamente 11,7 milhões decorrentes do aumento de 50% das transferências para a Caixa Geral de Aposentações, cujo desconto era, até 2007, de 10% e passou, a partir de 2008, a ser 15%, como também a partir desse ano os novos funcionários que entraram na Administração Pública Regional passaram a descontar para a Segurança Social, o que implicou uma taxa de desconto substancialmente superior.

Em terceiro lugar e no âmbito desta análise gostaríamos de destacar aquilo que vem referenciado no relatório do Tribunal de Contas no que concerne à redução em 500 mil euros do endividamento líquido total da Administração Regional, isto é, a variação entre os activos financeiros e os passivos financeiros representou uma redução do nível do endividamento líquido de 500 mil euros em relação ao ano anterior.

Também os avales, ou seja, aquilo que era, até há pouco tempo, considerada a dívida indirecta da Região, registou um decréscimo de 21 milhões de euros em

relação ao ano anterior, assim como a dívida directa registou um decréscimo de 250 mil euros em relação ao ano anterior.

Por outro lado, os encargos assumidos sem enquadramento orçamental, e como foi referido como uma das recomendações acatadas pelo Tribunal de Contas, representaram em 2008 apenas 0,00013 da despesa efectuada.

De acordo com as regras e os critérios de análise financeira que foram recentemente usados, por exemplo, pela Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, apontam que em 2008 o prazo médio de pagamento da Administração Regional foi 4,2 dias, contando todos os dias do ano e não apenas os dias úteis, o que é um valor verdadeiramente residual e que demonstra a eficácia em termos de processos de pagamento e do ritmo de pagamento da Administração Pública Regional aos seus fornecedores.

Permitam-me também fazer uma referência nesta introdução à questão dos subsídios, particularmente à avaliação positiva que fazemos do grande crescimento que se tem verificado ao longo dos anos como património do Partido Socialista, do número de subsídios em termos percentuais e quantidade, subsídios com enquadramento legal definido e definitivo.

Neste contexto, em 2008, esse valor situou-se nos 86% do total dos subsídios atribuídos.

Se isto fosse, como tivemos há pouco, um debate escolar, se fosse uma classificação e uma avaliação de acordo com os critérios escolares, seria uma classificação muito próxima do excelente e do muito bom.

Mas não é efectivamente perfeito e o montante em falta é algo que temos sempre como perspectiva melhorar e aperfeiçoar, aliás, como é reconhecido pelo Tribunal de Contas e como temos vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos. Lembrava apenas que se tivemos 86% em 2008, em 2006 tivemos apenas menos 10 pontos percentuais, o que regista, do ponto de vista de progressividade, uma evolução também positiva.

Em quinto lugar, em relação àquilo que foram as recomendações muito bem apresentadas no âmbito do trabalho da Comissão de Economia, gostaria de destacar que em 2008, para além das 8 recomendações que foram acatadas ou com

melhorias substanciais identificadas, as 14 recomendações que resultam deste extenso trabalho de avaliação e deste relatório, não identificam, nenhuma delas, situações de irregularidades e de ilegalidades, sendo, como acabámos de ouvir, princípios programáticos com os quais concordamos e devem estar sempre presentes na elaboração destes documentos.

Essencialmente apontam para o aperfeiçoamento de inclusão de informação que é um trabalho permanente e para o qual temos tido a disponibilidade necessária para o fazer.

É importante referir que numa Conta, se somarmos aquilo que é efectivamente o Orçamento Directo da Região, os seus Fundos e Serviços Autónomos e os seus fluxos financeiros com outras Entidades Públicas e Empresariais, estamos a falar de um total de fluxos financeiros de 1.500 milhões de euros, dos quais não foi identificada uma situação de ilegalidade ou de irregularidade que carecesse de uma recomendação específica.

Penso que o relatório e a análise que fazemos deste documento, sendo uma análise extremamente positiva, é sem dúvida uma análise e o corolário de uma evolução positiva que se tem vindo a registar ao longo dos anos.

Este ano não é um ponto final, é apenas mais um ponto de melhoria e de desenvolvimento da nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

* **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tecer aqui algumas breves considerações e também questionar o Sr. Vice-Presidente do Governo sobre algumas situações relacionadas com a Conta da Região.

A primeira, e sempre na base daquilo que foi o relatório e o Parecer do Tribunal de Contas (também está plasmado no relatório da Comissão de Economia) que refere que ainda existem encargos sem cabimento orçamental no montante de 143 mil, 785.43 euros.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): 0,00013!

O Orador: Gostaria de saber se o Sr. Vice-Presidente tem conhecimento e se sabe exactamente que encargos foram esses que foram feitos pela administração directa?

Uma segunda questão tem a ver com os apoios atribuídos sem enquadramento legal. Estamos a falar no montante de 33,2 milhões de euros.

Aqui, podemos ver que esses apoios atribuídos a fundo perdido sem enquadramento legal foram direccionados exactamente para as Secretarias Regionais da Agricultura e Florestas, Ambiente e Mar e antiga Secretaria da Habitação e Equipamentos.

Gostaríamos de saber o porquê desta falta de enquadramento legal que é recorrente nas várias contas apresentadas ao longo dos últimos anos?

A terceira questão que gostaria de colocar tem a ver com os Hospitais EPEs.

Aqui, e já referente à Conta de 2007, o Tribunal de Contas já tinha chamado a atenção para a degradação dos capitais próprios dessas empresas.

O que notamos na Conta de 2008 é que os capitais próprios desaparecem, estamos no limite, digamos assim. Tecnicamente estas empresas estão mesmo no limite.

Gostaria de saber, durante o ano de 2009, que medidas tomou o Governo para alterar esta situação ou para a inverter, nomeadamente, porque de certeza que ela no ano de 2009 entrou em sinal negativo em relação aos seus capitais próprios. Penso que o Governo tomou essas iniciativas.

Gostaríamos de saber quais são essas mesmas iniciativas?

O quarto ponto tem a ver com o sector público empresarial regional.

Aqui, o que notamos é que houve um verdadeiro “tsunami económico”. Analisando os resultados obtidos, chegamos à conclusão que o Sr. Presidente do Governo Regional foi enganado e, por consequência, acabou por enganar os açorianos.

Se analisarmos as empresas das quais o Governo Regional tem participações maioritárias e exclusivas, reparamos que no ano de 2008 elas apresentam na sua globalidade, diria eu, resultados líquidos negativos. E nada escapa, vai desde a cultura, às administrações portuárias, às pescas, aos transportes marítimos, transportes aéreos...

Só para dar um exemplo, a SATA Air Açores que em 2007 tinha apresentado um lucro de 4 milhões 991, em 2008 deu um prejuízo de 2 milhões 979.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Por melhoria dos transportes marítimos!

O Orador: A SATA Internacional que deu um lucro de 2 milhões, 663 mil, no ano de 2007, deu um prejuízo de 4 milhões, 779 mil no ano de 2008.

Podia continuar por aqui fora: Atlanticoline, Administrações Portuárias, etc., etc...

A Atlanticoline, só para termos essa noção, tem apresentado um resultado líquido positivo de 41 mil euros e apresenta em 2008 um resultado líquido negativo de 669 mil euros.

Aquilo que sempre foi dito durante o ano de 2008 é que a crise e as dificuldades que muitos empresários já estavam a sentir nesta Região não tinha chegado à Região e tinha sido várias vezes afirmado pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

A conclusão que nós chegamos é que os Srs. Secretários que tutelam, digamos assim, essas empresas, enganaram o Sr. Presidente do Governo e, por consequência, o Sr. Presidente do Governo enganou os açorianos.

Com resultados desses durante o ano de 2008, em todo o sector público, não é possível que se possa dizer que as próprias empresas do sector público empresarial regional já não estavam em dificuldades perante a conjuntura adversa. Por consequência, as medidas de combate à crise que foram implementadas para o ano de 2009, vêm exactamente – e esta é a prova mais que evidente – com um ano de atraso e, por isso, apesar delas terem chegado e terem sido bem-vindas e alguns ainda poderem beneficiar delas, se elas tivessem chegado mais cedo, se calhar muitas das empresas tinham-se precavido e salvaguardado da situação com que se encontram nos dias de hoje, principalmente nos sectores onde o Governo interveio. Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do CDS/PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fazemos propriamente a leitura de paraíso que foi dada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo na sua última declaração no final da intervenção que fez. Realmente não estamos nesse paraíso nem estamos nesse reino da perfeição.

Gostaria de dizer também que existe da parte do Sr. Vice-Presidente, como por parte de muitos deputados da bancada do Partido Socialista, e não só, uma fixação pela Presidente do PSD/Açores, a Dra. Berta Cabral. Isso dá-nos uma certeza, é que estamos no bom caminho.

Essa vossa fixação é sinal de que estamos no bom caminho!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, faça o favor de prosseguir.

Mais do que para saber quanto se gastou, a análise da Conta da Região serve, deve servir ou interessa-nos para saber como se gastou.

É difícil, ano a ano, desde o tal ano de 2001 que o Sr. Vice-Presidente falou como a primeira conta feita ao longo dos últimos anos, isto é, ao longo do mandato do Sr. Vice-Presidente como responsável pelas finanças regionais, apreciar qualquer uma dessas contas (e anteriormente o mesmo se passava) e não voltar ao mesmo de sempre, isto é, estamos perante um prato anual que é requentado e que cada ano se torna mais perigoso ingerir.

É mais perigoso ingerir, porquê?

Porque cada vez mais é um produto final francamente deteriorado e que pode afectar a saúde em termos de desenvolvimento dos açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Parece uma Associação de Defesa dos Consumidores!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, se quiser intervir, eu gostaria muito de discutir essa questão...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor hoje embicou comigo!

Eu não gosto de si!

O Orador: ... no plenário e não no sítio onde a vamos discutir, se eventualmente se der o caso. Era interessante que se juntasse a nós na análise desta questão.

Deputado José San-Bento (PS): Está bem! Não posso dizer a mesma coisa de si!

O Orador: O senhor vai continuar?

Deputado José San-Bento (PS): Não!

O Orador: É que se continuar, termino desde já a minha intervenção e fico inscrito.

Depois, quando se acalmar eu volto e tentarei mostrar o meu raciocínio.

Deputado José San-Bento (PS): Eu estou calmíssimo!

O senhor é que não gosta de me ver aqui!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Marinho está no uso da palavra.

O Orador: Sr. Presidente, é para apresentar aos açorianos a visão que o Partido Social Democrata tem sobre esta Conta. Deve ser democraticamente assumido por parte do Partido Socialista que isso é importante também.

Eu ouvi com total atenção aquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de dizer. Penso que seria interessante que os açorianos ouvissem aquilo que o PSD tem a dizer.

Presidente: Faça favor.

Deputado José San-Bento (PS): Não abro mais a boca, juro!

O Orador: Os senhores gostam de brincar com isto.

Os senhores têm que fazer uma boa gestão dos dinheiros públicos e não andar a brincar, designadamente nestes momentos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Nós não andamos a brincar aqui, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Presidência é useiro e vezeiro nesse tipo de brincadeiras. Fale sério!

Repetem-se as situações, repetem-se os problemas, repetem-se as soluções e repetem-se as práticas. Vamos falar aqui a 4 níveis. Esses 4 níveis, quanto a nós, podem resumir-se no seguinte:

Falta de transparência;

Falta de vontade de mudar, ou quem sabe, considerar inconveniente mudar muitas das práticas existentes;

Apresentar uma realidade enevoada, uma realidade que não é muito clara;
E, finalmente, que é o que está aqui francamente presente na análise da Conta, o empenho do futuro.

Falemos primeiro na falta de transparência.

São várias as referências do Parecer do Tribunal de Contas. Eu direi algumas, mas poderíamos dizer mais.

Quanto à proposta de Orçamento (e estamos a falar *a priori*) diz o parecer do Tribunal de Contas:

“A proposta de Orçamento não apresentou os critérios de atribuição dos subsídios regionais, conforme dispõe o artigo 5º...”

Logo à partida, nem tão pouco são definidos quais os critérios na base dos quais vão ser atribuídos os subsídios.

Seguindo em frente:

“Em 2008 ficou encerrado no ciclo de planeamento preconizado nas Orientação de Médio Prazo 2005/2008...” e prevê um determinado número de investimento. Depois diz: “a falta de informação sobre a efectiva execução do investimento público não permite conhecer em que medida o programado foi ou não executado.” O Tribunal de Contas também não consegue chegar a essa conclusão.

Diz mais:

“Apoios...” e estes valores já foram referidos pelo Sr. Vice-Presidente, como também foram pelo Sr. Deputado Pedro Medina, “... atribuídos sem enquadramento legal, 14,2%”. Vai efectivamente *a contrario* os tais 86% que o Sr. Vice-Presidente fala.

Mas são mais 31,4% do que em 2007 e isso o senhor não disse. É que eles cresceram 31,4% em relação ao ano anterior.

Curiosamente esta Conta refere-se a que ano?

2008!

Curiosamente no dia 19 de Outubro, do ano 2008 realizaram-se eleições regionais.

Quem quiser que retire as conclusões.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ainda relativamente à falta de transparência diz mais.

No Parecer do Tribunal de Contas aquilo que vemos é:

“Na Conta da Região Autónoma dos Açores a informação sobre o enquadramento legal é, em diversas situações, insuficiente ou inconclusiva referindo, por exemplo, apenas o número do acordo ou do contrato, a Portaria ou Despacho autorizando a despesa ou pagamento, em detrimento do efectivo suporte legal.”

Por que é que o fazem?

Por que é que não põem sempre o suporte legal?

Diz mais:

“Noutras situações...” (esta é mais grave!) “... recorrentes, fundamentam incorrectamente o suporte legal no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, em programas de Governo, nas orgânicas dos serviços, nos diplomas que aprovam e executam o Orçamento da Região. Esta prática persiste ano após ano, apesar das sucessivas recomendações do Tribunal de Contas, que tem considerado esses apoios sem enquadramento legal por falta de um preceito básico subjacente à sua atribuição.”

Mas diz mais:

“Esta análise, quando efectuada em auditoria, permite, por vezes, concluir que, de facto, a informação sobre o enquadramento legal, apresentado na Conta da Região, não se mostra correcta pondo em causa a fiabilidade da informação ali prestada.”

Depois, vem, o que eu diria, uma frase que é perfeitamente inadmissível e que se vem arrastando, ano após ano, e que mais uma vez voltamos aqui a lembrar, porque é uma frase de tal forma grave que consideramos, à partida, inadmissível, e vergonhoso para a Região Autónoma dos Açores ter as suas contas públicas associadas a esta frase que se repete:

“A atribuição de apoios fora da esfera do legalmente estabelecido, além de discricionária, é potencialmente violadora dos princípios constitucionais da igualdade, proporcionalidade, justiça e imparcialidade, podendo ainda constituir fundamento para responsabilizar financeiramente os responsáveis pelas autorizações das despesas.”

Ajam definitivamente, se já não o fizeram em 2009 (não o sabemos!), a partir de 2010 no sentido de criar uma possibilidade para que não apareça esta frase

vergonhosa no Parecer que o Tribunal de Contas dá à Conta da Região Autónoma dos Açores.

Daí que só possamos considerar que efectivamente a transparência continua a ser efectivamente um mito na gestão das finanças públicas regionais.

Passando à segunda questão, a falta de vontade de mudar ou talvez a inconveniência na mudança que se torna necessária.

Temos, efectivamente, um conjunto de recomendações, aliás, interessantíssimo, porque pela primeira vez aparecem as recomendações com duas colunas: uma relativa ao ano em que foi formulada, e a outra com a situação, se foi acatada, se não foi acatada.

Olhamos para aqui (mais uma matéria vergonhosa) e vemos um conjunto de recomendações que se arrastam desde o ano 2000.

Estamos no ano 2010.

O Governo Regional não fez o mínimo esforço para num espaço de, neste caso 8 anos (não sabemos se elas subsistiram), mudar algo que é recomendado desde ano 2000.

É por isso que consideramos que não há vontade de mudar.

Mas há mais:

O Sr. Relator deu destaque a uma frase, quando ali esteve, e que vou ler outra vez, porque consta do Parecer da Assembleia Legislativa feito pela Comissão de Economia:

“O Tribunal reconhece, *“tanto em auditorias como nos Pareceres sobre a CRAA, os esforços desenvolvidos pela Administração Regional, no sentido de dar acolhimento a algumas das recomendações emitidas...”*”

Deputado Francisco César (PS): É a primeira vez que lá está!

O Orador: A algumas das recomendações emitidas. Não é a dar acolhimento às recomendações, é a algumas.

Mas completa: *“...ainda que por vezes, o seja apenas parcialmente”*.

Ou seja, foi relevado inclusivamente no Parecer algo que não propriamente uma referência muito elogiosa.

Aquilo que aparece naquelas que foram acatadas é: algumas acatadas; acatadas parcialmente e aparece um conjunto delas como melhorias pontuais.

Faz-me lembrar o boletim meteorológico: quando se fala na questão da precipitação, em que se diz “choveu 18 milímetros por metro quadrado, na ilha X e noutras há vestígios”.

As vossas melhorias são vestígios!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: São pura e simplesmente questões pontuais, pontualíssimas, mas não resolvem a questão de fundo.

Há uma nítida falta de vontade de melhorar e se houvesse efectivamente vontade ou conveniência em mudar, seguramente já tudo teria mudado.

Passo ao terceiro nível: uma realidade enevoada, uma realidade sem clareza.

Estamos numa tarde de plenário em que ainda há pouco foi aprovada, com os votos do Partido Socialista, a criação da AZORINA.

Já passámos aqui outras tardes em que se aprovou a SPRAçores, o IROA...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Lá está o senhor a brincar! Lá está o senhor com a sua fixação!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não estou!

O Orador: E em que se aprovou também a SAUDAÇOR e a SPRHI, que depois modificou o seu objecto a partir de determinada altura. Aí é que está o problema. É que temos um conjunto de instrumentos que nada mais faz do que servir de receptáculo de despesa que devia estar a ser assumida pelo Governo Regional e devia estar orçamentada, mas que existe uma entidade que até foge, ou pode fugir, àquilo que legalmente é obrigatório em termos, por exemplo, de endividamento, e está a receber essa despesa. Depois recebe ao abrigo de contratos programa, ano a ano, nos próximos 5, 10, 15, 20 ou 30, no fundo, aquele dinheiro que em 5, 10, 15, 20 ou 30 anos deveria estar a ser aplicado em empreendimentos que iriam beneficiar as gerações que aqui estarão daqui a 10, 15, 20 ou 30 anos, ou seja, os meus filhos, os seus filhos, os nossos netos e se calhar isto já dá para bisnetos...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Já vamos aos netos!

O Orador: O senhor deve ter alguma dificuldade em acompanhar também!

A questão não se fica por aqui. A questão da realidade enevoada não fica por aqui. Continua a existir uma coisa que temos chamado sucessivamente a atenção, designadamente aquando da apresentação do Plano e do Orçamento. Plano é investimento; Plano é exclusivamente despesa de investimento.

Depois há despesas de funcionamento. Normalmente o Governo faz grandes galas em dizer o investimento e o funcionamento e toda a despesa e funcionamento está metida lá dentro.

Por exemplo, estão metidas nas despesas com pessoal, contidas no Plano, e que o Tribunal de Contas chega à conclusão que estão lá 2 milhões, 741 mil euros de despesas com pessoal, incluindo pessoal dos quadros. E digo tudo, não faço aquilo que o senhor faz. O senhor há bocado esqueceu-se de dizer que tinha aumentado os 31,4 %. O pessoal dos quadros é o coordenador. É o único. São 35 mil euros em 2 milhões 741.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): E por que é que está lá?

O Orador: Depois temos pessoal além quadros, pessoal contratado a termo, pessoal em regime de tarefa e avença. Estas são despesas de funcionamento que estão metidas no Plano, mas não só. Há também aquisição de bens e serviços.

Temos, no conjunto da aquisição de bens e serviços, por exemplo, a aquisição de bens correntes. No Orçamento estão 13 milhões, no Plano são 31 milhões.

Na aquisição de bens correntes estão 3 milhões e meio de um lado e 9 milhões e 800 mil no Plano.

No caso da aquisição de serviços correntes, estão 13 milhões do lado do Orçamento e 31 milhões do lado do Plano.

Despesa de investimento não é isto. É pura e simplesmente despesa de funcionamento, é mais uma vez a realidade enevoada.

Presidente: Sr. Deputado agradecia que terminasse,

O Orador: Posso terminar, agora, Sr. Presidente, e depois retomarei na questão mais forte que nos parece estar associada a esta Conta, que é o empenho do futuro que este Governo Regional está a conduzir-nos há vários anos e que parece não estar a querer resolver. Isso poderá vir a ter uma implicação nas gerações futuras, que será sem dúvida fundamental e deteriorará perfeitamente o futuro do desenvolvimento dos Açores.

Terminarei depois com isso.

Presidente: Penso, infelizmente Sr. Deputado, que não terminará com isso, porque de acordo com os tempos globais, o Sr. Deputado gastou 17 minutos, que é o tempo que o PSD tem.

De acordo com os tempos globais fixados para a discussão desta Conta, o Sr. Deputado acaba de esgotar o tempo do PSD.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, então dê-me só mais um bocadinho, só para terminar esta questão.

Presidente: Não posso, Sr. Deputado.

Vamos prosseguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César para uma primeira intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

* **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser conciso nas questões levantadas pelos Srs. Deputados.

Começaria evidentemente pelo Sr. Deputado Pedro Medina. Quero dizer-lhe que congratulo-me com as questões que levantou porque penso que todas elas têm uma pertinência significativa.

Em relação à questão dos encargos assumidos sem enquadramento orçamental, estamos a falar de uma realidade que representa, repito, 0,00013 do total da despesa, portanto, algo verdadeiramente insignificante. No total são 143 mil euros.

Pergunta-me de onde é que vêm?

Vêm essencialmente dos orçamentos das escolas, isto é, são despesas efectuadas pelas escolas que têm a sua autonomia administrativa, como sabem, e nesse enquadramento resulta, no somatório de todas as escolas, este valor.

Segundo aspecto, os apoios. Aqui é muito importante falarmos nos subsídios.

Quando referimos que os subsídios com enquadramento legal são 86% do total (como referi, se fosse uma avaliação a todos os níveis, os padrões de avaliação seria a avaliação considerada como excelente), os restantes 14 % não são subsídios ilegais, não são subsídios irregulares. São subsídios onde não foi claramente definido, ou o Tribunal de Contas não definiu, um enquadramento legal específico. Ou seja, o enquadramento legal que foi utilizado foi um Decreto Regulamentar Regional que considera que devia ser mais específico. Estamos apenas a falar disto, não estamos a falar de qualquer subsídio irregular ou ilegal, aliás, como o próprio Tribunal de Contas o aponta.

Importa dizer que nesse âmbito e nas recomendações, o tribunal de Contas considerou que houve melhorias. Esta recomendação antes era uma recomendação não cumprida. O sistema de transparência da atribuição de subsídios passou a ser uma recomendação acatada e com melhorias claras em relação ao que se passava.

Concretamente em que áreas?

16,1 milhões de euros no âmbito da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas;

5,9 na Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos;

5,1 referentes aos apoios na pesca, da Lotação.

Terceira questão, a questão dos Hospitais EPE e a degradação dos seus capitais próprios.

Evidentemente os hospitais são estruturas empresariais que visam a prestação com qualidade dos serviços no âmbito da saúde e o nosso objectivo, única e exclusivamente, é encontrar uma solução de equilíbrio para que os capitais próprios se mantenham num nível devidamente equilibrado que garanta sustentabilidade futura desses mesmos hospitais.

Para esse efeito é esse o objectivo que prosseguimos com as medidas concretas para o concretizar.

Em relação à questão (penso que fundamental) que apontou, que em 2008 o sector público empresarial, o sector dos transportes registou prejuízos, pois registou.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): E não só!

O Orador: Podemos ir um a um, mas essencialmente colocou, e com razão, o sector dos transportes.

Claro! A SATA Air Açores, a SATA Internacional, todas as empresas do Grupo SATA e as empresas dos transportes marítimos tiveram prejuízo por uma razão muito simples, como sabe, é que todas as empresas de transportes aéreos tiveram em 2008 prejuízos, porque em 2008, se bem se lembra, o petróleo estava em 140 dólares e só havia duas maneiras: ou nós nos entendemos, e há bocado reclamavam que as passagens aéreas estavam muito caras, ou em contrapartida, para que o preço das passagens aéreas não subisse ao preço que subiram os combustíveis, essas empresas tinham que necessariamente dar prejuízo.

Não podiam querer em 2008 passagens aéreas mais baixas, combustíveis mais altos e a empresa dar lucro.

Optou-se em 2008, sob o ponto de vista estratégico, por assumir nas empresas de transportes um prejuízo, para que não se reflectisse sobre o preço final, para que não se aumentasse o preço das passagens áreas em função do aumento do preço dos combustíveis que se verificou.

É bom lembrar que em 2008 os combustíveis eram o dobro daquilo que, por exemplo, se regista neste momento.

É essa a justificação, o enquadramento específico que não aconteceu nas companhias de transporte regional. Aconteceu em todas as companhias de transporte aéreo a nível mundial.

Em relação ao Sr. Deputado António Marinho, vou fazer todos os esforços, respeitando que não tem tempo, para não dizer nada que possa gerar qualquer tipo de conflitualidade nessa matéria, mas permita-me apenas tentar, com o máximo de moderação, dar a minha opinião sobre esta matéria.

Quanto à questão recorrente que refere e que chama de falta de transparência, quero dizer-lhe que, como referi (não quero estar a repetir, mas foi o Sr. Deputado que chamou novamente a questão à colação), 86% dos apoios atribuídos com todo

o enquadramento legal devidamente definido, é, do ponto de vista da avaliação, uma classificação que pode chamar-se muito bom ou excelente, de acordo com os padrões de percentagem que essa classificação impõe.

Deputado António Marinho (PSD): Isto não é propriamente um exame!

O Orador: Não é um exame, mas se fosse teríamos como classificação excelente. Outra coisa, em relação a esta matéria. O próprio Tribunal de Contas reconhece, como referi, que essa recomendação (esqueceu-se dessa parte) estava sempre como recomendações não acatadas. Passou a ser uma recomendação acatada e com melhorias.

Segundo aspecto:

V. Exa. disse que faltava vontade para mudar. Deu como exemplo que havia aqui recomendações desde 2000 que não tinham sido acatadas.

Estive a ver com cuidado este documento e realmente há. Sabem quantas recomendações, desde o ano 2000? Uma!

Deputado António Marinho (PSD): Diga a verdade!

O Orador: Só se eu estou com um problema de vista!

Deputado António Marinho (PSD): Uma, duas, três, quatro, cinco! Estou a ver cinco!

O Orador: Se me permite, página 17.

Deputado António Marinho (PSD): Páginas 16 e 17!

O Orador: Sr. Deputado, na página 16 são as recomendações acatadas e com melhoramentos.

Deputado António Marinho (PSD): Que demoraram 8 anos a ser acatadas!

O Orador: Mas já foram!

Deputado António Marinho (PSD): Com melhorias pontuais!

O Orador: A única recomendação do ano 2000, porque todas as outras são de 2006 (uma) e o resto de 2007 e de 2001, diz o seguinte:

“Evitar a sobrevalorização orçamental da receita”.

O que diz aqui desde 2000 é evitar a sobrevalorização orçamental da receita”.

Estive a olhar para a receita e diz:

“Taxa de execução da receita...” – vou ver mais uma vez, porque posso não ter percebido bem – “...95,3%”.

A única coisa que estamos aqui a falar que não é acatada de 2000, e é o Tribunal de Contas que diz e eu também concordo, é “evitar a sobrevalorização da receita”.

Pergunto: se temos uma taxa de execução de 95,3% da receita total, de 98% da receita corrente e de 100% da receita fiscal, onde é que está a sobrevalorização da receita?

É essa a única que o senhor referiu em relação ao ano 2000.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nos tempos da outra autonomia!

O Orador: Outra questão que me parece fundamental e que é recorrente: despesas de funcionamento do pessoal do quadro que é pago pelo Plano.

Como referiu só há um caso, que são 35 mil euros, mas se é pago pelo Plano de Investimento não é porque a Região queira, é o coordenador do Programa PROCONVERGENCIA.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Atenção: não é pago porque a Região queira, é uma exigência da União Europeia, para recebermos fundos comunitários, que apenas o ordenado dessa pessoa seja pago por fundos comunitários. A opção é, ou pagamos por fundos comunitários e temos fundos comunitários, ou pagamos pelo Plano de Investimento e temos fundos comunitários ou não pagamos e deixamos de ter fundos comunitários.

Penso que não há aqui qualquer dúvida. É apenas esse caso, como referimos ao Tribunal de Contas. A nossa resposta foi incluída aqui e o Tribunal de Contas remeteu uma simples conclusão: “sobre esta matéria não temos mais nada a nos pronunciar”.

Deputado António Marinho (*PSD*): São 35 em 2.741, Sr. Vice-presidente!

O Orador: Segunda questão: pergunta pelos restantes 2 milhões. São despesas de pessoal não do quadro, logo não do funcionamento da administração, mas pessoal contratado para realização das obras de administração directa da Região, nomeadamente as obras do sector florestal, que são imputadas à sua concretização.

Estamos a falar dos homens que são contratados para manter e fazer caminhos agrícolas no âmbito da Administração Directa da Região.

Isso são claramente investimentos que, pela opção da Região ser feita pela própria Administração, devem ser imputados a investimento como qualquer contabilidade de qualquer empresa o faria.

Para terminar, Sr. Deputado, “empenhar o futuro”.

Sim senhor. Está preocupado com os nossos netos (os nossos não!),...

Deputado António Marinho (PSD): E bisnetos!

O Orador: ... mas com as gerações futuras.

Quero dizer-lhe muito claramente uma coisa: também estamos, por isso é que fazemos escolas, hospitais, portos, aeroportos,...

Deputado João Costa (PSD): Qual foi o aeroporto que os senhores fizeram?

O Orador: ... estradas, investimento que irá permitir não só qualificar as actuais gerações, qualificar as próximas gerações e dar qualidade de vida aos seus netos, se os tiver, aos seus filhos e a todos aqueles que no futuro vão viver nesta Região

Deputado António Marinho (PSD): Na altura o senhor não vai estar cá para ver!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É nisto que empenhamos o futuro da nossa Região.

Evidentemente que quando fazemos um hospital não o fazemos para 6 meses, mas para gerações.

Quando construímos escolas, construímos para gerações.

Quando construímos estradas, fazemos para gerações.

Quando fazemos portos e aeroportos fazemos para gerações.

Não se pode de maneira nenhuma querer ter uma lógica de custo imputada a um ano e ter uma lógica benefício imputada a muitos anos.

Deputado António Marinho (PSD): Aquilo que é necessário fazer afecta o orçamento de cada ano!

O Orador: Sr. Deputado, se assim fosse não existiria nenhuma empresa que sobrevivesse;...

Deputado António Marinho (PSD): Afecta o orçamento de cada ano!

O Orador: ... se assim fosse não existiria nenhuma instituição bancária e financeira à face da terra; se assim fosse empresas como a SONAE e os grandes grupos económicos portugueses não existiam se tivessem a lógica de análise económica que o senhor pretendeu fazer em termos de plurianualidade do investimento e dos seus benefícios.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor depois vai ver o que se seus netos vão dizer do avô!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer realçar nesta Conta da Região Autónoma dos Açores uma das marcas do Governos do Partido Socialista: a estabilidade e a credibilidade nas suas finanças públicas. São dois marcos da nossa governação.

Como diz o Sr. Vice-Presidente, isto poderia ser visto como um exemplo.

Para isto temos vários avaliadores: este Parlamento e o Tribunal de Contas.

Vamos dar o exemplo da receita.

Qual foi a taxa de execução da receita? 95% – excelente, se fosse um exame.

Qual foi a taxa de execução da despesa? 95% – excelente, se fosse um exame.

Qual foi a taxa de execução do Plano em 2008? 90% – excelente, se tivéssemos a falar de um exame.

Aqui foi reconhecido pelo Deputado Pedro Medina o bom trabalho que tem sido feito pelo Partido Socialista no sentido de resolver a questão dos subsídios sem enquadramento.

Deputado António Marinho (PSD): Mas por que é que aumentaram de 2007 para 2008?

O Orador: É verdade que nos últimos 12 anos o Partido Socialista conseguiu passar de 0 para 86%, porque no tempo que os senhores eram governo os subsídios com enquadramento legal eram 0 (zero) Sr. Deputado, e isto é preciso que se saiba.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas continuamos e é bom que esta bancada saiba.

Sr. Deputado, tivemos uma execução média dos orçamentos de 2005 a 2008 de 93%.

Tivemos, em termos de objectivos de Orientações de Médio Prazo de 2005/2008, uma taxa de execução acima do que era esperado. Nós executámos mais 2% e o saldo da conta sem encargos futuros.

Ao contrário do que o Sr. Deputado disse foram cerca de 742 mil euros.

Deputado António Marinho (PSD): O quê?

O Orador: O saldo.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor leia tudo. Leia o parágrafo até ao fim!

O Orador: O Sr. Deputado oiça tudo o que eu disse: sem contabilização dos encargos futuros.

Deputado António Marinho (PSD): E se fosse?

O Orador: Se fosse... Sr. Deputado, essas contas...

E o endividamento líquido, Sr. Deputado?

Deputado António Marinho (PSD): Leia os números!

O Orador: Aí o Sr. Deputado também não lê tudo. Mesmo considerando os encargos futuros, o endividamento líquido da Região diminuiu. E o Sr. Deputado disse isso?

O Sr. Deputado fala em melhorias pontuais quando está “mau tempo”!

Deputado António Marinho (PSD): 42,6 milhões!

O Orador: Exactamente, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado fala em melhorias pontuais, porque, e passo a citá-lo, “estamos num cenário perigoso em que está afectado o nosso desenvolvimento futuro”.

Catástrofe, um céu negro!!!

Sr. Deputado, aquilo que é dito e visto nas nossas Contas é um cenário favorável.

Se o Sr. Deputado não acredita na Conta da Região analise o que diz, pela primeira vez, o Relatório do Tribunal de Contas quando fala nos esforços envidados pelo Governo Regional. Pela primeira vez, porque lá tinham estado, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Leia tudo!

O Orador: Se o Sr. Deputado não acredita no Relatório do Tribunal de Contas...

Deputado António Marinho (PSD): Acredito totalmente!

O Orador: ... em termos de execução e do bom trabalho de execução que o Governo Regional tem tido sobre esta matéria, o Sr. Deputado pelo menos ouça alguém, que eu acredito que o senhor reconhece mérito.

“Os Açores são hoje em dia a Região Portuguesa que melhor executa os fundos estruturais.

Os Açores devem assumir um papel de liderança no âmbito das Regiões Ultraperiféricas.”

Porquê, Sr. Deputado?

Tudo aquilo que tem feito em nome dos Açores!

Tenho dito.

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Registo alguma evolução ...

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Não vai cair. Aliás, quando tenho de elogiar, elogio. Quando tenho que criticar, critico sem nenhum tipo de problemas.

Quero começar por registar exactamente que se vem verificando, ano após ano, uma melhoria na apresentação das contas públicas da Região Autónoma dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Então tem que votar a favor!

O Orador: Sr. Deputado, não tente adivinhar. O senhor não tem jeito para isso, não tem jeito para adivinho! Os seus dons premonitórios estão muito por baixo. Estão deficitários.

Como dizia, há aqui um conjunto de situações que de uma forma reiterada têm vindo a ser recomendadas pelo Tribunal de Contas e que não têm sido acatadas pelo Governo Regional.

Se efectivamente é um registo positivo essa evolução que tem havido, e a isso corresponde uma maior transparência das contas públicas, a verdade é que subsistem ainda algumas recomendações que o Tribunal de Contas tem vindo a fazer ao longo dos anos e que de uma forma reiterada a Região não tem cumprido.

Ao contrário do que o Sr. Deputado António Marinho estava a tentar dizer, o PCP, relativamente à Conta da Região de 2008, vai abster-se.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

* **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou alimentar muito mais esta questão, mas para não ficarmos só com a ideia que os combustíveis foram os únicos responsáveis pelo mau desempenho do sector público,...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Dos transportes!

O Orador: ... vou só fazer referência às outras empresas do sector público. Aliás, o próprio Tribunal de Contas refere exactamente isso nas suas conclusões, o mau desempenho do sector público em relação aos resultados do ano.

Se formos ver à PSM, resultado negativo; PGTV, resultado negativo; PTO, resultado negativo; Ilhas de Valor, resultado negativo; IROA, baixou o seu lucro; LOTAÇOR de positivo passou para negativo; Portos dos Açores, de positivo passou para negativo; SATA Gestão de Aeródromos,...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Essa foi positiva!

O Orador: ... foi positiva, mas baixou o seu resultado em cerca de 200 mil; a SPRHI, apesar de positivo, baixou consideravelmente, de 52 mil para 17 mil; o Teatro Micaelense 164 mil; a Associação Hoteleira teve resultado negativo de 31 mil euros; Escola de Novas Tecnologias passou de um resultado de 2000 mil euros positivo para 47 mil negativos.

Portanto, aquilo que me parece efectivamente é que também faltou algum “combustível” ao Orçamento da Região.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais intervenções vamos passar à votação desta resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções PSD, 3 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por mais um ano o rigor que o Governo Regional tanto propagandeia ficou arredado da gestão dos dinheiros públicos na Região.

O PSD não pode pactuar, nem pactua, com esta forma ligeira que entendemos que o Governo Regional adopta para gerir as finanças públicas regionais.

Para nós essa pouca transparência que há bocado referimos, a pouco vontade de mudar evidenciada pelo Governo, o enevoar da realidade que o Governo tenta

permanentemente fazer, o empenho do futuro em que este Governo está a tornar-se especialista, para nós é projecto de outros.

Não alinhamos na irresponsabilidade!

Não queremos penalizar os nossos filhos, os nossos netos!

Não queremos penalizar as gerações futuras!

Lembrava que se chegou a uma dívida global de 698 milhões de euros, ou seja, os 700 milhões de euros, menos 2 milhões do que aquilo que o PSD tinha vaticinado a que se iria chegar durante esse ano.

Estamos em 698!

A Conta da Região Autónoma dos Açores, no essencial, é igual à dos anos anteriores.

Tem algumas diferenças?

Com certeza que as tem!

O que é mau, no entanto, não é novo, é vicentino.

Aquilo que é novo, não é bom, porque condiciona mais (seguramente mais!) o futuro dos açorianos.

Por esse mesmo motivo o Partido Social Democrata nunca poderia dar o seu aval a esta Conta e daí o facto de se ter absterido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista reconhece na Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2008 evoluções muito positivas. Aliás, essas recomendações são exactamente explanadas no relatório do Tribunal de Contas.

Quer ao nível da execução, quer mesmo ao nível da substância daquilo que têm sido as políticas e a execução das políticas do Governo ao longo dos últimos 4 anos, esta apreciação é feita quer pelo Tribunal de Contas quer pelos dados que são disponibilizados pelo Governo, de uma forma muito positiva.

O Governo do Partido Socialista sustentado por esta bancada sempre tem tido como apanágio a estabilidade e o equilíbrio das suas contas públicas.

É por este motivo, por vermos consubstanciado neste documento tudo isto, que votámos favoravelmente esta Conta.

Tenho dito.

Presidente: Não havendo mais inscrições para declarações voto, vamos terminar por aqui, porque estamos a atingir a hora regimental de encerramento dos trabalhos.

Recomeçamos amanhã pelas 10 horas com o PTAP.

Chamava os Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e o Sr. Secretário Regional da Presidência para se aproximarem da mesa.

Até amanhã.

(Eram 19 horas e 55 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo Costa

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Deputada que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

* Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL – “ALTERAÇÃO AO REGIME DE CRIAÇÃO, AUTONOMIA E GESTÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO SISTEMA EDUCATIVO REGIONAL, APROVADO PELO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N. 12/2005/A, DE 16 DE JUNHO NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 35/2006/A, DE 6 DE SETEMBRO”

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu no dia 9 de Março, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Cidade de Angra do Heroísmo para analisar, relatar e emitir parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho na redacção que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro”.

A iniciativa em análise deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 22 de Janeiro de 2010 e foi submetida à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado do mesmo dia e mês, para apreciação e emissão de parecer até ao dia 24 de Fevereiro de 2010.

Foi solicitada a prorrogação do prazo limite para emissão de parecer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis. A prorrogação foi concedida e estabelecido um novo prazo para emissão de parecer até 24 de Março de 2010.

CAPÍTULO II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentada pelo Governo Regional nos termos da alínea *f*) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro e da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, que lhe confere o poder genérico de iniciativa legislativa perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A iniciativa em apreciação foi apreciada em comissão de acordo com o estatuído no Regimento da Assembleia Legislativa Regional relativamente ao processo legislativo comum.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, as matérias relativas a “educação” são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE ANÁLISE

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir, em audição, o membro do Governo Regional com competência em matéria de educação, bem como solicitar o parecer dos Conselhos Executivos de todas as unidades orgânicas da Região e dos sindicatos representativos do pessoal docente.

A Comissão reuniu no dia 5 de Fevereiro de 2010, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, para ouvir por videoconferência a Secretária Regional da Educação e Formação.

Reunida novamente a 9 de Março de 2010, na Delegação da Assembleia, na cidade de Angra do Heroísmo, a Comissão procedeu à audição do Sindicato dos Professores da Região Açores e do Sindicato Democrático dos Professores (Açores) e procedeu também à análise da Proposta de Decreto Legislativo

Regional em apreciação, à emissão do respectivo parecer e à aprovação do relatório da Comissão.

Audição da Secretária Regional da Educação e Formação (por videoconferência):

A Secretária Regional procedeu à apresentação da iniciativa legislativa salientando que a mesma visa introduzir alguns conceitos referentes ao orçamento, à conta de gerência e ao relatório de avaliação do pessoal docente.

Acrescentou que esta alteração pretende igualmente clarificar alguns aspectos que têm sido susceptíveis de interpretações diferenciadas por parte das várias unidades orgânicas, promovendo assim a uniformização de práticas em todas as unidades orgânicas da Região.

Afirmou também que as alterações propostas decorrem essencialmente das recentes alterações ao Estatuto da Carreira Docente dos Açores.

A finalizar, expôs algumas dessas alterações, designadamente:

- Escolas com mais de 350 alunos passam a poder ter um assessor para o ensino artístico;
- Em casos de ausência de coordenador técnico ou de chefe de serviços administrativos, por um período superior a trinta dias, o Conselho Executivo pode proceder à substituição do mesmo;
- Passa a estar prevista a possibilidade de existência de um tutor para acompanhar grupos de alunos com necessidades específicas, tais como problemas de comportamento ou dificuldades de aprendizagem, mesmo que não sejam alunos do professor em causa, recorrendo ao tempo da componente não lectiva destinada a actividades com alunos;
- A possibilidade de limitar a presença em reuniões de Conselho Pedagógico exclusivamente aos docentes, sempre que sejam abordadas matérias referentes a alunos, que se revistam de natureza confidencial ou sigilosa.

Finda a apresentação seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Paulo Estêvão, Paulo Rosa, Rui Ramos, Graça Teixeira e Francisco Álvares.

O Deputado Paulo Estêvão reconheceu que a redacção do n.º 2 do artigo 62.º pode originar problemas relacionados com a pluralidade das listas nas escolas de pequena dimensão, referindo que em escolas onde só haja um professor do 1.º ciclo só poderia haver uma lista candidata.

No entanto manifestou discordância com a solução proposta pelo Governo por considerar que irá colocar os professores do 1.º ciclo fora dos órgãos de gestão das escolas. Assim propôs uma solução semelhante à prevista no artigo 52.º, designadamente o recurso a uma cláusula de excepção.

Considerou igualmente incorrecta a redacção proposta para o n.º 5 do artigo 71.º, sugerindo a eliminação do termo “totalmente”.

Numa segunda intervenção reafirmou o desacordo com a alteração proposta para o artigo 62.º salientando não fazer sentido retirar a obrigatoriedade de inclusão de um professor do 1.º ciclo nas listas candidatas ao conselho executivo mas manter a mesma obrigatoriedade, por exemplo, para a Assembleia de Escola.

Em resposta às questões colocadas a Secretária Regional salientou que a situação dos professores do 1.º ciclo nas unidades orgânicas da Região, assim como a sua imagem perante os colegas dos restantes ciclos de ensino é, hoje, substancialmente diferente daquela que existia à data da aprovação do actual regime de gestão.

Defendeu que os professores do 1.º ciclo co-habitam com os restantes colegas em pé de igualdade e que a sua competência é reconhecida pelos pares. Considera, assim, que os professores do 1.º ciclo já se afirmaram, e que concorrem com os colegas em igualdade de circunstâncias pelo que, em seu entender, não se justifica qualquer discriminação positiva.

No que se reporta à dispensa da actividade lectiva dos vice-presidentes dos conselhos executivos das escolas de pequena dimensão considerou que esta não se justifica. Em sua opinião é suficiente a disponibilização de um docente a tempo inteiro (o Presidente do Conselho Executivo) em conjugação com as horas da componente não lectiva dos Vice-Presidentes.

Considerou pertinente a observação referente ao n.º 5 do artigo 71.º e comprometeu-se a analisá-la com o seu gabinete jurídico.

O Deputado Paulo Rosa considerou indesejável a existência de dois tipos de tutores, sendo um remunerado e o outro não. A este propósito afirmou ainda que um tutor que não seja também professor dos alunos em causa está “condenado ao insucesso”.

Alertou para uma incongruência na redacção dos n.ºs 6 e 7 do artigo 91.º, referente à figura do professor tutor, assim como considerou existir um lapso na redacção dos n.ºs 2 e 3 do artigo 71.º, respeitante ao regime de exercício de funções do presidente e vice-presidentes do conselho executivo.

A finalizar manifestou o seu desacordo com as gratificações previstas para os coordenadores de clubes, salientando que as escolas pequenas terão muita dificuldade em satisfazer o limite mínimo do número de alunos para constituir um clube.

Numa segunda intervenção, e novamente a propósito dos clubes escolares, reafirmou considerar desadequada a existência de uma regra única para realidades diferentes e propôs a introdução de limites diferenciados, consoante se trate de escolas de grande, média ou pequena dimensão.

No que se reporta ao professor tutor considerou a explicação da Secretária Regional pouco convincente e quis saber quem define qual o perfil adequado para o novo tipo de professor tutor.

O Deputado Rui Ramos interveio no sentido de manifestar o seu acordo com a intenção de intervir de forma específica junto de alunos com problemas, também eles, específicos. No entanto, afirmou discordar da solução proposta para o artigo 91.º, uma vez que considera que passará a existir tutores de primeira e de segunda categorias.

Ainda a este propósito referiu que a tarefa de tutor exige uma relação de proximidade e até de afectividade entre professor e aluno. Assim, julga pouco eficaz que a tutoria possa ser exercida por professores que não conhecem o aluno. Considera também incompreensível que os tutores que não têm, à partida, qualquer relação com o aluno e que, por isso mesmo, vêem a sua tarefa dificultada, sejam os mesmos que não têm gratificação pelo exercício do cargo.

Em resposta às questões colocadas a Secretária da Educação clarificou que o facto de alguns tutores não receberem gratificação se deve ao facto de estar previsto que esses docentes, com especial perfil e vocação para a tutoria, teriam a sua componente não lectiva exclusivamente dedicada às tarefas de tutor, sendo isentos de quaisquer outras tarefas não lectivas.

No respeitante aos clubes escolares referiu a necessidade de se definirem regras e considerou o limite actualmente proposto razoável. Salientou ainda que as escolas podem oferecer um conjunto de actividades variadas no âmbito de um mesmo clube, o que facilitaria o cumprimento do número mínimo de participantes.

Em relação às questões referentes ao professor tutor afirmou que este será, preferencialmente, alguém que já conhece os alunos mas, havendo necessidade de mais tutores se pode alargar o exercício do cargo a outros professores com o perfil adequado. A este propósito salientou que quem definirá o perfil adequado terá de ser sempre quem melhor conheça, quer os professores quer os alunos, designadamente a própria escola em sede de Conselho Pedagógico.

O Deputado Francisco Álvares manifestou a sua preocupação com a visão expressa pela Secretária Regional no que se reporta à participação dos professores do 1.º ciclo nos órgãos de gestão das escolas, por considerar que, apesar de bondosa, não corresponde à realidade. Em seu entender seria mais prudente garantir a representatividade dos diferentes ciclos de ensino nos conselhos executivos.

Audição do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA):

Na apreciação da proposta de Decreto Legislativo Regional o presidente do Sindicato dos Professores da Região fez questão de realçar a opção correcta no seu entendimento de manter na Região “uma gestão das escolas verdadeiramente democrática”, ao contrário do que se verificou na Madeira e no continente, em que a gestão das unidades orgânicas passou a estar centrada na figura do director e na nomeação dos responsáveis pelas estruturas de gestão intermédia, o que, em sua opinião, descaracteriza profundamente o modelo de gestão democrática das escolas.

De seguida, e entrando já na análise na especialidade do diploma o presidente defendeu que todas as gratificações deveriam ter por base o índice 218. Acrescentou ainda o facto desta ser uma reivindicação antiga do sindicato.

Destacou ainda a sua preocupação com o artigo 91º da proposta, afirmando discordar da inclusão dos números 7 e 8, já que estes, em sua opinião, parecem enquadrar-se numa estratégia de preenchimento da componente não lectiva de estabelecimento que, sendo conjugada com as reuniões e com inúmeras outras actividades adstritas a esta componente, faz com que os professores sejam cada vez mais prejudicados na sua componente individual de trabalho, com consequências negativas na preparação da componente lectiva.

A Presidente da Comissão elucidou que não se deveria confundir a componente lectiva de estabelecimento com as 11 horas destinadas à componente individual de trabalho, remetendo para o parecer escrito do sindicato onde esta confusão sustenta as dúvidas relativas ao artigo 91.º.

De seguida, seguiu-se um período de debate em que intervieram os deputados Graça Teixeira e Rui Ramos.

A deputada Graça Teixeira começou por destacar a necessidade de se aproveitar a componente não lectiva de estabelecimento para o desenvolvimento de actividades como a do professor tutor, uma vez que duas das quatro horas desta se destinam precisamente a actividades com alunos. Acrescentou que em sua opinião não fazia sentido existir a sobrecarga de reuniões semanais a que o Presidente do SPRA se referiu, pois estas deviam ter lugar durante as interrupções lectivas. Questionou ainda o SPRA sobre a afirmação de que a tutoria poderia ter mais de 20 alunos, discordando desta afirmação.

De seguida, o deputado Rui Ramos fez uma breve afirmação para questionar o Sindicato sobre se concorda com a gratificação atribuída ao exercício das funções de professor tutor e se a vê como suficiente para o cargo em si.

Em resposta o SPRA afirmou entender que esta era manifestamente insuficiente.

Audição do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDP/A):

O Presidente do SDPA começou por lamentar, na generalidade, o facto deste tipo de diploma não ter sido sujeito, por parte do Governo, aos necessários mecanismos

de negociação colectiva, considerando que esta proposta envolve matéria laboral. Embora em posse do parecer escrito do SDPA o Presidente apresentou os aspectos a destacar na análise na especialidade.

Desde logo, a necessidade de salvaguardar a separação de poderes dentro das escolas, considerando não ser admissível que um Presidente do Conselho Executivo possa ser Presidente do Conselho Pedagógico, ou vice-versa. Acrescentou ser seu entendimento que nas Assembleias de Escola deveria ser adoptado o modelo francês, em que os sindicatos estão representados, e têm direito a senhas de presença, que servem a motivação dos participantes. Acrescentou também que entende que os Conselhos Pedagógicos, pelo seu carácter técnico, não deviam prever a presença dos encarregados de educação.

Defendeu ainda a criação de um Conselho Regional de Educação, constituído com real paridade e sem os desequilíbrios do actual Conselho Coordenador do Sistema Educativo que, de forma independente, emitisse pareceres sobre o estado do sistema educativo regional. Advogou, também, a necessidade dos sindicatos terem assento nos conselhos locais de educação, dos mandatos dos presidentes dos conselhos executivos serem limitados, e de se prever no diploma o pagamento das gratificações aos coordenadores de departamento curricular durante todo o ano lectivo, não exceptuando os meses de Julho e Agosto.

Para concluir, o Presidente do SDP/A procedeu na especialidade à elencagem de aspectos que, em seu entendimento, carecem de melhor explicitação ou fundamentação.

Não houve lugar a esclarecimentos.

Pareceres recebido pela Comissão:

Na sequência do pedido de parecer enviado a todas as Unidades Orgânicas da Região e aos sindicatos representativos do pessoal docente, à data da elaboração do presente relatório, deram entrada na Comissão os seguintes pareceres:

- Comissão Executiva Instaladora da Escola Básica e Secundária Tomás Borba;
- Conselho Executivo da Escola Secundária da Lagoa;
- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada das Capelas;

- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada e Secundária das Flores;
- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada 2,3/S de São Roque do Pico;
- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada 2,3/S das Lajes do Pico;
- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada 2,3 Canto da Maia;
- Conselho Executivo da Escola Básica 3/S Domingos Rebelo;
- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada da Lagoa;
- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada da Horta;
- Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental;
- Conselho Executivo da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira;
- Sindicato dos Professores da Região Açores;
- Sindicato Democrático dos Professores (Açores).

Os referidos pareceres encontram-se disponíveis nos serviços desta Assembleia.

CAPÍTULO IV

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em análise visa introduzir uma segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores.

As alterações agora propostas decorrem da constatação de que, após sensivelmente dez anos de aplicação do actual regime jurídico de autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, se torna necessário proceder a alguns ajustes pontuais que o adequem às alterações introduzidas no funcionamento das unidades orgânicas da Região, fruto das subsequentes alterações ao Estatuto da Carreira Docente na Região, assim como da crescente estabilidade do corpo docente.

Assim, a presente iniciativa legislativa visa, essencialmente, adequar o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional às actuais necessidades das unidades orgânicas da Região.

CAPÍTULO V

PARECER

A Comissão deliberou, por maioria, emitir parecer favorável à aprovação, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/IX – “Alteração ao regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho na redacção que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro”, com os votos favoráveis dos Deputados do Partido Socialista, e a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, do CDS/PP e do Bloco de Esquerda, que reservam a sua posição final para o Plenário da Assembleia.

Angra do Heroísmo, 9 de Março de 2010.

O Relator, *Berto Messias*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Cláudia Cardoso*

Listagem da correspondência

- Resposta a Requerimentos:

Assunto: Regime de Faltas ao Serviço das Pessoas afectadas pelo Vírus H1N1

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2010.03.16

Referência: 54.06.00 – N.º 190/IX;

Assunto: Cuidados de Saúde no Concelho de Angra do Heroísmo

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autores: Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.16

Referência: 54.03.04 – N.º 34/IX;

Assunto: Responsabilidades do Governo Regional na Reconstrução

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autores : Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.16

Referência: 54.03.07 – N.º 35/IX.

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 190/IX – REGIME DE FALTAS AO SERVIÇO DAS PESSOAS AFECTADAS PELO VÍRUS H1N1

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n.º 190/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Moniz, do Bloco de Esquerda. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

No âmbito da Gripe Pandémica (H1N1) 2009, foi emitido o [Despacho n.º 1053/2009](#), de 29 de Setembro (dirigido aos beneficiários do regime geral de segurança social) e o [Despacho n.º 1098/2009](#), de 21 de Outubro (destinado aos beneficiários do regime de protecção social convergente da Administração Pública), os quais vieram regular o regime de protecção social e os procedimentos administrativos, nas situações de interrupção ou suspensão de serviços ou

encerramento de estabelecimentos, total ou parcialmente, nos casos em que se reconheça perigo de contágio pelo vírus H1N1, por parte da autoridade de saúde concelhia competente.

Igualmente, foi emitida a Circular Informativa n.º 10, de 22 de Junho de 2009, sobre o tema "Gripe A-Isolamento profiláctico-declaração-evicção escolar", que informa que não existe enquadramento legal especial de faltas para a Gripe Pandémica (H1N1) 2009, sendo o regime de faltas o mesmo que se aplica às outras doenças.

Assim, para além das circunstâncias expressamente previstas nos despachos atrás mencionados, a situação de doença por vírus da Gripe Pandémica (H1N1) 2009 é justificada através de certificado de incapacidade temporária para o trabalho, a emitir pelo médico que confirma o diagnóstico.

Efectivamente, e no que concerne aos trabalhadores da Administração Pública, a declaração de doença rege-se pelo disposto nos artigos 29.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março (Regime de Férias, Faltas e Licenças dos trabalhadores da Administração Pública), tendo em consideração que o vírus da Gripe Pandémica (H1N1) 2009 não integra o elenco das doenças contagiosas de declaração obrigatória, previstas na Portaria n.º 12/99, de 25 de Março, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 12.

A própria Circular Informativa n.º: 42A/DSPCD/DSPPS da DGS, sobre o assunto "Medidas de saúde pública: critérios de actuação em Creches, Jardins-de-infância, Escolas e outros Estabelecimentos de Ensino", refere:

"Dado que a gripe não é uma doença de declaração obrigatória e não está contemplada pela regulamentação das doenças que implicam ausência escolar, a autoridade de saúde deve solicitar a colaboração dos serviços de saúde, do órgão directivo do estabelecimento de ensino e dos pais dos alunos, para que lhe sejam comunicados os casos suspeitos/confirmados de doença no prazo máximo de 24 horas.

(...)

No caso de o aluno com síndrome gripal necessitar de acompanhamento durante o período de ausência à escola, é exigida a comprovação da doença pelo médico e a

apresentação do certificado de incapacidade temporária (CIT), para efeitos de obtenção dos subsídios de protecção social e de justificação das faltas do acompanhante, de acordo com os procedimentos habituais.

A situação de doença de professores e restante pessoal continua a necessitar, obrigatoriamente, de justificação através do certificado de incapacidade temporária (CIT) a emitir pelo médico que confirmou o diagnóstico."

Os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

**ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 34/IX – “CUIDADOS DE SAÚDE NO
CONCELHO DE ANGRA DO HEROÍSMO”**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 34/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

- 1) As Consultas Abertas encontram-se em pleno funcionamento, sendo, igualmente, asseguradas as Consultas aos Grupos de Risco.
- 2) No sentido de colmatar a insuficiência de médicos da especialidade de medicina geral e familiar, o Conselho de Administração do Centro de Saúde e os seus profissionais têm assegurado as seguintes modalidades alternativas:
 - **Consulta Aberta:** criada em Maio de 2008 e actualmente realizada por todos os médicos de medicina geral e familiar, todos os dias úteis da semana, dirigindo-se à população em geral, sem médico de família;
 - **Consulta Aberta para Grupos de Risco (Diabéticos):** criada em Maio de 2008, dirigida a diabéticos sem médico;

- **Consulta de Apoio:** Assegurada pela contratação de um médico, dirigida à população em geral sem médico ou cujo médico se encontre temporariamente ausente, num total de setenta e cinco consultas semanais.

De salientar que foi contratada uma médica pediatra que se desloca ao Centro de Saúde uma semana por mês, para prestação de cuidados a crianças até dois anos (14 consultas por dia). Observa também crianças de outros grupos etários sem médico de família no âmbito das consultas programadas ou abertas.

Sublinha-se que já foi contratada uma médica que realiza diariamente, nas instalações da sede, e nas extensões do Centro de Saúde 15 consultas de apoio diárias a utentes sem médico de família. Esta médica presta, igualmente, cuidados ao domicílio a utentes acamados e/ou com dificuldades de deslocação.

3) Não. Esse número não tem fundamento.

4) No antigo quadro de pessoal do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo estavam previstos vinte lugares para a carreira médica de medicina geral e familiar, sendo que oito estão preenchidos, para além da actual Presidente do Conselho de Administração, que se encontra em comissão de serviço.

Nesta área exercem ainda funções, três médicos, em regime de prestação de serviços.

Salienta-se, de igual forma, que existem cinco médicos internos, que se encontram a frequentar a formação específica na especialidade de medicina geral e familiar, sendo que dois já terminaram a especialidade, aguardando-se agora o respectivo processo concursal.

Na área de saúde pública, encontram-se afectos ao Centro de Saúde de Angra do Heroísmo 2 médicos.

5) No ano de 2005, foram atribuídas duas quotas de descongelamento para a carreira de clínica geral, tendo o respectivo concurso ficado deserto.

No ano de 2006, foram igualmente atribuídas duas quotas de descongelamento para a carreira de clínica geral, tendo também o respectivo concurso ficado deserto.

Nos anos de 2007 e 2008, atento o processo de estruturação dos quadros de pessoal dos serviços e organismos da administração regional autónoma, bem como, a entrada em vigor dos novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, constante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, deixou de existir a necessidade de descongelamento.

- 6) Quanto a esta matéria, cumpre-nos informar que os currículos remetidos a este departamento são prontamente divulgados pelas unidades de saúde.

Os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 35/IX – RESPONSABILIDADES DO GOVERNO REGIONAL NA RECONSTRUÇÃO

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 35/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Jorge Costa Pereira e Luís Garcia, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1, 2 e 3 – Verifica-se, de facto, que alguns sinistrados não são ainda proprietários dos respectivos imóveis em virtude de os loteamentos onde se encontram construídos aguardarem regularização, estando a ser ultimados os procedimentos necessários à emissão do respectivo Alvará e actos subsequentes.

Existem, ainda, outras situações pontuais de sinistrados cuja propriedade dos bens não está regularizada por motivos imputáveis aos mesmos.

A Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social encontra-se empenhada na célere resolução dos casos detectados, com vista à regularização da propriedade

dos imóveis em causa, prevendo a conclusão de tal desiderato no final do ano de 2010.

A transmissão da titularidade do direito aos apoios concedidos aos sinistrados está prevista e regulada no artigo 21.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 15/A/98/A, de 25 de Setembro, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2004/A, de 29 de Junho.

4 e 5 – A problemática inerente à sujeição ou não de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) colocou-se, apenas, nas situações em que o apoio ao sinistrado consistiu na cedência de prédio ou fracção autónoma destinada à habitação, mediante o pagamento, pelo beneficiário, do custo do terreno infra-estruturado.

Recorde-se que esta modalidade foi introduzida no regime dos apoios aos sinistrados do sismo de Julho de 1998 pelo DLR n.º 23/2004/A, de 29 de Junho.

Até ao início do ano de 2008, constava dos autos de cessão a seguinte referência: *“Este acto está isento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), nos termos do artigo 9.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 10.º do respectivo Código, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro.”*

De facto, foi este o entendimento dos serviços notariais da então Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, por considerarem que se tratava da aquisição à Região Autónoma dos Açores de um prédio ou fracção autónoma destinada exclusivamente à habitação própria permanente, em que o valor que servia de base à liquidação do IMT corresponderia ao preço pago pelo adquirente/sinistrado pelo lote infra-estruturado, nos termos da regra 16.ª, do n.º 4 e da alínea a) do n.º 5 do artigo 12.º do Código do IMT. Ora, constatando-se que o preço era inferior ao previsto no artigo 9.º do Código do IMT, foi entendimento daquele departamento governamental que a aquisição estaria isenta de IMT, sendo tal isenção de reconhecimento automático nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 10.º. do citado Código.

Porém, a Direcção Geral de Impostos, a pedido do Serviço de Finanças da Horta, por esta isenção ter gerado entendimentos divergentes no próprio serviço, em 14 de

Janeiro de 2008, informou, nos termos da decisão em anexo, que nos casos supra mencionados considerava que o valor tributável daqueles contratos para efeitos de liquidação de IMT resultaria da soma do valor pago pelo adquirente/sinistrado pelo lote infra-estruturado e o valor de “apoio” da RAA, subsumível através dos ónus registados. Em tais casos, de reduzido número, foi, de facto, exigido aos adquirentes

o pagamento do IMT por aquele Serviço, através de competente notificação para o efeito.

Considerando que a Direcção Geral de Impostos tem por missão administrar os impostos devidos no território português, nomeadamente sobre o património, de acordo com as políticas definidas pelo Governo da Republica em matéria tributária, competindo-lhe, entre outras atribuições, assegurar a liquidação e cobrança dos impostos e outros tributos que lhe incumbe administrar, face à decisão supra referida, os Serviços de Habitação e Equipamentos da ilha do Faial, quando contactados, aconselharam, em tempo útil, os adquirentes notificados a procederem ao pagamento daquele imposto de acordo com o entendimento fixado.

6 e 7 – O Governo Regional dos Açores, face ao que antecede, não é responsável pelo incumprimento das obrigações fiscais dos sinistrados/beneficiários, pois não obstante a referência supra mencionada no auto de cessão, o entendimento final que releva nesta matéria é o da Direcção Geral de Impostos, através dos respectivos Serviços de Finanças. Ora, no caso concreto, os adquirentes foram instados, formalmente e em devido tempo, pelo Serviço de Finanças da Horta para procederem ao pagamento do IMT e foram também informados pelos Serviços de Habitação e Equipamentos da ilha do Faial, de que o entendimento do Serviço de Finanças devia ser observado.

Os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco